



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, 'a' da Lei nº 14.133/2021)

1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO

Registro de preços para a contratação de serviços contínuos de manutenção predial, mediante postos de trabalho, em empreitada por preço unitário, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atendimento às dependências do Ministério Público do Estado da Bahia, conforme condições, quantidades e especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e seus apensos.

1.1.2 PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

1.1.2.1 A contratação será realizada em **LOTE ÚNICO**. A aglutinação em lote visa aumentar a competitividade, buscando desta forma, a proposta mais vantajosa para o MPBA. Além disso, tem o objetivo de proporcionar melhor vinculação das empresas licitantes com as Convenções Coletivas de Trabalho, mitigando o risco de distorções salariais entre postos de serviços que possuam mesma base salarial em norma coletiva. Por fim, permite que a gestão contratual pelo MPBA ocorra de maneira mais assertiva e eficiente, otimizando os recursos e atendendo ao interesse público.

1.1.2.2 A opção assinalada se encontra detalhada no Apenso I deste Termo de Referência.

1.1.3 INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (Art. 41, I, da Lei nº 14.133/2021)

NÃO SE APLICA.

1.1.4 A VEDAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE MARCA

NÃO SE APLICA.

1.2 NATUREZA DO OBJETO

1.2.1 O objeto da contratação possui **NATUREZA COMUM**, cujos padrões de qualidade e desempenho são facilmente descritos e especificados conforme padrões de mercado.

1.2.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme vedação do art. 20 da Lei nº 14.133/2021, regulamentado pelo Ato Normativo nº 04, de 22 de janeiro de 2024 e Decreto nº 22.597, de 02 de fevereiro de 2024.

1.3 ENQUADRAMENTO, VIGÊNCIA E FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.3.1 A prestação do serviço será **continuada**, pois atende a demandas contínuas ou permanentes da Administração.

1.3.2 PRAZO DE VIGÊNCIA

1.3.2.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período.

1.3.2.1.1 A prorrogação da vigência da ata implicará na renovação dos quantitativos dos itens registrados em sua integralidade, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade econômica para a Administração.



1.3.2.2 Caso haja formalização de contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, o prazo da contratação será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de assinatura, prorrogável por até 10 anos.

1.3.3 FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

HAVERÁ CELEBRAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) E POSTERIOR(ES) INSTRUMENTO(S) FORMAL(IS) DE CONTRATO.

1.3.3.1 Homologada a licitação, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato ou retirada de instrumento equivalente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data da convocação.

1.3.3.1.1 Para fins de contratação, o valor global anual do contrato será definido a partir do produto obtido entre os preços unitários anuais e quantidades de todos os postos de serviços contratados a cada saque da ARP, somado ao valor correspondente à estimativa anual de despesas com deslocamentos e horas extraordinárias, previstas no item 2.20 do APENSO III deste Termo de Referência.

1.3.3.1.1.1 Para fins de estimativa de despesas com deslocamentos e horas extraordinárias, será considerado o percentual de 50% (cinquenta por cento), aplicado sobre o valor resultante do produto entre os preços unitários anuais e quantidades de todos os postos de serviços contratados.

1.3.3.1.2 O valor global anual será meramente estimativo, não cabendo à contratada quaisquer direitos de cobrança caso o montante estipulado não seja atingido durante a vigência do contrato, porquanto o pagamento mensal ocorrerá em razão da quantidade de postos de serviços efetivamente contratados e executados, da efetiva demanda para pagamento de deslocamentos aos colaboradores e da efetiva demanda para pagamento de horas extraordinárias.

1.3.3.2 Informações relativas à Ata de Registro de Preços:

- a) Unidade Administrativa gerenciadora do registro: MPBA/SGA/Diretoria Administrativa
- b) Abrangência territorial do registro: **ESTADO DA BAHIA**. Especificar: Os postos de serviços poderão ser alocados na Capital e no interior do Estado da Bahia, conforme regramentos definidos no Apenso I
- c) Será concedida a Intenção de Registros de Preços e permitida a participação de outros órgãos como partícipes? **NÃO**, O Ministério Público será o único contratante.
- d) Possibilidade de adesão por outros Órgãos: **SIM**.
- e) Quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada: Quantitativos previstos na coluna "QUANTITATIVO TOTAL" do Apenso I.
- f) O licitante **não** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- g) Para fins de disputa na licitação, **não** será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de execução, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'b' da Lei nº 14.133/2021)

A Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia – MPBA, ao longo dos últimos anos, tem experimentado o aumento substancial do volume de processos administrativos anualmente tramitados pelas suas Diretorias, Assessorias e Coordenações, os quais, ademais, têm demandado diligenciamento e resolução cada vez mais céleres, com utilização e alimentação de múltiplos sistemas e recursos tecnológicos. Além disso, tem sido verificada a ampliação de sedes e a necessidade de ampliação da quantidade de unidades setoriais, a fim de abarcar de maneira assertiva e especializada a multiplicidade das demandas institucionais. Tal contexto tem como reflexo um cenário de



carência de pessoal nas atividades-meio, com consequentes sobrecarga de trabalho, morosidade processual e diminuição da eficiência da gestão.

Neste contexto, realizou-se estudo técnico no âmbito da Superintendência de Gestão Administrativa, a fim de mapear as atividades acessórias àquelas realizadas pelos servidores do quadro institucional, notadamente no que se refere ao apoio administrativo e operacional às atribuições não relacionadas à atuação finalística da Instituição, conforme detalhamento constante no procedimento SEI nº 19.09.00846.0031926/2024-74.

Deste modo, a presente contratação se justifica pela necessidade de suprir o MPBA com força de trabalho que realize serviços auxiliares de natureza contínua, voltados à manutenção predial, de forma a não interromper nem impactar nas atividades dos servidores, aos quais incumbirá executar atividades privativas dos cargos permanentes ou temporários de lotação.

Neste sentido, observa-se a adequação da contratação aos ditames do art. 3º, §2º, do Decreto Estadual nº 22.836, de 23 de maio de 2024, que, ao estabelecer normas atinentes à contratação de serviços contínuos, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, assim dispõe:

Art. 3º - Não será admitido o trespasse à execução indireta das atividades próprias, típicas e fundamentais do Estado, sobretudo aquelas inerentes ao poder de polícia, tampouco as que decorram do exercício de atribuições legalmente estabelecidas para os cargos e empregos dos órgãos ou entidades interessadas na contratação, exceto, nesta última hipótese, quando se tratar de cargo cuja desnecessidade tenha sido declarada por Lei.

§ 1º - A continuidade no desempenho da mesma tarefa por servidor, cujo cargo tenha sido declarado desnecessário, impede a execução da atividade por terceiros, ressalvada a hipótese de período de transição devidamente planejado.

§ 2º - Não são consideradas para efeito de aplicação do disposto no caput deste artigo as atividades de mero apoio para o exercício de atribuições legalmente estabelecidas para os cargos e empregos dos órgãos ou entidades interessadas na contratação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'c' e art. 40, §1º, I da Lei nº 14.133/2021)

Conforme descrito no tópico 2 (acima) e nas especificações técnicas detalhadas no Apenso III deste Instrumento, a solução indicada visa atender a demanda institucional de serviços auxiliares nas áreas de manutenção predial, sob a forma de execução indireta, mediante contratação de empresa(s) prestadora(s) de serviços, a partir do registro de preços de postos de trabalho, em empreitada por preço unitário, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atuação nas dependências administrativas do MPBA na Capital e no interior do Estado da Bahia.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'd', da Lei nº 14.133/2021)

A contratação deverá observar os requisitos relacionados nos subitens abaixo listados.

4.1.1 SUSTENTABILIDADE

APLICAM-SE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NESTA CONTRATAÇÃO NO CONTEXTO DO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA), em especial:

A empresa contratada deverá administrar as situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente, além de conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental vigente para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

A empresa contratada deverá desenvolver ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho, a englobar, sem se limitar:

- Medidas de inserção e de participação igualitária entre mulheres e homens;



- Ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;
- Igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;
- Práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;
- Programas destinados à equidade de gênero e de raça; e
- Ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

A empresa contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental, tais como:

- Utilização de equipamentos de baixo consumo de água e energia;
- Instituir medidas de redução de consumo e de racionalização do uso da água e energia;
- Instituir política de separação dos resíduos recicláveis descartados e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis;
- Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Treinamento/capacitação periódicos dos prestadores de serviços sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;
- Utilização de técnicas mais eficientes e racionais, que possibilitem a manutenção da qualidade de serviço requerida com a menor quantidade possível de intervenções (redução da frequência de realização dos serviços sem queda na qualidade); e
- Requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

Por fim, sinaliza-se que a contratação pretendida abarca previsões voltadas à sustentabilidade social, ao prever, dentre outros pontos: piso salarial mínimo para os empregados a serem alocados nos postos de serviços – piso este adequado à normas coletivas vigentes e ao mercado; jornada de trabalho semelhante à cumprida pelos servidores da Instituição; exigência de concessão de plano de saúde e odontológico aos trabalhadores, independentemente de previsão em norma coletiva.

4.1.2 SUBCONTRATAÇÃO

NÃO SERÁ ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL.

4.1.3 GARANTIAS

4.1.3.1 GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL (Art. 96-102 da Lei nº 14.133/2021)

4.1.3.1.1 Será exigida garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor total inicial do contrato, conforme regras estabelecidas no instrumento contratual.

4.1.3.1.2 A garantia na modalidade seguro-garantia deverá ser prestada em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da homologação da licitação até, no máximo, à assinatura do contrato (art. 96, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

4.1.3.1.2.1 O prazo de vigência do seguro-garantia deverá ser de 60 (sessenta) dias após a vigência contratual.

4.1.3.1.3 Para as demais modalidades, a garantia deverá ser prestada em até 15 (quinze) dias corridos, após a assinatura do contrato.

4.1.3.1.4 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados para a contratação.



4.1.3.1.5 Em qualquer das modalidades, a apresentação da garantia vigente, válida e regular pela contratada será condição para liberação dos pagamentos da fatura, sem prejuízo das demais condições.

4.1.3.1.6 Além da exigência da garantia da contratação, a Administração, para assegurar o efetivo cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias concernentes aos empregados da contratada, sem prejuízo de outras medidas com esse mesmo objetivo:

- a) condicionará o pagamento da contratada à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias vencidas relativas ao contrato;
- b) realizará o provisionamento de valores para garantir os pagamentos dos débitos trabalhistas e previdenciários relativos ao contrato, na forma da legislação específica.

4.1.3.2 GARANTIA DO SERVIÇO (Art. 40, §1º, III da Lei nº 14.133/2021)

NÃO SE APLICA.

4.1.4 VISTORIA (Art. 63, §§ 2º, 3º e 4º da Lei nº 14.133/2021)

VISTORIA FACULTATIVA. Os fornecedores interessados poderão realizar vistoria prévia para melhor conhecimento das condições de execução do serviço objeto da contratação, conforme os seguintes regramentos:

4.1.4.1 A empresa que desejar realizar vistoria deverá agendá-la junto à Diretoria Administrativa, através do e-mail dir.administrativa@mpba.mp.br ou telefone (71)3103-0121, durante o horário comercial, até 05 (cinco) dias antes da abertura do procedimento de contratação.

4.1.4.2 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.1.4.3 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.1.4.4 Mesmo que a empresa opte por não realizar vistoria, deverá apresentar a declaração formal assinada pelo responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, exigida nos itens 8.2.3.1, subitem 1, e 8.2.3.2 deste Termo de Referência.

4.1.4.5 Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento de condições locais não serão consideradas para reclamações futuras, ou de forma a desobrigar a execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Arts. 6º, XXIII, 'e' Lei nº 14.133/2021)

5.1 REGIME DE EXECUÇÃO

EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

5.2 PRAZO PARA RETIRADA DO EMPENHO

5.2.1 A empresa prestadora de serviços deverá retirar a nota de empenho no prazo de **até 05 (cinco) dias corridos**, contado a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços.

5.2.2 A empresa prestadora de serviços poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por motivo justo e aceito pela Administração.



5.3 LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.3.1 Os serviços serão executados nas sedes do Ministério Público do Estado da Bahia localizadas em Salvador e no interior do Estado da Bahia, conforme local de designação de cada posto de trabalho, em dias úteis e preferencialmente das 08h às 18h, podendo variar conforme as necessidades do Ministério Público do Estado da Bahia.

5.3.2 O prazo de início de execução do objeto é de até 10 (dez) dias úteis, contados do dia útil subsequente à data de envio, pelo MPBA, da solicitação de implantação do(s) posto(s) de serviços e do contrato assinado pelas partes ou instrumento equivalente.

5.3.2.1 O envio dos documentos será feito por meio eletrônico, mediante comunicação ao e-mail informado pela empresa contratada na proposta de preços apresentada na licitação ou a e-mail posteriormente indicado mediante comunicação formal devidamente recebida pelo MPBA.

5.3.2.2. Devidamente justificado e com, pelo menos, 05 (cinco) dias úteis de antecedência do prazo final para o início da implantação do(s) posto(s) de serviços, a contratada poderá solicitar prorrogação de prazo, ficando a cargo da área demandante acolher a solicitação, desde que não haja prejuízo, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3.3 Incumbe à empresa contratada executar plenamente o objeto em conformidade com as especificações descritas na Proposta de Preços e neste Termo de Referência, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição/adequação, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

5.3.4 Todas as despesas relativas à execução do objeto licitado, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes do futuro contrato correrão por conta exclusiva do prestador de serviço.

5.3.5 Demais regras e condições de execução contratual constam no APENSO III a este Termo de Referência.

5.4 DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELA EMPRESA CONTRATADA

NÃO SERÁ NECESSÁRIO DISPONIBILIZAR MATERIAIS, SISTEMAS, FERRAMENTAS E/OU EQUIPAMENTOS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, salvo aqueles previstos nos APENSOS a este Termo de Referência, a exemplo de fardamentos, crachás e equipamentos de proteção individual.

5.5 PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

SERÃO NECESSÁRIOS PROCEDIMENTOS DE FINALIZAÇÃO DO CONTRATO, especialmente aqueles relativos ao cumprimento das obrigações trabalhistas e correlatas cabíveis, bem assim aqueles previstos na lei estadual nº 12.949, de 14 de fevereiro de 2014, regulamentada pelo Decreto nº 15.219 de 30 de junho de 2014, e eventuais normas que os substituam.

5.6 RECEBIMENTO DO OBJETO

5.6.1 RECEBIMENTO PROVISÓRIO (Art. 140, I, 'a' da Lei nº 14.133/2021)

5.6.1.1 O recebimento provisório mensal dos serviços deverá ser realizado pelas fiscalizações técnica e administrativa, na medida de suas competências, mediante elaboração de termo detalhado por cada fiscal, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários.

5.6.1.1.1 As fiscalizações atuarão em conformidade com as regras constantes neste Termo de Referência, além do quanto disposto na Instrução Normativa nº 001/2019 do Ministério Público do Estado da Bahia e/ou norma que eventualmente a substitua ou a altere.



5.6.1.1.2 Os fiscais técnicos e administrativos serão designados pelo Superintendente de Gestão Administrativa, por meio de Portaria específica, a qual designará, também, o Gestor Orçamentário e o Gestor da Execução contratual.

5.6.1.1.3 Para efeito de recebimento provisório, os fiscais do contrato deverão apurar o resultado das avaliações da execução do objeto relativas ao mesmo mês de competência, especialmente no que se refere a:

- 3) Análise do desempenho, qualidade, frequência, assiduidade e cumprimento da prestação dos serviços realizados em consonância com os regimentos e determinações cabíveis, pela fiscalização técnica;
- 3) Cumprimento de obrigações trabalhistas/sociais/previdenciárias, pela fiscalização administrativa.

5.6.1.2 As análises pelas fiscalizações técnica e administrativa poderão resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada (glosas), e também no indicativo de reserva preventiva de valores relativos a obrigações não comprovadas, circunstâncias que deverão ser registradas pelo(s) fiscal(is) em relatório(s) a ser encaminhado ao gestor do contrato, para deliberação.

5.6.1.2.1 Eventuais glosas de valores serão processadas pela Administração em empenhos subsequentes à nota fiscal sob processamento, enquanto as reservas preventivas incidirão diretamente sobre esta.

5.6.1.3 Caso necessário, o fiscal notificará a empresa contratada, para regularização de documentos e serviços e/ou demais adequações cabíveis.

5.6.1.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta de preços, devendo ser refeitos ou ajustados no prazo de **48 (quarenta e oito) horas corridas**, a contar da intimação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.6.1.5 Os regimentos acerca da operacionalização do recebimento provisório constam no **APENSO III** a este termo de referência, especialmente o tópico **“3. REGRAS ADICIONAIS SOBRE FATURAMENTO, PAGAMENTO E COMPROVAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS”**.

5.6.2 RECEBIMENTO DEFINITIVO (Art. 140, I, ‘b’ da Lei nº 14.133/2021)

5.6.2.1 O recebimento definitivo mensal dos serviços será realizado pelo gestor da execução do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias do recebimento dos relatórios das fiscalizações, e obedecerá às seguintes diretrizes:

- a) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica e administrativa e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções, sem prejuízo das sanções previstas em contrato;
- b) Emitir Termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados e habilitação para pagamento, com base nos relatórios e documentação apresentados.

5.6.2.2 O prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.6.2.3 Caso necessário, o gestor da execução do contrato notificará a empresa contratada, para realização das regularizações, substituições e/ou adequações cabíveis.

5.6.2.4 Somente após o recebimento definitivo dos serviços prestados estará configurada a habilitação para pagamento à Contratada, o qual ocorrerá nos estritos termos da manifestação do gestor da execução do contrato.



5.6.2.5 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela contratada, do pagamento de todas as obrigações, inclusive trabalhistas, sociais e previdenciárias, dos empregados envolvidos na prestação de serviço contratado.

5.6.3 DEMAIS REGRAMENTOS

5.6.3.1 O MPBA rejeitará, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis.

5.6.3.2 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a empresa obrigada a adequar/substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, conforme prazo indicado em notificação, cabendo ao Gestor do Contrato somente habilitar para pagamento a(s) parcela(s) recebida(s) em conformidade.

5.6.3.3 O recebimento definitivo do objeto deste instrumento será concretizado depois de adotados, pelo MPBA, todos os procedimentos cabíveis em Ato Normativo próprio, no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/2023, devendo ocorrer no prazo indicado no item 5.6.2.1.

5.6.3.4 Nenhum prazo de pagamento correrá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas em nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s).

5.6.3.5 O aceite ou aprovação do objeto pelo MPBA não exclui a responsabilidade da empresa contratada pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

6. MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL (Art. 6º, XXIII, 'f', da Lei nº 14.133/21)

6.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o MPBA designará servidores, por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização do futuro contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a empresa contratada sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução do contrato.

6.1.2 Os perfis, atribuições e competências dos agentes administrativos designados para a gestão e fiscalização contratual, bem assim as regras de gestão contratual e tramitação documental correlata estão previstas na Instrução Normativa nº 001/2019, e norma(s) que eventualmente a substitua(m) ou altere(m).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'g' da Lei nº 14.133/2021)

7.1 MEDIÇÃO

7.1.1 Durante a execução contratual, os fiscais e gestores designados atuarão, na medida de suas competências, no monitoramento constantemente do nível de qualidade do serviço e do cumprimento das obrigações trabalhistas/previdenciárias/sociais correlatas, observando critérios de qualidade, prazos e conformidade com as especificações, devendo intervir para requerer à empresa contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.1.2 O pagamento à empresa contratada será condicionado à execução satisfatória e à aceitação dos serviços conforme critérios estabelecidos neste instrumento.

7.2 FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO



7.2.1 O pagamento será realizado mediante faturamento **mensal**, e deverá obedecer às regras e formas previstas no **APENSO III** a este termo de referência, especialmente o tópico “**3. REGRAS ADICIONAIS SOBRE FATURAMENTO, PAGAMENTO E COMPROVAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS**”.

7.2.2 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela contratada, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia.

7.2.3 O MPBA realizará retenções de cunho previdenciário e de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente.

7.2.4 O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta de preços e na nota de empenho.

7.2.5 Os pagamentos serão processados conforme ordem cronológica de pagamento, nos termos disciplinados no art.141 da Lei Federal de nº 14.133/21;

7.2.6 No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

7.2.7 O pagamento se concluirá no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo do Gestor de Execução do Contrato, desde que não haja pendência a ser regularizada pela contratada relativamente ao processamento do pagamento.

7.2.7.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, o prazo acima indicado será contado da data na qual foi realizada a respectiva regularização pela contratada.

7.2.8 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo MPBA, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do IPCA-Salvador (BA) *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto no item 7.2.7.1.

7.2.8.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao MPBA, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo contratante.

7.3 MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

7.3.1 Os preços do contrato serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 01 (um) ano, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

- a) à data da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;
- b) ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

7.3.2 Em relação aos **custos decorrentes do mercado**, a repactuação somente poderá ocorrer após o transcurso do prazo de 01 (um) ano da data do orçamento estimado pela Administração (indicada no APENSO I), mediante negociação entre as partes, tendo como limite máximo a variação do IPCA-Salvador (BA) relativo ao período decorrido entre àquela data e a data da solicitação do reajuste.

7.3.2.1 Os valores reajustados somente incidirão sobre as parcelas executadas após a data de solicitação de reajuste pela contratada.

7.3.2.2 Caso antes da data do reajustamento tenha ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio



econômico-financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, no que couber, para evitar acumulação injustificada.

7.3.3 No tocante aos **custos com mão de obra**, o interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo à categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.3.3.1 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.3.1.1 Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente de formalização de aditivo.

7.3.3.2 A Administração não se vinculará:

- a) às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;
- b) às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

7.3.3.3 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.3.4 A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do Contrato, desde que comprovada pela contratada a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.3.5 A majoração dos custos com assistência-médica, assistência odontológica e/ou seguro de vida poderá gerar a possibilidade de revisão do item correlato constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do Contrato, desde que comprovada pela contratada a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados e desde que respeitado o interregno mínimo de 01 (um) ano da data do orçamento estimado pela Administração.

7.3.6 A repactuação será precedida de solicitação da empresa contratada, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços atualizada acompanhada, quando se referir a custo de mão de obra, do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.3.7 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.3.8 A variação do valor contratual para fazer face à repactuação de preços será realizada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

7.3.9 A contratada deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.3.10 O MPBA, no prazo máximo de 01 (um) mês, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pela contratada.



7.3.10.1 O prazo referido no item 7.3.10 ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo MPBA para a comprovação da variação dos custos.

7.3.11 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do MPBA deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

7.3.12 As repactuações previstas no item 7.3.1 não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, II, "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.3.13 O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, sob pena de preclusão.

7.3.13.1 Caso, na data da prorrogação contratual, não tenha sido celebrado o novo acordo ou convenção coletiva ou tenha sido instaurado dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, bem como não tenha sido possível à contratada, no caso da existência de acordo ou convenção coletiva vigente, proceder aos cálculos devidos, deverá solicitar, até a data da assinatura do termo aditivo de prorrogação, que seja resguardado o seu direito à repactuação.

7.3.13.2 A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.3.14 O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do futuro contrato, nas hipóteses do art. 124, II, "d", ou do art. 135 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de um ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

7.3.15 Aplicam-se as disposições dos subitens 7.3.1 a 7.3.14, no que couber, à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de registro de preços celebrada entre as partes

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, XXIII, 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1.1 A empresa prestadora dos serviços será selecionada por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** e modo de disputa **ABERTO**.

8.1.2 Para apresentação da proposta de preços, deverão ser observadas as regras e condições previstas no **APENSO II** deste Termo de Referência, inclusive no que se refere a documentação, sob pena de desclassificação do certame.

8.2 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (Art. 68 da Lei nº 14.133/2021)

8.2.1.1 Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverão ser observados os requisitos exigidos no instrumento convocatório.

8.2.2 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (Art. 69 da Lei nº 14.133/21)

8.2.2.1 **SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.** Em observância à Instrução Normativa SAEB Nº 010/2024, será necessária a apresentação de:



1) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;

2) Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pela licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante)

Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante)

3) Demonstração de patrimônio líquido no montante equivalente a 10% (dez por cento) do valor a ser contratado, o qual será obtido com base na proposta final apresentada pela própria licitante, admitindo-se a sua atualização com base no INPC do IBGE, ou por outro índice oficial que lhe vier substituir.

8.2.2.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação, deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).

8.2.2.3 O balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício, caso a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos (art. 69, §6º da Lei nº 14.133, de 2021).

8.2.2.4 O balanço patrimonial e demonstrações contábeis podem ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.2.2.5 A licitante deverá apresentar, conforme o caso, publicação no Diário Oficial ou Jornal de Grande Circulação do Balanço ou cópia reprográfica das páginas do Livro Diário numeradas sequencialmente onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial ou no caso de empresas sujeitas à tributação com base no lucro real, o Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado emitido através do Sistema Público de Escrituração Digital -SPED, contendo Recibo de Entrega do Livro, os Termos de Abertura, Encerramento e Autenticação, podendo este último ser substituído pela Etiqueta da Junta Comercial ou Órgão de Registro.

8.2.2.6 Caso a licitante apresente o cálculo dos índices econômicos exigidos no item 8.2.2.1, subitem "2", aquele deverá ser assinado por profissional habilitado da área contábil.

8.2.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Art. 67 da Lei 14.133/2021)

8.2.3.1 **SERÁ EXIGIDA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.** Tendo como referencial os regramentos previstos no item 10 do ANEXO VII-A da Instrução Normativa MPOG nº 05, de 26 de maio de 2017, será necessária a apresentação de:

1) **Declaração** de que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

2) Comprovação de aptidão para a execução dos serviços, inclusive de complexidade tecnológica e operacional, equivalente com o objeto da contratação, por meio da apresentação de certidões ou **atestados**, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou por documentos regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.



8.2.3.2 Para fim de apresentação da declaração de conhecimento, ficará franqueada às licitantes a faculdade de visitar o local onde será executado o objeto, conforme regras previstas no item 4.1.4 deste Termo de Referência.

8.2.3.3 Para fim de comprovação de aptidão para a execução dos serviços, os atestados ou certidões deverão atender aos seguintes regramentos:

8.2.3.3.1 Serão entendidos como equivalentes as contratações de serviços mediante postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra;

8.2.3.3.2 A licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho licitados.

8.2.3.3.2.1 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, diferentes atestados/certidões relativos a serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

8.2.3.3.2 A licitante deverá comprovar que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de 03 (três) anos na execução de objeto equivalente ao da contratação, relativo ao gerenciamento de serviços de terceirização com mão de obra dedicada.

8.2.3.3.2.1 Será aceito o somatório de atestados/certidões para comprovação do interstício mínimo exigido.

8.2.3.3.2.2 Serão aceitos atestados/certidões referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins de comprovação do interstício mínimo exigido, não havendo obrigatoriedade de os 03 (três) anos serem ininterruptos.

8.2.3.3.2.3 Eventuais períodos concomitantes entre atestados não serão computados de forma cumulativa para fins de comprovação do interstício exigido, de modo que serão considerados somente os interstícios temporais distintos.

8.2.3.3.2.4 Somente serão aceitos atestados/certidões expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.2.3.3.2.5 A licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados/certidões solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço e telefone atuais da contratante e local em que foram prestados os serviços.

8.2.3.3.2.6 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.

8.2.3.3.2.7 Os atestados/certidões deverão se referir a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da licitante, especificadas no contrato social vigente.

8.2.3.3.2.8 Não serão aceitos atestados/certidões emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo comercial, industrial ou de quaisquer atividades econômicas de que faça parte a proponente.

8.3 DEMONSTRAÇÃO DE COMPATIBILIDADE (ART. 17, §3º da Lei nº 14.133/2021)

NÃO SE APLICA.

8.4 PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS



8.4.1 Considerando que o valor global do lote único supera R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), não haverá a previsão de exclusividade de participação para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Equiparadas, na licitação.

9. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – MPBA

9.1.1 O MPBA se obriga a:

9.1.1.1 Fornecer as informações necessárias para que a Contratada possa executar plenamente o objeto contratado;

9.1.1.2 Permitir o acesso dos funcionários da Contratada às instalações físicas do MPBA, nos locais e na forma necessários para a execução dos serviços;

9.1.1.3 Receber os serviços no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, observados os regramentos e condições para o ateste da regularidade das obrigações trabalhistas/sociais/fiscais relativas à mão de obra alocada no contrato;

9.1.1.4 Verificar minuciosamente, nos prazos fixados, a conformidade dos serviços prestados, inclusive no que se refere às obrigações trabalhistas/sociais/fiscais, para com as especificações constantes do Edital e anexos, bem assim com a legislação vigente, para fins de aceitação e recebimento;

9.1.1.5 Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratual, para que seja realizado ou corrigido, conforme o caso;

9.1.1.6 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais e legais pela contratada;

9.1.1.7 Efetuar os pagamentos à contratada nos valores apurados mensalmente relativamente à execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

9.1.1.8 Atestar as notas fiscais/faturas emitidas pela contratada, recusando-as quando inexatas ou incorretas, efetuando todos os pagamentos nas condições pactuadas;

9.1.1.9 Rejeitar os serviços executados fora das especificações exigidas ou quando não estejam de conformidade com os padrões requeridos, dando ciência dos motivos da recusa à contratada;

9.1.1.10 Notificar previamente a contratada, quando da aplicação de penalidades;

9.1.1.11 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.1.1.11.1 A administração responderá ao contratado dentro dos prazos legalmente estabelecidos, contados da data da conclusão da instrução do requerimento;

9.1.1.12 Fornecer à empresa contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas em edital e seus anexos.

9.2 OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

9.2.1 Para além das obrigações específicas previstas no APENSO III a este Termo de Referência, a empresa contratada se obriga a:



9.2.1.1 Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.2.1.2 Executar o objeto contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes no edital e seus anexos, nos locais determinados, nos dias, turnos e horários de expediente do MPBA, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

9.2.1.3 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.1.4 Dispor regularmente de toda mão de obra, alvarás, licenciamentos, autorizações, equipamentos, insumos e materiais necessários à execução do objeto deste Termo de Referência;

9.2.1.5 Assegurar que o objeto contratual não sofra solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

9.2.1.6 Promover a destinação final ambientalmente adequada dos materiais eventualmente empregados na prestação dos serviços, sempre que a legislação assim o exigir;

9.2.1.7 Emitir notas fiscais de acordo com a legislação, contendo descrição do objeto, mês de competência, dados do tomador (MPBA) e da contratada, e valor total faturado, competindo à contratada, ainda, observar, de acordo com a previsão da legislação tributária aplicável, nas hipóteses de retenção de tributos pelo MPBA, a necessidade de seu destaque, bem como a discriminação das informações requeridas nas Notas Fiscais, conforme os comandos legais específicos;

9.2.1.7.1 A eventual retenção de tributos pelo MPBA não implicará a responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pelo fornecedor.

9.2.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação e normativos específicos aplicáveis na execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao MPBA;

9.2.1.9 Responder por quaisquer danos e prejuízos causados em função do objeto do contrato a ser firmado, bem como por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralizações na execução dos serviços, salvo na ocorrência de motivo de força maior, apurados na forma da legislação vigente, e desde que comunicados ao MPBA no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do fato.

9.2.1.9.1 Não reduz a responsabilidade da contratada a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo MPBA, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.2.1.10 Atender, nos prazos consignados pela fiscalização ou gestão, às recusas ou determinações, pelo MPBA, de adequação dos serviços ou comprovações que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com o estipulado neste instrumento, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o MPBA;

9.2.1.11 Comunicar formalmente ao MPBA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal relativa à execução;

9.2.1.12 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo MPBA ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto;

9.2.1.13 Não contratar, durante a vigência do futuro contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do MPBA, ou do fiscal ou do gestor, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;



9.2.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do futuro contrato;

9.2.1.15 Cumprir, durante todo o período de execução do futuro contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133/2021);

9.2.1.16 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência do futuro contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Arts. 155 a 162 da Lei 14.133/2021)

10.1 O fornecedor sujeitar-se-á, no caso de cometimento de infrações ou inadimplemento de suas obrigações, às penalidades previstas nas Leis Federal nº. 14.133/2021 e Lei Estadual nº 14.634/23, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa, conforme disciplinado no instrumento convocatório.

10.2 Da aplicação das multas:

10.2.1 Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida.

10.2.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:

- I. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- II. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- III. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- IV. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- V. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas:

- I. Der causa à inexecução total do contrato;
- II. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.2.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato:

- I. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, 'i', da Lei nº 14.133/2021)

11.1 O custo estimado total da contratação, bem assim os valores máximos estabelecidos para cada tipo de Posto de Serviço se encontram na TABELA INDICATIVA DE ITENS A LICITAR disposta no APENSO I deste Termo de Referência.

11.2 As memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte, bem assim a indicação dos parâmetros utilizados, constam como anexo(s) ao procedimento administrativo de licitação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, XXIII, 'j' da Lei 14.133/2021)



12.1 As despesas decorrentes da contratação proposta correrão à conta de recursos específicos indicados em formulário(s) de informações orçamentárias anexo(s) ao procedimento administrativo de licitação.

13. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

13.1 O presente Termo de Referência foi elaborado pelos servidores integrantes do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria SGA nº 456/2025, alterada pelas Portarias SGA nº 033/2026 e 091/2026, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, afastando-se as características, cláusulas e condições que direcionem, comprometam, restrinjam ou frustre o caráter competitivo da licitação, passando, assim, a integrar o processo administrativo formalizado.

Salvador, abril de 2026.

FERNANDA DA COSTA PERES VALENTIM - Matrícula 352.831

PEDRO MACEDO DOS SANTOS FILHO - Matrícula 352.080

RENATO ALTINO PAIVA NETO - Matrícula 355.795

MILENA DE CARVALHO OLIVEIRA CÔRTEZ - Matrícula 352.739

Documento assinado digitalmente



FERNANDA DA COSTA PERES VALENTIM

Data: 24/04/2026 17:54:28-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Documento assinado digitalmente



RENATO ALTINO PAIVA NETO

Data: 27/04/2026 07:42:48-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Documento assinado digitalmente



PEDRO MACEDO DOS SANTOS FILHO

Data: 27/04/2026 08:33:30-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Documento assinado digitalmente



MILENA DE CARVALHO OLIVEIRA CORTES

Data: 27/04/2026 08:54:40-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

APENSO I

TABELA INDICATIVA DE ITENS A LICITAR

LOTE ÚNICO								
ITEM	POSTO DE SERVIÇOS	CÓDIGO CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE. ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO MENSAL MÁXIMO ESTIMADO	VALOR UNITÁRIO ANUAL MÁXIMO ESTIMADO	VALOR TOTAL MENSAL MÁXIMO ESTIMADO	VALOR TOTAL ANUAL MÁXIMO ESTIMADO
1	ENCARREGADO	25623	POSTO DE SERVIÇO MENSAL	08	R\$ 9.201,36	R\$ 110.416,32	R\$ 73.610,88	R\$ 883.330,56
2	OPERÁRIO QUALIFICADO – INSTALADOR DE TELEFONE	19739	POSTO DE SERVIÇO MENSAL	06	R\$ 6.645,69	R\$ 79.748,28	R\$ 39.874,14	R\$ 478.489,68
3	OPERÁRIO QUALIFICADO - CABISTA	13692	POSTO DE SERVIÇO MENSAL	10	R\$ 6.579,53	R\$ 78.954,36	R\$ 65.795,30	R\$ 789.543,60
4	OPERÁRIO QUALIFICADO – CARPINTEIRO	16551	POSTO DE SERVIÇO MENSAL	03	R\$ 6.614,56	R\$ 79.374,72	R\$ 19.843,68	R\$ 238.124,16
5	OPERÁRIO QUALIFICADO – ELETRICISTA	14354	POSTO DE SERVIÇO MENSAL	09	R\$ 7.043,75	R\$ 84.525,00	R\$ 63.393,75	R\$ 760.725,00
6	OPERÁRIO QUALIFICADO – ENCANADOR	19160	POSTO DE SERVIÇO MENSAL	03	R\$ 6.614,56	R\$ 79.374,72	R\$ 19.843,68	R\$ 238.124,16
7	OPERÁRIO QUALIFICADO – PEDREIRO	22160	POSTO DE SERVIÇO MENSAL	06	R\$ 6.614,56	R\$ 79.374,72	R\$ 39.687,36	R\$ 476.248,32
8	OPERÁRIO QUALIFICADO - PINTOR	19372	POSTO DE SERVIÇO MENSAL	09	R\$ 6.614,56	R\$ 79.374,72	R\$ 59.531,04	R\$ 714.372,48
9	SERVENTE PRÁTICO	24023	POSTO DE SERVIÇO MENSAL	12	R\$ 5.431,47	R\$ 65.177,64	R\$ 65.177,64	R\$ 782.131,68
10	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO – ELETRÔNICO	2739	POSTO DE SERVIÇO MENSAL	03	R\$ 6.614,56	R\$ 79.374,72	R\$ 19.843,68	R\$ 238.124,16
11	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO - EDIFICAÇÕES E MÓVEIS	1627	POSTO DE SERVIÇO MENSAL	20	R\$ 6.502,39	R\$ 78.028,68	R\$ 130.047,80	R\$ 1.560.573,60
VALOR ANUAL MÁXIMO ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO					R\$ 7.159.787,40			

OBSERVAÇÕES:

IDENTIDADE ENTRE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO E CÓDIGO(S) CATSER INFORMADO(S):

NÃO HÁ DIVERGÊNCIA(S) ENTRE AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS EM TERMO DE REFERÊNCIA E AQUELAS INDICADAS NO(S) CATSER(S)

PARA FINS DE CONTRATAÇÃO, o valor global anual do contrato será definido a partir do produto obtido entre os preços unitários anuais e quantidades de todos os postos de serviços contratados a cada saque da ARP, somado ao valor correspondente à estimativa anual de despesas com deslocamentos e horas extraordinárias, conforme item 1.3.3.1.1 do Termo de Referência.

DATA DO ORÇAMENTO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO: 07/04/2026

APENSO II

REGRAS PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

I. DA PROPOSTA DE PREÇOS

1. A empresa licitante deverá apresentar PROPOSTA DE PREÇO, preferencialmente conforme modelo indicado no MODELO DE PROPOSTA previsto em edital, contendo as seguintes informações:

- a) Dados de identificação da proponente;
- b) Dados para pagamento;
- c) indicação de todas as informações técnicas e quantitativas descritas no MODELO DE PROPOSTA, relativamente à tabela que descreve os postos;
- d) indicação de quantitativos, preços unitários e totais;
- e) assinatura pelo(a) representante legal da licitante;

1.1 Somente serão admitidas propostas com valores unitários e totais expressos em moeda nacional (Real – R\$), indicados em apenas duas casas decimais para os centavos e exatos, isto é, sem dízimas.

1.2 As propostas apresentadas deverão respeitar como limites máximos os valores estimados estabelecidos pela Administração neste Termo de Referência.

1.3 Caso requerido, o ônus da prova da exequibilidade dos preços ofertados incumbirá exclusivamente à autora da proposta, inclusive quanto aos itens que compõem as planilhas de custos e formação de preços.

1.3.1 Não se admitirá propostas e planilhas que apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando comprovadamente se referirem a materiais ou instalações de propriedade da licitante, para os quais ela expressamente renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

1.3.2 Para o fim de comprovação da exequibilidade de preços, quando requerida, deverá ser demonstrada a viabilidade destes através de planilha de detalhamento de custos e/ou insumos (se aplicável) acompanhada da documentação que comprove ou justifique que os valores ofertados são coerentes com os de mercado ou suficientes para o fiel cumprimento da execução contratual.

1.4 Os custos estimados com horas extraordinárias e deslocamentos (diárias e transportes) mencionados no item 1.3.3.1.1 do Termo de referência e nos itens 2.7.4, 2.20 e 2.21 do seu APENSO III não deverão compor as propostas das licitantes, as quais devem se ater ao modelo constante no ANEXO I ao edital, que contempla somente valores referentes aos preços mensais e anuais dos postos de serviços contratados.

1.5 Ao formular sua proposta, a licitante declara sua concordância em fazer a destinação de postos de serviços referida no item 2.37 do APENSO III deste Termo de Referência, caso exigível, nos termos do Ato Normativo nº 16, de 4 de abril de 2025.

II. DA DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE PREÇOS

2. Em conjunto com a proposta de preços, as licitantes deverão apresentar, sob pena de desclassificação:



2.1 As planilhas de composição de custos e formação de preços descritas neste APENSO II, em formato Excel ou equivalente, acompanhadas da planilha de detalhamento de fardamento exigida;

2.1.1 Deverá ser apresentada a “Planilha de Preços dos itens de fardamento” descrita neste APENSO II, a qual deverá detalhar os custos com fardamentos e EPs relativos a todos os postos de serviços licitados.

2.1.2 Caso solicitado pelo(a) pregoeiro(a) para fins de conferência, deverá a licitante (re)apresentar a planilha com abertura das fórmulas utilizadas para obtenção dos valores e/ou percentuais ofertados.

2.2 Declaração relativa ao enquadramento sindical da licitante, na qual deverão constar as indicações:

- a) da atividade econômica preponderante da empresa;
- b) do enquadramento sindical patronal da licitante na base territorial de execução do contrato, tendo em vista a atividade preponderante informada ou por força de decisão judicial; e
- c) da norma coletiva local vigente à qual está sujeita a licitante, juntamente com a cópia do referido instrumento coletivo do trabalho.

2.3 Cópia da carta ou registro sindical do sindicato patronal local ao qual a licitante declara ser enquadrada.

2.4 Comprovação do RAT Ajustado da licitante relativo ao ano de 2026, mediante documento comprobatório de consulta a site do Governo Federal competente.

2.5 Comprovação do Regime de Tributação da licitante (cumulativo ou não cumulativo), mediante apresentação de:

- a) cópia dos seguintes documentos da DCTFWeb relativa ao **último mês** de entrega exigível na data de abertura da licitação:
 - a.1) Recibo de Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTFWeb;
 - a.2) Relatório da Declaração Completa – DCTFWeb.
- b) **Para as empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa (lucro real):** comprovação das alíquotas médias efetivas do PIS e da COFINS, por meio dos seguintes documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta:
 - b.1) Relatório “Registros Fiscais - Consolidação das Operações por CST, Alíquotas e Bloco”;
 - b.2) Recibo de Entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições.

III. DAS REGRAS PARA PREENCHIMENTO DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS E DA PLANILHA DE PREÇOS DE FARDAMENTOS

3. Deverá ser apresentada uma planilha de composição de custos e formação de preços para cada um dos postos de serviços previstos neste termo de referência, bem assim a planilha de detalhamento de fardamentos, observadas as seguintes regras, sob pena de desclassificação:

3.1 Conforme modelos constantes no Tópico VII deste APENSO II, as planilhas de composição de custos deverão ser apresentadas separadamente para cada posto de serviço previsto, enquanto a planilha de detalhamento de fardamentos deverá ser única e contemplar todos os postos licitados.



3.1.1 No que se refere à planilha de preços dos itens de fardamento, deverá ser considerado o modelo da PLANILHA B (PLANILHA DE PREÇOS DOS ITENS DE FARDAMENTO). Nesta, os valores ofertados como “TOTAL MENSAL” deverão corresponder àqueles ofertados no item de custo “FARDAMENTOS E EPIS” da planilha de composição de custos e formação de preços do respectivo posto de serviços.

3.1.2.1 A planilha apresentada deverá adotar valores idênticos para itens de mesma especificação técnica entre os diferentes postos de serviços.

3.1.2 As planilhas deverão considerar que cada posto de serviços seja ocupado por 01 (um) colaborador, sem previsão de substituto no intervalo intrajornada.

3.2 No tocante ao preenchimento das colunas:

- a) Os dados relativos a valores deverão ser expressos em moeda nacional (Real – R\$) e indicados em apenas duas casas decimais para os centavos e exatos, isto é, sem dízimas;
- b) Os dados relativos a percentuais deverão ser indicados em apenas duas casas decimais e exatos, à exceção do percentual relativo ao RAT AJUSTADO da licitante, o qual deverá refletir o percentual exato indicado no documento oficial comprobatório apresentado na licitação, independentemente da quantidade de casas decimais;
- c) Os itens de custo que correspondem à aplicação de cálculo matemático, tais como somatórios (subtotais e totais) ou incidências entre itens, deverão refletir a exata conta a que se referem, respeitados os arredondamentos relativos às casas decimais e às dízimas.

3.3 Não será obrigatória a utilização do modelo de planilha previsto neste APENSO II, desde que nos arquivos apresentados pelas licitantes constem todas as informações ali requeridas.

3.3.1 A licitante deverá manter, inclusive, todos os itens de custos previstos na planilha de referência, sendo-lhe facultado incluir outros entendidos como necessários para assegurar a plena execução contratual, a fim de atender norma coletiva, este Termo de Referência e/ou regramentos previstos em outras legislações vigentes, desde que devidamente fundamentado.

3.3.1.1 A obrigatoriedade de manutenção dos itens de custos engloba os benefícios mensais e diários constantes na planilha, tais como auxílio-alimentação, cesta básica, assistência médica e odontológica e seguro de vida, ainda que não estejam expressas as obrigatoriedades na norma coletiva de trabalho indicada pela licitante.

3.3.1.2 Para a inclusão de novos itens de custos, a licitante deverá observar, além da legislação trabalhista, as normas coletivas aos quais está sujeita e que estejam vigentes na data designada para início da sessão pública, bem assim as regras previstas neste Termo de Referência.

3.3.2 Salvo permissivo legal autorizador, deverão ser mantidos, ademais, os percentuais previamente indicados nos submódulos 2.1 e 2.2 das planilhas de referência, haja vista se tratar de hipóteses de proporções matemáticas (submódulo 2.1) e regramentos legais (submódulo 2.2).

3.4 NORMA COLETIVA DE ENQUADRAMENTO DA LICITANTE: A norma coletiva a ser indicada deve corresponder àquela indicada/referida nos documentos exigidos conforme itens 2.2 e 2.3 deste APENSO II.

3.5 SALÁRIO BASE: A licitante deverá respeitar as **remunerações mínimas** estabelecidas para cada posto de serviços, indicadas abaixo e no APENSO III, sendo-lhe facultado majorá-los a seu critério:



ITEM	POSTO DE SERVIÇOS	SALÁRIO MENSAL
		VALOR (R\$)
1	ENCARREGADO	3.779,04
2	OPERÁRIO QUALIFICADO - INSTALADOR DE TELEFONE	2.455,70
3	OPERÁRIO QUALIFICADO - CABISTA	2.455,70
4	OPERÁRIO QUALIFICADO - CARPINTEIRO	2.455,70
5	OPERÁRIO QUALIFICADO - ELETRICISTA	2.455,70
6	OPERÁRIO QUALIFICADO - ENCANADOR	2.455,70
7	OPERÁRIO QUALIFICADO - PEDREIRO	2.455,70
8	OPERÁRIO QUALIFICADO - PINTOR	2.455,70
9	SERVENTE PRÁTICO	1.778,21
10	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO – ELETRÔNICO	2.482,10
11	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO - EDIFICAÇÕES E MÓVEIS	2.482,10

3.5.1 Caso o salário de referência previsto na norma coletiva aplicável à licitante seja maior que o acima previsto, deverá aquele ser considerado em detrimento da tabela acima.

3.5.2 Os pisos salariais acima listados foram estabelecidos conforme os pisos normativos previstos para o ano de 2026 nas normas coletivas aplicáveis às categorias na base territorial de Salvador - BA, ou a partir de pesquisas de preços de mercado.

3.5.2.1 As normas coletivas consideradas foram:

a) Para os postos de nº 1 a 8: a Convenção Coletiva firmada entre o sindicato patronal SINDUSCON (Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia) e o sindicatos laboral SINTRACOM (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e da Madeira no Estado da Bahia), datada em 31/03/2025;

b) Para os postos de nº 9 a 11: a Convenção Coletiva firmada entre o sindicato patronal SEAC (Sindicato das empresas de serviços e limpeza ambiental do Estado da Bahia) e o sindicatos laboral SINDILIMP (Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras da limpeza pública e terceirizados da Bahia) – 1º termo aditivo a convenção coletiva de trabalho 2025/2026, datado em 07/03/2025.

3.5.2.2 Na hipótese de a licitante se submeter a quaisquer das convenções acima indicadas, deverá considerar, para fins de apresentação de proposta, **as competências previstas no item 3.5.2.1 e os salários de referência para o ano de 2026 (se iguais ou superiores aos valores previstos na tabela do item 3.5)**, sem prejuízo de eventual repactuação quando da celebração contratual, caso tenha ocorrido a celebração de norma coletiva substitutiva posterior à abertura da licitação.

3.6 PROVISIONAMENTO DE ENCARGOS: Por força da Lei Estadual nº 12.949/2014, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 15.219/2014 e pelo Ato Normativo MPBA nº 014/2014, serão retidos mensalmente pela Administração, à título de provisionamento de encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, os valores correspondentes aos seguintes encargos trabalhistas, relativos aos trabalhadores ocupantes dos postos de serviços contratados:

Itens dos encargos trabalhistas a serem provisionados por posto de serviços sobre o valor da correlata remuneração (item TOTAL MÓDULO 1 de cada planilha de composição de custos)		Percentuais previstos no Decreto BA nº 15.219/2014
A	Férias e abono de férias	11,11%
B	Décimo terceiro salário	8,33%
C	Multa do FGTS nas rescisões sem justa causa	3,20%
D	FGTS incidentes sobre férias, abono de férias e décimo terceiro salário	1,56%
E	Contribuições previdenciárias incidentes sobre férias, abono de férias e décimo terceiro salário	3,89%
F	Contribuições sociais, tais como salário educação, SESI/SESC, SENAI/SENAC, INCRA, seguro acidente do trabalho e SEBRAE, incidentes sobre férias, abono de férias e décimo terceiro salário	1,71%

3.6.1 A retenção ocorrerá sobre o valor mensal contratado entre as partes, nos termos da cláusula 3.3.1.1 e correlatos do APENSO III do Termo de Referência.

3.6.2 Exclusivamente no que se refere ao item “F” da tabela acima, considerando que o percentual do encargo social “seguro acidente de trabalho” (ou “Risco Ambiental do Trabalho Ajustado”, conforme item 2.2.C dos modelos de planilhas de composição de custos) é variável de acordo com o FAP de cada licitante, o percentual de 1,71% acima tabelado corresponde ao máximo passível de retenção, de modo que a definição do percentual real a ser retido para o item “F”, nos termos da cláusula 3.6 acima, ocorrerá após a aplicação matemática do RAT ajustado informado em licitação.

3.6.3 Visando a exequibilidade da proposta da preços, os seguintes itens das planilhas de composição de custos apresentadas pelas licitantes deverão respeitar minimamente os percentuais indicados na tabela da cláusula 3.6 acima, a saber:

Item	Descrição na planilha de composição de custos:	Percentual mínimo aceitável
2.1 - A	Décimo terceiro salário	8,33%
2.1 - B	Adicional de Férias (1/3 constitucional)	2,78%
3 - E	Multa do FGTS nas rescisões sem justa causa	3,20%

3.7 RAT AJUSTADO: Para o item da planilha “**Risco Ambiental do Trabalho Ajustado**”, o percentual deverá refletir a multiplicação entre a alíquota de contribuição para os Riscos Ambientais do Trabalho (RAT) aplicável a esta licitação (2) e o Fator Acidentário de Prevenção - FAP relativos à empresa licitante, apresentado conforme item 2.4 deste APENSO II.

3.8 AUXÍLIO-TRANSPORTE, AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO E CESTA BÁSICA:

3.8.1 Para fins de preenchimento das planilhas, a licitante deverá seguir o quantitativo mensal de:

- a) Transportes: 44 (quarenta e quatro) passagens mensais;
- b) Auxílios-alimentação: 22 (vinte e dois) vales-alimentação mensais.

3.8.2 O valor do auxílio-alimentação e do auxílio-transporte ao colaborador deverá ser preenchido com o desconto da parte do empregado, conforme legislação e respeitado o limite da norma coletiva aplicável à licitante.



3.8.3 Para fins de pagamento real do **auxílio-transporte** ao colaborador, deverá ser considerado o valor necessário para custeio do seu deslocamento mensal, com base na tarifa de transporte público vigente em Salvador/BA, no montante equivalente à parcela que exceder a 6% (seis por cento) do seu salário base, nos termos da legislação em vigor.

3.8.4 Para fins de licitação e disputa de lances, todos os postos deverão ser previstos com o valor do auxílio-transporte correspondente ao da Capital – Salvador/BA.

3.8.4.1 O valor da tarifa de transporte público vigente em Salvador/BA, e a ser considerado pelas licitantes, é de R\$5,90 (cinco reais e noventa centavos).

3.8.5 Para pagamento de **auxílio-alimentação**, a licitante deverá respeitar o valor mínimo indicado a seguir e no item 2.17 do APENSO III, sendo-lhe facultado majorá-lo a seu critério:

3.8.5.1 R\$22,57 (vinte e dois reais e cinquenta e sete centavos) por dia de efetivo trabalho, observados os demais regramentos correlatos porventura previstos em norma coletiva, inclusive descontos.

3.8.6 No tocante à **cesta básica**, deverá a licitante deverá respeitar o valor mínimo de R\$ 225,16 (duzentos e vinte e cinco reais e dezesseis centavos), sendo-lhe facultado majorá-lo a seu critério.

3.8.6.1 Caso a norma coletiva de vinculação da licitante preveja valor de cesta básica maior que o acima previsto, deverá aquele ser considerado em detrimento do valor indicado no item 3.8.6.

3.9 AVISO PRÉVIO INDENIZADO: Para fins de dimensionamento do custo, deverá a licitante observar o regramento previsto no item 2.30 e seguintes do APENSO III deste Termo de Referência.

3.10 FARDAMENTO E EPIS: A licitante deverá indicar o valor mensal correspondente ao rateio do custo por 12 (doze) meses de:

- a) 02 (dois) kits completos de fardamento por funcionário, haja vista a exigência contratual de fornecimento de 1 (um) kit semestral;
- b) fornecimento/substituição de todos os EPI necessários, conforme regras e periodicidades previstos neste termo de referência e na legislação vigente;

3.10.1 O valor indicado para este item de custo deverá corresponder àquele ofertado como “TOTAL MENSAL” na PLANILHA DE PREÇOS DOS ITENS DE FARDAMENTO que complementa a planilha de composição de custos (PLANILHA B).

3.10.1.1 Considerando que a contratação poderá abranger colaboradores do sexo feminino ou masculino, a planilha de preços de fardamentos (PLANILHA B) deverá dimensionar valores capazes de custear suficientemente os itens de fardamento para quaisquer dos gêneros.

3.10.2 Em se tratando de insumo de custo variável, deverá a licitante comprovar a exequibilidade do item, caso requerido pelo(a) pregoeiro(a), observados as especificações de materiais e quantidades constantes no APENSO IV deste termo de referência.

3.10.3 Para fins de dimensionamento dos custos com fardamento, deverá a licitante observar as especificidades exigidas para cada posto de serviços, conforme APENSO IV deste termo de referência.

3.11 MATERIAIS E EQUIPAMENTOS: não deverá haver a previsão destes itens de custo na planilha, à luz do disposto no item 5.4 do Termo de Referência.

3.12 CUSTOS INDIRETOS: O item corresponde aos custos de ordem geral referentes à administração do negócio (ex.: material de expediente, salários indiretos, energia elétrica, água, aluguel etc.), e seu valor deverá ser apurado mediante aplicação do percentual indicado em planilha sobre os custos diretos apurados pelo somatório dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5.

3.12.1 Para fins de aceitação de proposta, será aceito o **índice máximo de 6,4%** para os custos indiretos, haja vista a média obtida mediante pesquisa de preços de mercado e histórico observado em contratações anteriores.

3.13 LUCRO: O item corresponde ao lucro da empresa sobre a contratação, e seu valor deverá ser apurado mediante aplicação do percentual indicado em planilha sobre os Custos Diretos apurados pelo somatório dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5.

3.13.1 Para fins de aceitação de proposta, será aceito o **índice máximo de 5,07%** para o lucro, haja vista a média obtida mediante pesquisa de preços de mercado e histórico observado em contratações anteriores.

3.14 TRIBUTOS - ISS: Para fins de licitação e disputa de lances, todos os postos deverão ser previstos com o percentual de ISS da Capital – Salvador/BA, que atualmente é de 5% (cinco por cento).

3.15 TRIBUTOS – PIS e COFINS: Deverá a licitante apresentar os percentuais conforme o regime de tributação informado e comprovado, a saber:

- a) Regime cumulativo (lucro presumido): alíquota de 0,65% para PIS e 3,00% para COFINS;
- b) Regime não-cumulativo (lucro real): alíquotas médias efetivas relativas aos últimos 12 (doze) meses que antecedem a apresentação da proposta, limitadas a 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS.

3.15.1 Na hipótese de regime não cumulativo (lucro real), as alíquotas indicadas nas planilhas deverão corresponder àquelas obtidas a partir da documentação probatória referida no item 2.5 deste APENSO II, cujas regras de análise seguem discriminadas no tópico a seguir.

IV. DAS OUTRAS REGRAS RELATIVAS AOS DEMAIS DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A PROPOSTA DE PREÇOS

4. DECLARAÇÃO RELATIVA AO ENQUADRAMENTO SINDICAL DA LICITANTE:

4.1 Excepcionalmente, caso não haja norma coletiva vigente aplicável à licitante, a empresa deverá declarar e justificar tal condição expressamente, além de observar os parâmetros da legislação trabalhista e deste termo de referência.

4.2 É de responsabilidade da licitante a indicação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas, tendo em vista seu enquadramento sindical (art. 511, § 2º, da CLT) ou, em caso de vinculação sindical plúrima do empregador terceirizante (art. 581, §1º, CLT), a norma coletiva de trabalho (ACT/CCT) que envolva os segmentos profissionais cujas atividades estejam contempladas no objeto da licitação.

5. COMPROVAÇÃO DO RAT AJUSTADO: a comprovação deverá ocorrer, preferencialmente, mediante juntada de consulta feita pela empresa ao Portal FAP, ao Portal E-Social ou ao site da Previdência Social.

6. COMPROVAÇÃO DO REGIME DE TRIBUTAÇÃO NÃO CUMULATIVO (LUCRO REAL):

6.1 Para as empresas optantes pelo regime de incidência não cumulativa (lucro real), as alíquotas de PIS e COFINS indicadas nos respectivos itens de custo das planilhas de custos e formação de preços deverão corresponder àquelas apuradas conforme documentação apresentada, sob pena de rejeição.

6.1.1 Para fins de apuração dos percentuais e PIS e COFINS, serão utilizadas as seguintes planilhas-base:

Apuração do percentual médio de recolhimento do PIS					
Mês	Base de cálculo	Contribuição apurada	Crédito Descontado	Contribuição Devida	Percentual Efetivo
Últimos 12 meses	A	$B = A * 1,65\%$	C	$D = B - C$	$E = D/A$
mês 1					
mês 2					
mês 3					
mês 4					
mês 5					
mês 6					
mês 7					
mês 8					
mês 9					
mês 10					
mês 11					
mês 12					
Percentual médio do período					%

Apuração do percentual médio de recolhimento do COFINS					
Mês	Base de cálculo	Contribuição apurada	Crédito Descontado	Contribuição Devida	Percentual Efetivo
Últimos 12 meses	A	$B = A * 7,60\%$	C	$D = B - C$	$E = D/A$
mês 1					
mês 2					
mês 3					
mês 4					
mês 5					
mês 6					
mês 7					
mês 8					
mês 9					
mês 10					
mês 11					
mês 12					
Percentual médio do período					%

6.1.2 A BASE DE CÁLCULO mensal a ser considerada será aquela constante no relatório “Registros Fiscais - Consolidação das Operações por CST, Alíquotas e Bloco”.

6.1.3 Serão considerados à título de CRÉDITO DESCONTADO somente os valores previstos como “CRÉDITOS DESCONTADOS” no “Recibo de Entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições”.

6.1.3.1 Não será admitida a utilização dos valores previstos como “RETENÇÕES E OUTRAS DEDUÇÕES” para fins de apuração de CRÉDITOS DESCONTADOS, conquanto não se enquadrarem dentre as hipóteses taxativamente previstas no art. 3º da lei nº10.637/2002 (PIS) e do art. 3º da lei nº10.833/2003 (COFINS), além de se constituírem como antecipação de pagamentos devidos e, portanto, passíveis de inclusão no cálculo da

alíquota efetiva.

V. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7. Deverão ser desclassificadas as propostas que contrariem as disposições definidas em edital e neste termo de referência.

7.1 Desde que não divirjam das disposições acima referidas, as propostas e/ou planilhas que contenham erros sanáveis poderão ser ajustadas, se possível, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, desde que não haja majoração do preço proposto, conforme o disposto na Instrução Normativa nº 05/2017 Anexo VII-A, subitem 7.9, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

7.1.1 Caso seja possível a realização de ajustes, não será concedida mais de uma oportunidade para a licitante adequar o mesmo erro apontado pelo MPBA quando da análise da proposta e planilhas.

7.1.1.1 Não se oportunizará à licitante ajustar erros que sejam consequentes ou posteriores àquele inicialmente apontado pelo MPBA.

7.2 O disposto nos itens 7.1.1 e 7.1.1.1 não implicarão em prejuízo às prerrogativas do pregoeiro instituídas por lei ou previstas em edital.

7.3 O MPBA poderá solicitar à licitante quantas diligências entender cabíveis à consecução da completa análise dos documentos ofertados.

8. A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006.

8.1 A licitante incluída no Simples Nacional deverá formular sua proposta considerando a tributação comum aplicável aos serviços, sob pena de desclassificação.

8.1.1 Na hipótese deste item, a licitante que venha a ser contratada estará sujeita à exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em face do disposto no art. 31, II, da Lei Complementar nº 123/2006.

8.1.2 O pedido da exclusão do Simples Nacional deverá ser feito no prazo previsto no art. 30, §1º, II, da Lei Complementar nº 123/2006, devendo a contratada apresentar cópia do ofício encaminhado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de recebimento, como condição para recebimento do pagamento desde a primeira fatura da prestação dos serviços.

VII. MODELO DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS		
A	Nome do posto de serviços	<i>Indicar</i>
B	Unidade de Medida	Posto de serviços mensal
C	Quantidade de profissionais por posto de serviços	1
D	Jornada de trabalho	40 horas semanais

DADOS COMPLEMENTARES PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE À MÃO-DE-OBRA		
1	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	<i>indicar</i>



2	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	<i>indicar</i>
3	Norma coletiva de enquadramento da licitante	<i>indicar</i>
4	Número do registro da convenção no MTE	<i>indicar</i>
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	<i>indicar</i>

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1	Itens de custo (descrição)	Valor (R\$)
A	Salário Base	<i>indicar</i>
TOTAL DO MÓDULO 1		<i>indicar</i>

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário e Adicional de férias			
2.1	Itens de custo (descrição)	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	8,33	<i>indicar</i>
B	Adicional de férias (1/3 constitucional)	2,78	<i>indicar</i>
Subtotal (A+B)		11,11	<i>indicar</i>
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º Salário e Adicional de férias	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
TOTAL SUBMÓDULO 2.1 [(Subtotal A+B) + C]		<i>indicar</i>	<i>indicar</i>

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições sociais			
2.2	Itens de custo (descrição)	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00	<i>indicar</i>
B	Salário Educação	2,50	<i>indicar</i>
C	Risco Ambiental do Trabalho Ajustado – RAT ajustado (FAP x RAT)	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
D	SESC	1,50	<i>indicar</i>
E	SENAC	1,00	<i>indicar</i>
F	SEBRAE	0,60	<i>indicar</i>
G	INCRA	0,20	<i>indicar</i>
H	FGTS	8,00	<i>indicar</i>
TOTAL SUBMÓDULO 2.2 (A+B+C+D+E+F+G+H)		<i>indicar</i>	<i>indicar</i>

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários				
2.3	Itens de custo (descrição)	Quantidade	Valor por dia (R\$)	Valor mensal (R\$)
A	Transporte	44	R\$ 5,90	<i>indicar</i>
B	Auxílio-Alimentação	22	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
C	Cesta Básica			<i>indicar</i>
D	Assistência médica			<i>indicar</i>
E	Assistência odontológica			<i>indicar</i>
F	Seguro de vida			<i>indicar</i>
TOTAL SUBMÓDULO 2.3 (A+B+C+D+E+F)				<i>indicar</i>

MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Itens de custo (descrição)	%	Valor (R\$)

A	Aviso prévio indenizado - ocorrências ao longo da execução	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
B	Incidência do FGTS sobre Aviso prévio indenizado	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
C	Aviso prévio trabalhado - Término do contrato	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
D	Incidência do submódulo 2.2 sobre aviso prévio trabalhado	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
E	Multa do FGTS nas rescisões sem justa causa	3,20%	<i>indicar</i>
TOTAL MÓDULO 3 (A+B+C+D+E)		<i>indicar</i>	<i>indicar</i>

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
4	Itens de custo (descrição)	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de férias	8,33%	<i>indicar</i>
B	Substituto na cobertura de ausência por doença	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
C	Substituto na cobertura de licença paternidade	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
D	Substituto na cobertura de licença maternidade	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
E	Substituto na cobertura de ausência por acidente de trabalho	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
F	Substituto na cobertura de outras ausências legais	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
G	Proporcional de férias, adicional de férias e 13º salário sobre custos de reposição - exceto licença maternidade	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
Subtotal (A+B+C+D+E+F+G)		<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
H	Incidência do submódulo 2.2 sobre custos de reposição (<i>incidência aplicável sobre Subtotal (A+B+C+D+E+F+G)</i>)	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
TOTAL MÓDULO 4 [(Subtotal A +B+C+D+E+F+G) + H]		<i>indicar</i>	<i>indicar</i>

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		
5	Itens de custo (descrição)	Valor (R\$)
A	Fardamentos e EPIs	<i>indicar</i>
TOTAL MÓDULO 5		<i>indicar</i>

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS			
6	Itens de custo (descrição)	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (<i>aplicável sobre somatório dos totais Módulos 1, 2, 3, 4 e 5</i>)	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
B	Lucro (<i>aplicável sobre somatório dos totais Módulos 1, 2, 3, 4 e 5 + custos indiretos</i>)	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
C - TRIBUTOS			
C.1	PIS	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
C.2	COFINS	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
C.3	ISS	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
TOTAL MÓDULO 6 (A+B+C.1+C.2+C.3)			<i>indicar</i>

QUADRO-RESUMO DA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS		
Mão de obra vinculada à execução contratual		Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	<i>indicar</i>
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	<i>indicar</i>

C	Módulo 3 – Provisão para rescisão	<i>indicar</i>
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do profissional ausente	<i>indicar</i>
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	<i>indicar</i>
Subtotal (A + B + C + D + E)		<i>indicar</i>
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	<i>indicar</i>
VALOR TOTAL POR UNIDADE DE MEDIDA (POSTO DE SERVIÇOS MENSAL)		<i>indicar</i>

PLANILHA B - MODELO DE PLANILHA DE PREÇOS DOS ITENS DE FARDAMENTO

POSTOS DE SERVIÇOS	ITEM	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE ANUAL	VALOR ANUAL	RATEIO MENSAL (1/12)
ENCARREGADO, OPERÁRIO QUALIFICADO – INSTALADOR DE TELEFONE, OPERÁRIO QUALIFICADO – CABISTA, TÉCNICO EM MANUTENÇÃO - EDIFICAÇÕES E MÓVEIS E TÉCNICO EM MANUTENÇÃO - ELETRÔNICO	CALÇA JEANS OU BRIM	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	CAMISA PÓLO	<i>indicar</i>	8	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	MEIA ESPORTIVA (PAR)	<i>indicar</i>	6	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	SAPATO DE SEGURANÇA (PAR)	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
TOTAL MENSAL					

POSTOS DE SERVIÇOS	ITEM	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE ANUAL	VALOR ANUAL	RATEIO MENSAL (1/12)
OPERÁRIO QUALIFICADO – ELETRICISTA	CONJUNTO NR 10 ELETRICISTA ANTICHAMAS	<i>indicar</i>	6	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	CAMISA MANGA LONGA UV 50+	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	MEIA ESPORTIVA (PAR)	<i>indicar</i>	6	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	BOTINA DE SEGURANÇA COM SOLADO ISOLANTE (PAR)	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	CAPACETE DE SEGURANÇA	<i>indicar</i>	1	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR	<i>indicar</i>	2	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	ÓCULOS DE PROTEÇÃO UV FUMÊ	<i>indicar</i>	2	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	LUVA DE VAQUETA (PAR)	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	CINTURÃO DE SEGURANÇA COM TALABARTE DUPLO	<i>indicar</i>	1	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
TOTAL MENSAL					<i>indicar</i>

POSTOS DE SERVIÇOS	ITEM	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE ANUAL	VALOR ANUAL	RATEIO MENSAL (1/12)
OPERÁRIO QUALIFICADO – CARPINTEIRO	CALÇA JEANS OU BRIM	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	CAMISA PÓLO	<i>indicar</i>	8	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	CAMISA MANGA LONGA UV 50+	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	MEIA ESPORTIVA (PAR)	<i>indicar</i>	6	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	SAPATO DE SEGURANÇA (PAR)	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	CAPACETE DE SEGURANÇA	<i>indicar</i>	1	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR	<i>indicar</i>	2	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	ÓCULOS DE PROTEÇÃO UV FUMÊ	<i>indicar</i>	2	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	LUVAS DE RASPA (PAR)	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	MÁSCARA PFF1	<i>indicar</i>	6	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	MÁSCARA PFF2	<i>indicar</i>	6	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	LUVA DE POLIAMIDA COM BANHO DE NITRÍLICO (PAR)	<i>indicar</i>	12	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	BONÉ ÁRABE	<i>indicar</i>	2	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG (EM ESPUMA)	<i>indicar</i>	12	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	LUVA MULTIUSO PU COM PROTEÇÃO MULTITATO (PAR)	<i>indicar</i>	12	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
TOTAL MENSAL					<i>indicar</i>

POSTOS DE SERVIÇOS	ITEM	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE ANUAL	VALOR ANUAL	RATEIO MENSAL (1/12)
OPERÁRIO QUALIFICADO – ENCANADOR	CALÇA JEANS OU BRIM	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	CAMISA PÓLO	<i>indicar</i>	8	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	CAMISA MANGA LONGA UV 50+	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	MEIA ESPORTIVA (PAR)	<i>indicar</i>	6	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	SAPATO DE SEGURANÇA (PAR)	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	CAPACETE DE SEGURANÇA	<i>indicar</i>	1	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR	<i>indicar</i>	2	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	ÓCULOS DE PROTEÇÃO UV FUMÊ	<i>indicar</i>	2	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	LUVAS DE RASPA (PAR)	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	MÁSCARA PFF1	<i>indicar</i>	6	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	MÁSCARA PFF2	<i>indicar</i>	6	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	LUVA DE POLIAMIDA COM BANHO DE NITRÍLICO (PAR)	<i>indicar</i>	12	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	BONÉ ÁRABE	<i>indicar</i>	2	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG (EM ESPUMA)	<i>indicar</i>	12	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	LUVA MULTIUSO PU COM PROTEÇÃO MULTITATO (PAR)	<i>indicar</i>	12	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	LUVAS NITRÍLICAS LONGAS ANTIESTÁTICA (PAR)	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	MACACÃO IMPERMEÁVEL	<i>indicar</i>	12	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
TOTAL MENSAL					<i>indicar</i>

POSTOS DE SERVIÇOS	ITEM	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE ANUAL	VALOR ANUAL	RATEIO MENSAL (1/12)
OPERÁRIO QUALIFICADO – PEDREIRO	CALÇA JEANS OU BRIM	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	CAMISA PÓLO	<i>indicar</i>	8	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	CAMISA MANGA LONGA UV 50+	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	MEIA ESPORTIVA (PAR)	<i>indicar</i>	6	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	SAPATO DE SEGURANÇA (PAR)	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	CAPACETE DE SEGURANÇA	<i>indicar</i>	1	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR	<i>indicar</i>	2	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	ÓCULOS DE PROTEÇÃO UV FUMÊ	<i>indicar</i>	2	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	LUVAS DE RASPA (PAR)	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	MÁSCARA PFF1	<i>indicar</i>	6	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	MÁSCARA PFF2	<i>indicar</i>	6	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	LUVA DE POLIAMIDA COM BANHO DE NITRÍLICO (PAR)	<i>indicar</i>	12	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	BONÉ ÁRABE	<i>indicar</i>	2	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG (EM ESPUMA)	<i>indicar</i>	12	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	LUVA MULTIUSO PU COM PROTEÇÃO MULTITATO (PAR)	<i>indicar</i>	12	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	LUVAS NITRÍLICAS LONGAS ANTIESTÁTICA (PAR)	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	CINTURÃO DE SEGURANÇA COM TALABARTE DUPLO	<i>indicar</i>	1	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
TOTAL MENSAL					<i>indicar</i>

POSTOS DE SERVIÇOS	ITEM	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE ANUAL	VALOR ANUAL	RATEIO MENSAL (1/12)
OPERÁRIO QUALIFICADO – PINTOR	CALÇA JEANS OU BRIM	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	CAMISA PÓLO	<i>indicar</i>	8	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	CAMISA MANGA LONGA UV 50+	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	MEIA ESPORTIVA (PAR)	<i>indicar</i>	6	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	SAPATO DE SEGURANÇA (PAR)	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	CAPACETE DE SEGURANÇA	<i>indicar</i>	1	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR	<i>indicar</i>	2	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	ÓCULOS DE PROTEÇÃO UV FUMÊ	<i>indicar</i>	2	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	LUVAS DE RASPA (PAR)	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	MÁSCARA PFF1	<i>indicar</i>	6	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	MÁSCARA PFF2	<i>indicar</i>	6	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	LUVA DE POLIAMIDA COM BANHO DE NITRÍLICO (PAR)	<i>indicar</i>	12	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>

	BONÉ ÁRABE	<i>indicar</i>	2	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG (EM ESPUMA)	<i>indicar</i>	12	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	LUVA MULTIUSO PU COM PROTEÇÃO MULTITATO (PAR)	<i>indicar</i>	12	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	LUVAS NITRÍLICAS LONGAS ANTIESTÁTICA (PAR)	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	CINTURÃO DE SEGURANÇA COM TALABARTE DUPLO	<i>indicar</i>	1	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	MACACÃO IMPERMEÁVEL	<i>indicar</i>	12	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
TOTAL MENSAL					<i>indicar</i>

POSTOS DE SERVIÇOS	ITEM	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE ANUAL	VALOR ANUAL	RATEIO MENSAL (1/12)
OPERÁRIO QUALIFICADO – SERVENTE PRÁTICO	CALÇA JEANS OU BRIM	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	CAMISA PÓLO	<i>indicar</i>	8	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	CAMISA MANGA LONGA UV 50+	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	MEIA ESPORTIVA (PAR)	<i>indicar</i>	6	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	SAPATO DE SEGURANÇA (PAR)	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	CAPACETE DE SEGURANÇA	<i>indicar</i>	1	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR	<i>indicar</i>	2	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	ÓCULOS DE PROTEÇÃO UV FUMÊ	<i>indicar</i>	2	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	LUVAS DE RASPA (PAR)	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	MÁSCARA PFF1	<i>indicar</i>	6	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	MÁSCARA PFF2	<i>indicar</i>	6	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	LUVA DE POLIAMIDA COM BANHO DE NITRÍLICO (PAR)	<i>indicar</i>	12	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	BONÉ ÁRABE	<i>indicar</i>	2	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG (EM ESPUMA)	<i>indicar</i>	12	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	LUVA MULTIUSO PU COM PROTEÇÃO MULTITATO (PAR)	<i>indicar</i>	12	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
	LUVAS NITRÍLICAS LONGAS ANTIESTÁTICA (PAR)	<i>indicar</i>	4	<i>indicar</i>	<i>indicar</i>
TOTAL MENSAL					<i>indicar</i>



APENSO III

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS

1. DESCRIÇÃO DOS POSTOS DE SERVIÇOS:

NOME DO POSTO	ENCARREGADO
REQUISITOS MÍNIMOS	<ul style="list-style-type: none">• Ensino médio completo + Curso Técnico ou Profissionalizante compatível com a função OU experiência mínima comprovada de 03 (três) anos como encarregado ou congêneres;• Domínio intermediário do pacote office, especialmente em Excel e Word, e de ferramentas computacionais ligadas à função;• Disponibilidade para viagens pelo interior da Bahia;• Boa comunicação oral e escrita, proatividade, análise e resolução de problemas, flexibilidade e bom relacionamento interpessoal;• 02 (dois) anos em atividades relacionadas com a função.
ATRIBUIÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• Supervisionar, coordenar e fiscalizar as equipes operacionais de manutenção predial e de redes, garantindo a disciplina, o cumprimento das normas de segurança do trabalho e a qualidade dos serviços realizados;• Coordenar a execução dos trabalhos e distribuição das equipes de pessoal, conforme alinhamento prévio com a unidade administrativa;• Participar da elaboração e acompanhamento de cronogramas de execução dos serviços pelas equipes, inclusive programações de serviços externos, roteiros de viagens e controle de custos, quando aplicável;• Controlar os padrões de produtividade e qualidade dos serviços de manutenção e de redes, elaborando relatórios técnicos e gerenciais, bem como utilizando sistemas informatizados de controle, quando disponíveis;• Realizar inspeções e conferências dos serviços executados pelas equipes, a fim de assegurar o cumprimento do projeto conforme planejado, os padrões de qualidade e segurança exigidos para cada serviço e o atendimento às normas técnicas e de segurança aplicáveis;• Controlar a assiduidade e pontualidade dos colaboradores sob sua supervisão, bem como zelar pela apresentação pessoal adequada e conduta no ambiente de trabalho;• Fiscalizar o uso adequado de ferramentas, equipamentos e EPIs pelas equipes de manutenção e de redes, assegurando o correto funcionamento e conservação dos mesmos;• Gerenciar os estoques de materiais, insumos e peças de reposição utilizados na execução dos serviços pelas equipes, garantindo níveis mínimos adequados ao funcionamento contínuo dos serviços;• Encaminhar à unidade administrativa as solicitações de aquisição de materiais e peças, conforme necessidades identificadas no dia a dia da execução dos serviços;• Prestar orientações técnicas ao público interno e fornecedores a respeito das atividades de manutenção predial e de redes, e procedimentos relacionados;• Realizar o registro de informações e atualização de dados em sistemas administrativos e de gestão da manutenção, conforme permissão de acesso;• Consultar sistemas informatizados para levantamento de informações necessárias à execução das atividades de manutenção, de redes e de controle dos serviços;• Gerenciar e acompanhar as demandas de manutenção sob responsabilidade da unidade, com atenção especial aos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra;• Atuar na interlocução com membros, servidores, fornecedores e demais usuários, recepcionando, distribuindo e acompanhando as solicitações relacionadas à manutenção predial ou redes;• Prestar orientações ao público interno e externo relativamente aos processos e conhecimentos de sua área de atuação;• Prestar informações e elaborar documentos para instrução de processos administrativos;• Cadastramento ou registro de informações em sistemas operacionais ou administrativos nos quais lhe seja permitido o acesso;• Consultar sistemas informatizados de busca de dados e informações e de controles de processos com a finalidade de fornecer subsídio em sua atividade;• Auxiliar, quando solicitado, na pesquisa de dados de processos eletrônicos e/ou em sistema próprio ou licenciado para o contratante;



	<ul style="list-style-type: none">Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e com grau de complexidade compatível com a função.
CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO) SUGERIDA	4101-05 - Supervisor administrativo de pessoal

NOME DO POSTO	OPERÁRIO QUALIFICADO (Instalador de Telefone)
REQUISITOS MÍNIMOS	<ul style="list-style-type: none">Ensino Médio Completo + Curso Técnico ou Profissionalizante em Telecomunicações;Disponibilidade para viagens pelo interior da Bahia;Boa comunicação oral e escrita, proatividade, análise e resolução de problemas, flexibilidade e bom relacionamento interpessoal;02 (dois) anos em atividades relacionadas com instalação e manutenção de equipamentos de telecomunicação;
ATRIBUIÇÕES	<ul style="list-style-type: none">Realizar a instalação, manutenção e reparo de equipamentos de telecomunicação;Executar a instalação e configuração de centrais telefônicas;Realizar a organização e identificação de cabos e pontos de telefone;Instalar racks e organizadores de cabos;Remanejar e/ou instalar novos pontos de telefonia, com lançamento e conectorização de cabos;Prestar orientações ao público interno e externo relacionadas aos processos e conhecimentos de sua área de atuação;Cumprir prazos e metas de execução estabelecidas pelo encarregado e/ou pela unidade administrativa de atuação do posto de serviços;Cadastramento, registro ou consulta de informações em sistemas operacionais ou administrativos nos quais lhe seja permitido o acesso;Prestar orientações ao público interno e externo relativamente à sua área de atuação;Prestar informações para instrução de processos administrativos;Realizar as atividades com observância das normas técnicas e de segurança vigentes;Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade compatível com a função.
CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO) SUGERIDA	7313-20 – Instalador-Reparador de linhas e aparelhos de telecomunicações

NOME DO POSTO	OPERÁRIO QUALIFICADO (Cabista)
REQUISITOS MÍNIMOS	<ul style="list-style-type: none">Ensino Médio Completo + Curso Técnico ou Profissionalizante em Telecomunicações OU experiência mínima comprovada de (03) três anos em instalação e configuração de redes;Disponibilidade para viagens pelo interior da Bahia;Boa comunicação oral e escrita, proatividade, análise e resolução de problemas, flexibilidade e bom relacionamento interpessoal;01 (um) ano em atividades relacionadas com instalação e manutenção de cabeamento de redes.
ATRIBUIÇÕES	<ul style="list-style-type: none">Realizar a instalação e montagem de infraestruturas de cabeamento;Realizar manutenção e reparo de redes;Executar a instalação e configuração de câmeras de CFTV;Realizar a organização, identificação, testes e certificação de cabos e pontos de rede;Instalar racks e organizadores de cabos;Realizar a substituição e configuração de equipamentos relacionados com infraestrutura de rede, videomonitoramento e monitoramento eletrônico;Cumprir prazos e metas de execução estabelecidas pelo encarregado e/ou pela unidade administrativa de atuação do posto de serviços;Cadastramento, registro ou consulta de informações em sistemas operacionais ou administrativos nos quais lhe seja permitido o acesso;Prestar orientações ao público interno e externo relativamente à sua área de atuação;Prestar informações para instrução de processos administrativos;Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e com grau de complexidade compatível com a função.



CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO) SUGERIDA	7321-10 – Cabista
---	-------------------

NOME DO POSTO	OPERÁRIO QUALIFICADO (Pedreiro)
REQUISITOS MÍNIMOS	<ul style="list-style-type: none">• Ensino fundamental + Curso de formação NR-35 SPIN;• Disponibilidade para viagens pelo interior da Bahia;• Boa comunicação oral, proatividade, resolução de problemas, flexibilidade e bom relacionamento interpessoal;• (02) dois anos em atividades relacionadas com a função.
ATRIBUIÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• Realizar reparos na estrutura física dos prédios;• Executar contrapisos e revestimentos com argamassa em geral;• Executar serviços de impermeabilização em diversas superfícies;• Assentar revestimentos cerâmicos e pisos;• Assentar esquadrias de diferentes tipos;• Executar reparos em coberturas e telhados;• Solicitar e efetuar controle dos materiais e ferramentas relacionados as suas atividades;• Realizar atividades em altura, em conformidade com as normas de segurança vigentes;• Executar outros serviços de alvenaria, concreto, acabamento e manutenção predial relacionados a sua função, em conformidade com as normas de segurança vigentes;• Auxiliar no planejamento e organização do local de execução das suas atividades;• Auxiliar na destinação dos resíduos e limpeza de entulhos e materiais resultantes da realização dos serviços relacionados;• Cumprir prazos e metas de execução estabelecidas pelo encarregado e/ou pela unidade administrativa de atuação do posto de serviços;• Cadastramento, registro ou consulta de informações em sistemas operacionais ou administrativos nos quais lhe seja permitido o acesso;• Prestar orientações ao público interno e externo relativamente à sua área de atuação;• Prestar informações para instrução de processos administrativos;• Realizar as atividades com observância das normas técnicas e de segurança vigentes;• Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e com grau de complexidade compatível com a função.
CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO) SUGERIDA	7152-10 – Pedreiro

NOME DO POSTO	OPERÁRIO QUALIFICADO (Eletricista)
REQUISITOS MÍNIMOS	<ul style="list-style-type: none">• Ensino Médio Completo + Curso Técnico ou Profissionalizante compatível com a função + Curso de formação NR-10;• Disponibilidade para viagens pelo interior da Bahia;• Boa comunicação oral e escrita, proatividade, análise e resolução de problemas, flexibilidade e bom relacionamento interpessoal;• 02 (dois) anos de experiência na função.
ATRIBUIÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• Planejar e executar serviços elétricos, conforme normas técnicas e de segurança;• Instalar sistemas de distribuição elétrica de baixa e alta tensão;• Realizar montagem, manutenção e reparo de instalações elétricas e equipamentos auxiliares;• Inspeccionar o funcionamento de conjuntos de recalque, circuitos, chaves, dispositivos de proteção, contadores e chaves de fim de curso;• Substituir componentes dos conjuntos de motobombas, quando necessário;• Realizar a limpeza e conservação das caixas de entrada e distribuição, dos contatos elétricos e disjuntores;• Realizar testes de temperatura em cabos, quadros e disjuntores;• Acompanhar rotineiramente o estado dos contatos elétricos, realizando a substituição de peças desgastadas, como disjuntores, tomadas, interruptores e pontos de luz;



	<ul style="list-style-type: none">• Verificar o estado de isolamento das emendas de fios, substituindo ou complementando à fita isolante ou conectores regulamentados, quando necessário;• Reapertar conexões nos quadros de energia;• Testar o funcionamento das luminárias de emergência, incluindo a desconexão da rede elétrica para verificação de autonomia;• Realizar testes de carga das baterias das luminárias de emergência;• Solicitar e efetuar controle dos materiais e ferramentas relacionados às suas atividades;• Cumprir prazos e metas de execução estabelecidas pelo encarregado e/ou pela unidade administrativa de atuação do posto de serviços;• Cadastramento, registro ou consulta de informações em sistemas operacionais ou administrativos nos quais lhe seja permitido o acesso;• Prestar orientações ao público interno e externo relativamente à sua área de atuação;• Prestar informações para instrução de processos administrativos;• Realizar as atividades com observância das normas técnicas e de segurança vigentes;• Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade compatível com a função.
CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO) SUGERIDA	7156-10 – Eletricista de instalações (edifícios)

NOME DO POSTO	OPERÁRIO QUALIFICADO (Encanador)
REQUISITOS MÍNIMOS	<ul style="list-style-type: none">• Ensino fundamental;• Disponibilidade para viagens pelo interior da Bahia;• Boa comunicação oral e escrita, proatividade, análise e resolução de problemas, flexibilidade e bom relacionamento interpessoal;• 02 (dois) anos de experiência na função.
ATRIBUIÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• Instalar tubulações de água fria, esgoto e águas pluviais;• Realizar calafetação ao redor de ralos, louças e metais sanitários com mastique ou massa apropriada;• Desobstruir ralos, condutores, calhas, águas furtadas, canaletas e demais elementos do telhado e das instalações de águas pluviais;• Efetuar a limpeza de ralos e sifões, incluindo o uso de água limpa nos sifões;• Limpar aeradores de torneiras e crivos de chuveiros e duchas;• Substituir vedantes de torneiras e registros;• Consertar ou substituir dispositivos de descarga de caixas acopladas, válvulas de descarga, pias e lavatórios;• Consertar ou trocar canos com vazamentos;• Realizar desentupimento de canos, limpeza de caixas de gordura e de passagem de esgoto;• Realizar a limpeza de caixas d'água;• Substituir ou instalar louças sanitárias em caso de quebra ou defeito;• Consertar ou trocar registros de fechamento de água;• Consertar ou substituir boias ou sensores de nível de água dos reservatórios;• Consertar ou substituir conexões hidráulicas em geral;• Cumprir prazos e metas de execução estabelecidas pelo encarregado e/ou pela unidade administrativa de atuação do posto de serviços;• Cadastramento, registro ou consulta de informações em sistemas operacionais ou administrativos nos quais lhe seja permitido o acesso;• Prestar orientações ao público interno e externo relativamente à sua área de atuação;• Prestar informações para instrução de processos administrativos;• Realizar as atividades com observância das normas técnicas e de segurança vigentes;• Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade compatível com a função.
CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO) SUGERIDA	7241-10 - Encanador



NOME DO POSTO	OPERÁRIO QUALIFICADO (Carpinteiro)
REQUISITOS MÍNIMOS	<ul style="list-style-type: none">• Ensino fundamental;• Disponibilidade para viagens pelo interior da Bahia;• Boa comunicação oral e escrita, proatividade, análise e resolução de problemas, flexibilidade e bom relacionamento interpessoal;• 02 (dois) anos de experiência na função.
ATRIBUIÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• Confeccionar e restaurar produtos em madeira e derivados;• Realizar serviços de montagem, manutenção e regulagem de portas e esquadrias de madeira;• Executar o alinhamento e o posicionamento de pinos de dobradiças em portas;• Realizar limpeza e regulagem de portas corta-fogo;• Efetuar a lavagem de telhas da cobertura, utilizando materiais e ferramentas apropriadas;• Executar serviços em estruturas de madeira de coberturas;• Montar portas e esquadrias, garantindo o correto encaixe e funcionamento;• Realizar montagem e desmontagem de divisórias do tipo naval e especial, incluindo instalação de portas, ferragens e isolamento acústico;• Utilizar ferramentas manuais e elétricas com segurança e precisão;• Cumprir prazos e metas de execução estabelecidas pelo encarregado e/ou pela unidade administrativa de atuação do posto de serviços;• Cadastramento, registro ou consulta de informações em sistemas operacionais ou administrativos nos quais lhe seja permitido o acesso;• Prestar orientações ao público interno e externo relativamente à sua área de atuação;• Prestar informações para instrução de processos administrativos;• Realizar as atividades com observância das normas técnicas e de segurança vigentes;• Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade compatível com a função.
CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO) SUGERIDA	7155-05 - Carpinteiro

NOME DO POSTO	OPERÁRIO QUALIFICADO (Pintor)
REQUISITOS MÍNIMOS	<ul style="list-style-type: none">• Ensino fundamental + Curso de formação NR-35 SPIN;• Disponibilidade para viagens pelo interior da Bahia;• Boa comunicação oral e escrita, proatividade, análise e resolução de problemas, flexibilidade e bom relacionamento interpessoal;• 02 (dois) anos de experiência na função.
ATRIBUIÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• Aplicar tintas e materiais correlatos em portas, fachadas, paredes, pisos, forros e móveis;• Preparar superfícies com lixamento, raspagem, escovamento ou aplicação de removedores químicos, conforme o tipo de material;• Corrigir imperfeições com massa niveladora ou massa corrida, aplicando fundo preparador quando necessário;• Pintar estruturas metálicas, incluindo o uso de produtos anticorrosivos, como zarcão, esmalte sintético ou tinta epóxi;• Aplicar vernizes, seladores e resinas em superfícies de madeira ou concreto;• Realizar pintura de faixas, sinalizações internas e externas e demarcações em pisos;• Utilizar equipamentos de pintura como pistola, compressor, rolos e trinchas, conforme o tipo de serviço;• Zelar pela conservação de ferramentas e materiais de pintura;• Cumprir prazos e metas de execução estabelecidas pelo encarregado e/ou pela unidade administrativa de atuação do posto de serviços;• Cadastramento, registro ou consulta de informações em sistemas operacionais ou administrativos nos quais lhe seja permitido o acesso;• Prestar orientações ao público interno e externo relativamente à sua área de atuação;• Prestar informações para instrução de processos administrativos;• Realizar as atividades com observância das normas técnicas e de segurança vigentes;• Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade compatível com a função.



CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO) SUGERIDA	7166-10 - Pintor de obras
---	---------------------------

NOME DO POSTO	SERVENTE PRÁTICO
REQUISITOS MÍNIMOS	<ul style="list-style-type: none">• Ensino fundamental;• Disponibilidade para viagens pelo interior da Bahia;• Boa comunicação oral e escrita, proatividade, análise e resolução de problemas, flexibilidade e bom relacionamento interpessoal;• 02 (dois) anos de experiência na função.
ATRIBUIÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• Auxiliar na execução de serviços de manutenção em prédios públicos;• Desempenhar tarefas acessórias relacionadas à conservação e reparo de instalações e equipamentos;• Realizar consertos simples e apoiar na prevenção de falhas em sistemas prediais;• Atuar em apoio às atividades dos demais profissionais da equipe técnica;• Executar serviços conforme orientação e supervisão de profissionais especializados;• Cumprir prazos e metas de execução estabelecidas pelo encarregado e/ou pela unidade administrativa de atuação do posto de serviços;• Cadastramento, registro ou consulta de informações em sistemas operacionais ou administrativos nos quais lhe seja permitido o acesso;• Prestar orientações ao público interno e externo relativamente à sua área de atuação;• Prestar informações para instrução de processos administrativos;• Realizar as atividades com observância das normas técnicas e de segurança vigentes;• Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade compatível com a função.
CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO) SUGERIDA	7170-20 - Servente de obras

NOME DO POSTO	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO – ELETRÔNICO
REQUISITOS MÍNIMOS	<ul style="list-style-type: none">• Curso técnico ou profissionalizante em eletrônica ou equivalente;• Boa comunicação oral, proatividade, flexibilidade e bom relacionamento interpessoal;• 01 (um) ano de experiência na função, a englobar manutenção de equipamentos eletroeletrônicos.
ATRIBUIÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• Efetuar análise técnica de equipamentos eletroeletrônicos recepcionados pela área técnica à que estiver vinculado, em acordo com as normas técnicas relacionadas;• Realizar manutenção detectiva em equipamentos eletroeletrônicos visando apurar a causa de problemas e falhas para análise, auxiliando as ações de manutenção a serem realizadas;• Efetuar manutenção preditiva, apontando eventuais anomalias em equipamentos eletroeletrônicos, direcionamento a programação da manutenção preventiva necessária relacionada;• Executar serviços de manutenção preventiva e corretiva, quando possível, de equipamentos eletroeletrônicos, fora da garantia contratual do fabricante, recepcionados pela área técnica à que estiver vinculado;• Efetuar pequenos reparos para eliminar defeitos técnicos e/ou decorrentes do uso normal, efetuando a substituição de peças necessárias, visando estabelecer o perfeito e regular funcionamento dos equipamentos em manutenção fora da garantia contratual do fabricante;• Efetuar relatório das atividades e serviços prestados, fazendo constar dados do equipamento em manutenção, possíveis peças de reparo, serviço realizado e causas dos defeitos/anormalidades;• Realizar o descarte de peças, resíduos e outros componentes em acordo com as normas de sustentabilidade e em obediência às normas de preservação ambiental em vigor;• Cumprir prazos e metas de execução estabelecidas pelo encarregado e/ou pela unidade administrativa de atuação do posto de serviços;• Cadastramento, registro ou consulta de informações em sistemas operacionais ou administrativos nos quais lhe seja permitido o acesso;• Prestar orientações ao público interno e externo relativamente à sua área de atuação;• Prestar informações para instrução de processos administrativos;



	<ul style="list-style-type: none">• Realizar as atividades com observância das normas técnicas e de segurança vigentes;• Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade compatível com a função.
CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO) SUGERIDA	3132-15 - Técnico eletrônico

NOME DO POSTO	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO – EDIFICAÇÕES E MÓVEIS
REQUISITOS MÍNIMOS	<ul style="list-style-type: none">• Ensino fundamental;• Boa comunicação oral, proatividade, flexibilidade e bom relacionamento interpessoal;• Noções básicas de marcenaria;• 01 (um) ano de experiência na função.
ATRIBUIÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• Realizar inspeções prediais rotineiras para identificação de necessidades de manutenção;• Executar serviços de conservação e manutenção geral em edificações;• Realizar pequenos reparos em instalações e equipamentos prediais;• Executar pequenos serviços de manutenção preventiva e corretiva em redes elétricas de baixa tensão (troca de tomadas, lâmpadas, interruptores, entre outros);• Executar manutenção preventiva e corretiva em redes hidráulicas e hidrossanitárias (reparos em vazamentos, substituição de conexões, sifões, registros, válvulas, etc.);• Executar serviços de pintura, com preparação da superfície e aplicação de tinta em paredes, forros, portas e estruturas metálicas;• Realizar montagem, desmontagem, reparos e trocas de peças de mobiliários em geral;• Realizar pequenos serviços de carpintaria e marcenaria, como conserto de móveis, portas, gavetas e fechaduras;• Executar serviços básicos de serralheria, como instalação ou reparo de suportes, grades, estruturas metálicas e componentes afins;• Executar pequenos serviços de alvenaria, como recomposição de paredes, pisos, rejuntas e assentamentos simples;• Prestar apoio em movimentações de mobiliário e equipamentos, quando necessário;• Auxiliar na montagem e desmontagem de divisórias, painéis e estruturas temporárias;• Manusear ferramentas manuais e elétricas com segurança e eficiência;• Utilizar equipamentos de proteção individual (EPIs) e seguir as normas de segurança do trabalho;• Cumprir prazos e metas de execução estabelecidas pelo encarregado e/ou pela unidade administrativa de atuação do posto de serviços;• Cadastramento, registro ou consulta de informações em sistemas operacionais ou administrativos nos quais lhe seja permitido o acesso;• Prestar orientações ao público interno e externo relativamente à sua área de atuação;• Prestar informações para instrução de processos administrativos;• Realizar as atividades com observância das normas técnicas e de segurança vigentes;• Realizar outras atividades de mesma natureza profissional e grau de complexidade compatível com a função.
CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO) SUGERIDA	5143-25 - Trabalhador da manutenção de edificações

2. REGRAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1 A execução dos serviços objeto da licitação se dará por meio de postos de serviços em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, definidos e caracterizados conforme as especificidades previstas no item 1 deste APENSO III.

2.2 Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente que regulamentam a atividade.

2.3 Os profissionais indicados para a execução das atividades relativas a cada um dos postos de serviços deverão se apresentar devidamente fardados (salvo deliberação do MPBA), identificados com crachás funcionais e portando os equipamentos de proteção individuais cabíveis, nos termos da convenção coletiva de trabalho aplicável à função e da legislação em vigor.

2.4 A contratada deverá adotar as providências cabíveis a fim de proibir e impedir que seus funcionários realizem quaisquer outras atividades profissionais ou assemelhadas durante o horário em que estiverem prestando serviços nos postos de serviços objeto do contrato.

2.5 É vedada aos ocupantes dos postos de serviços contratados a utilização dos telefones do MPBA para ligações pessoais de qualquer natureza, bem como para tratar de assuntos alheios aos serviços objetos da contratação, correndo por conta exclusiva da contratada a cobertura de tais despesas, caso verificadas.

Do início da execução dos serviços

2.6 A execução dos serviços deverá ser iniciada, no máximo, em 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato ou termo aditivo pelas partes, devendo a contratada, neste prazo, alocar a mão-de-obra nos respectivos locais e horários a serem fixados pelo MPBA, respeitados os seguintes regramentos:

2.6.1 A contratada deverá informar e justificar, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo que a impossibilite de assumir os serviços contratados. Em caso de aceitação pelo MPBA, deverão as partes negociar o novo prazo de implantação dos postos de serviços, cabendo a deliberação final, se necessária, ao MPBA.

2.6.2 O MPBA informará à contratada a sede institucional e respectivo município de alocação de cada posto de serviços a ser implantado, além das respectivas atribuições e requisitos mínimos exigidos do profissional.

2.6.2.1 Para os postos de serviços em que há previsão de variáveis formações acadêmicas/técnicas e/ou de se exigir de outros requisitos profissionais, o MPBA indicará os requisitos mínimos necessários para cada posto de serviços solicitado, quando da respectiva solicitação à contratada.

2.6.3 A contratada deverá apresentar à fiscalização técnica:

- a) Em até **03 (três) dias úteis que antecedem a efetivação dos postos**, a relação dos empregados alocados nos postos de serviços, com indicação dos seguintes dados: nome completo, inscrição no Registro Geral (RG) e no Cadastro de Pessoa Física (CPF), função a ser exercida e unidade de lotação;
- b) **Até o dia de efetivação dos postos ou de alocação de novo profissional** (temporário ou substituto), as seguintes cópias de documentos: carteira de trabalho, exame admissional, contrato de trabalho e acordo de compensação de horas.

2.6.3.1 Nos termos do artigo 59 da CLT, deverão ser expressamente firmados acordos individuais de jornada entre a contratada e seus empregados vinculados à contratação com o MPBA, os quais prevejam a jornada de trabalho compensada/compensável prevista neste termo de referência.

2.6.3.2 A apresentação integral da documentação relativa a cada posto de serviços se constituirá como condição à sua efetivação.

2.6.4 Caso o contrato esteja sujeito à reserva de postos prevista no item 2.37 e seus subitens deste APENSO, deverá a contratada apresentar ao gestor da execução do contrato, no prazo de 03 (três) dias úteis contados do início efetivo da execução dos serviços, a lista das empregadas mulheres em situação de vulnerabilidade econômica em decorrência de violência doméstica e familiar, comprovando a sua efetiva contratação.

2.6.4.1 A relação deverá ser apresentada mediante documento sigiloso, de modo impedir qualquer tipo de discriminação no exercício das funções pelas colaboradoras contratadas.

2.6.5 Os serviços deverão ser executados por profissionais que possuam capacitação técnica compatível com as atividades profissionais que lhes forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da empresa contratada, que deverá orientar os mesmos quanto às suas obrigações e afazeres.

2.6.5.1 Os profissionais indicados para a execução das atividades relativas a cada um dos postos de serviços deverão preencher os requisitos mínimos exigidos para desempenho das suas funções, ficando qualquer capacitação regulamentada por norma legal específica sob inteira responsabilidade da contratada.

2.6.6 Para os postos de serviços em que há a exigência de requisitos mínimos relativos à qualificação técnica/acadêmica e/ou à experiência mínima do(a) profissional a ser alocado(a), estes deverão ser comprovados pela contratada, mediante a apresentação de diploma ou certificado emitido por Instituição legalmente credenciada pelo Ministério da Educação e/ou currículo atualizado do(a) colaborador(a) selecionado(a), conforme o caso.

2.6.6.1 A comprovação acima referida será realizada na fase de assinatura de contrato/aditivo, cabendo à contratada recrutar, selecionar e encaminhar ao MPBA a documentação indicada no subitem 2.6.6, acompanhada de documento de identificação civil de cada profissional, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para análise curricular e aprovação.

2.6.6.2 Na hipótese do subitem 2.6.6.1, a contagem dos prazos indicados nos itens 2.6 e 2.6.3 somente se será iniciada após a aprovação curricular pelo MPBA.

2.6.6.3 Ocorrendo a rejeição curricular, deverá a contratada indicar outro profissional, submetendo a documentação para nova análise pelo MPBA no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da devolutiva negativa.

Da jornada de trabalho dos postos de serviços

2.7 Ordinariamente, os postos de serviços objeto da pretensa contratação funcionarão de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados, e deverão obedecer aos seguintes regramentos:

2.7.1 A carga horária dos postos de serviços será de 40 (quarenta) horas semanais, com expediente de 08 (oito) horas diárias.

2.7.2 A jornada de trabalho diária ordinária dos postos de serviços deverá ser cumprida em período compreendido entre 6 e 21h59min, dividida em dois turnos, com um intervalo intrajornada mínimo de uma hora e máximo de duas horas.

2.7.2.1 Não há necessidade de alocação de colaborador almocista durante o intervalo intrajornada dos colaboradores ocupantes dos postos de serviços contratados.

2.7.3 Os horários de início, intervalo e término da jornada de trabalho de cada posto serão definidos exclusivamente pelo MPBA, conforme escala previamente apresentada à contratada, respeitada a legislação vigente relacionada às pausas.

2.7.4 O MPBA poderá solicitar à contratada a alteração do horário de trabalho dos postos de serviços, em dias específicos, para melhor atendimento das demandas institucionais. Nestes casos, deverá haver comunicação prévia à empresa e ao colaborador com, pelo menos, 48 (quarenta e oito horas) de antecedência à data de ocorrência.

2.7.4.1 O cumprimento ordinário das jornadas alteradas ocorrerá em dias úteis (inclusive sábado) e dentro do período entre 6 e 21h59min, de modo que não implicará em custo adicional ao MPBA, nem em pagamento adicional ao colaborador.



2.7.4.2 Nas hipóteses em que a alteração do horário de trabalho resultar em carga horária trabalhada superior àquela estabelecida para o posto de serviços, deverá ser utilizado o saldo compensatório porventura existente em banco de horas.

2.7.4.2.1 Nos casos em que não houver banco de horas relativo a determinado posto, ou que este seja insuficiente, deverá ser utilizada a sistemática de folgas compensatórias, as quais deverão ser concedidas, impreterivelmente, em até 30 (trinta) dias da ocorrência do fato gerador, após o que deverão ser convertidas em pagamento de horas-extras.

2.7.4.2.2 Excepcionalmente, quando não for viável a utilização da sistemática de folgas compensatórias, tal circunstância deverá ser declarada expressamente e formalmente pela fiscalização técnica do MPBA, após adoção dos procedimentos internos cabíveis. Em tal hipótese, será expedida autorização específica para o pagamento de horas-extras aos respectivos trabalhadores.

2.7.4.3 Eventuais necessidades institucionais excepcionais de alteração de horário de jornada de trabalho que impliquem em trabalho aos domingos, feriados ou em horário noturno (isto é, a partir de 22 horas) deverão ser autorizadas prévia e expressamente pela gestão orçamentária do contrato junto ao MPBA.

2.7.4.3.1 As hipóteses do item 2.7.4.3 implicarão em pagamento de horas extraordinárias e/ou adicionais noturnos ao colaborador, com custos ao MPBA.

2.7.4.4 Em atenção aos itens 2.7.4.2.1 e 2.7.4.3.1, o cálculo do montante devido pelo MPBA em razão de horas-extras e/ou adicionais noturnos deverá abranger, tão somente, o montante devido a cada funcionário em razão do trabalho realizado, calculado sobre a remuneração básica (nos termos da legislação vigente e da norma coletiva aplicável), bem como os correlatos reflexos trabalhistas e previdenciários (FGTS e INSS).

2.7.4.4.1 O pagamento de horas-extras e adicionais noturnos ao trabalhador deverá ocorrer no mês imediatamente posterior àquele em que ocorreu o fato gerador, devendo a contratada consignar os valores correspondentes em folha de pagamento e no respectivo comprovante de quitação, bem como comprovar, quando do faturamento, o cumprimento da jornada excepcional que ensejou o pagamento.

2.7.5 Nas hipóteses de suspensão de expediente em dias úteis, na unidade de lotação do posto ou em todo o MPBA, poderá haver a correlata suspensão da jornada dos trabalhadores alocados pela contratada, aplicando-se o regime de compensação de horas pelos dias não trabalhados (banco de horas), conforme deliberação institucional.

2.7.5.1 Deverá ser priorizada a compensação dentro do mesmo mês de ocorrência da suspensão, desde que não dilatada a jornada máxima mensal;

2.7.5.2 A compensação de jornada deverá ocorrer em dias úteis (inclusive sábado), no período compreendido entre 6 e 21h59min.

Do controle de jornada de trabalho

2.8 A contratada deverá manter registros diários de entrada e saída dos locais de trabalho em relação a todos os empregados designados para postos de serviços contratados, bem como controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade, permitindo sempre à fiscalização do MPBA o acesso aos respectivos dados.

2.8.1 O controle de jornada de trabalho (ponto) dos empregados pela contratada, em todos os postos de serviços contratados, deverá, obrigatoriamente, ocorrer através de meio eletrônico, respeitadas as normas aplicáveis a esta hipótese, em especial a Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e suas atualizações.

2.8.1.1 É de responsabilidade da contratada a aquisição, instalação, configuração, controle e manutenção do(s) mecanismo(s) utilizado para registro dos pontos eletrônicos, inclusive os respectivos quadros para guarda/alocação dos cartões individuais, conforme o caso.

2.8.1.2 Caso necessários, os locais para instalação física dos equipamentos de controle de ponto eletrônico serão definidos e indicados pelo MPBA, conforme regras institucionais de gestão da segurança;

2.8.1.3 Será de integral responsabilidade da contratada a guarda e controle dos cartões de marcação relativos a cada um dos seus empregados, caso o meio de controle de jornada os utilize.

2.8.1.4 Para fins de atendimento ao disposto no item 2.8.1, não é exigida a instalação obrigatória de equipamento físico de controle de ponto eletrônico. Poderão ser utilizados, portanto, sistemas eletrônicos de controle de jornada, inclusive por meio de aplicativo ou plataforma digital, desde que: estejam em conformidade com toda a legislação vigente; permitam o acesso dos empregados e da fiscalização do MPBA aos respectivos registros de jornada; e que todo e quaisquer ônus (inclusive relativo a equipamentos e internet) sejam de responsabilidade exclusiva da contratada.

2.8.1.5 Será admitido, excepcional e temporariamente, o registro do ponto em meio manual, quando houver a impossibilidade temporária do registro eletrônico por prestador(es) de serviços da contratada, desde que devidamente justificado pela contratada e aceito pelo MPBA.

Dos fardamentos e congêneres

2.9 Deverá a contratada fornecer aos profissionais alocados 02 (dois) kits de fardamentos anuais, padronizados e adequados a cada tipo de posto de serviço, compostos pelos itens descritos no APENSO IV.

2.9.1 Para fins de execução contratual, a contratada deverá entregar, semestralmente, 01 (um) kit completo de fardamento a cada colaborador.

2.9.2 Deverá a contratada observar as especificidades exigidas para cada posto de serviços, conforme APENSO IV deste termo de referência.

2.9.3 No que se refere ao fornecimento de EPIs, deverá a contratada fornecer todos os equipamentos previstos em normas coletivas e nas legislações aplicáveis, abrangendo, sem se limitar, os equipamentos listados no APENSO IV.

2.10 Todo o fardamento e EPI a ser fornecido deverá respeitar as regras de segurança de trabalho compatíveis com as atividades desenvolvidas, e possibilitar condições adequadas de trabalho e conservação pelos funcionários.

2.11 O fardamento a ser fornecido deverá ser previamente aprovado por representante designado da fiscalização técnica ou da unidade gestora do contrato, antes da data de efetivação dos postos de serviços, devendo a contratada manter a padronização aprovada durante toda a vigência do contrato, tanto no que tange ao aspecto visual quanto à qualidade e aos materiais utilizados, sob pena de rejeição e substituição imediata dos itens, salvo ajuste de prazo entre as partes.

2.11.1 Os fardamentos deverão obedecer a todas as especificações indicadas no APENSO IV deste Termo de Referência, sob pena de rejeição.

2.11.1.1 Na hipótese de rejeição, o ônus da prova sobre a qualidade do material fornecido incumbirá à contratada.

2.11.2 Todos os fardamentos deverão ser aprovados pelo MPBA antes da assunção de cada posto de serviços, como condição à sua efetivação.

2.11.3 O não atendimento ao padrão aprovado ou à substituição requerida no prazo indicado pelo MPBA implicará na glosa do posto de serviços proporcional aos dias de descumprimento.

2.12 Na hipótese de algum fardamento ou EPI apresentar comprometimento em sua integridade, de qualquer natureza, deverá a contratada promover a respectiva substituição, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após



a comunicação pelo MPBA, independentemente da periodicidade ordinária exigida, sob pena de glosa do custo correlato em fatura até que haja a regularização.

2.13 No que tange aos acessórios, a periodicidade de troca poderá ser negociada (ampliada) entre as partes, se comprovada a integridade dos itens.

2.14 A entrega dos fardamentos e EPIs aos profissionais deverá ser comprovada ao MPBA mediante apresentação de recibos datados e assinados por todos os colaboradores, sob pena de glosa do custo correlato em fatura até que haja a regularização.

2.15 Excepcionalmente, o MPBA poderá dispensar a exigência de fardamento para determinado posto de serviços, mediante comunicação formal à contratada quando da solicitação da respectiva implantação. Nesta hipótese, o custo de fardamento será deduzido do valor final do posto de serviços que constará no APENSO I do instrumento contratual.

2.16 Deverá a contratada fornecer crachás funcionais a todos os profissionais alocados, os quais deverão ser utilizados durante toda a jornada de trabalho, em local de fácil visualização.

2.16.1 O crachá deverá indicar, minimamente, nome completo do colaborador, foto colorida, função ocupada (posto de serviços), matrícula funcional ou equivalente, grupo sanguíneo, indicação da empresa contratada e respectiva logomarca.

2.16.2 O padrão do crachá deverá ser previamente aprovado por representante designado da fiscalização técnica ou da unidade gestora do contrato, antes da data de efetivação dos postos de serviços, como condição à sua efetivação.

Do auxílio-alimentação, assistências e demais benefícios coletivos

2.17 Em observância ao princípio da sustentabilidade social, deverá a contratada conceder aos seus colaboradores alocados para ocupação dos postos de serviços contratados, independentemente de previsão em norma coletiva:

- a) Auxílio-alimentação mínimo no valor de R\$22,57 (vinte e dois reais e cinquenta e sete centavos) por dia de efetivo trabalho, observados os demais regramentos correlatos porventura previstos em norma coletiva;
- b) Plano de assistência médica privada com cobertura em todo o Estado da Bahia e que contemple, minimamente, a cobertura assistencial de que trata o plano-referência instituído pelo art. 10 da lei federal nº 9.656/1998 (ou lei posterior que eventualmente a substitua), sem aplicação de descontos aos empregados, salvo aqueles porventura previstos em norma coletiva;
- c) Plano de assistência odontológica privada, com operadora devidamente inscrita na ANS (Agência Nacional de Saúde) que comprove autorização para operar no Estado da Bahia (capital e interior) e que contemple, pelo menos, a cobertura mínima exigida pela ANS, sem aplicação de descontos aos empregados;
- d) Cesta básica mínima no valor de R\$ 225,16 (duzentos e vinte e cinco reais e dezesseis centavos), observados os demais regramentos correlatos porventura previstos em norma coletiva;

2.17.1 Deverão ser apresentados ao MPBA, antes do primeiro faturamento contratual, as cópias dos contratos celebrados com as operadoras dos planos de assistência médica e odontológica contratadas, e com a operadora responsável pelo fornecimento do cartão-alimentação para pagamento da cesta básica, todas devidamente acompanhadas da comprovação nominal de inclusão de todos os profissionais alocado na contratação, sob pena de glosa do custo correlato em fatura até que haja a regularização e adoção das demais providências administrativas cabíveis.

2.17.2 Considerando a previsão na planilha de composição de custos e formação de preços dos postos de serviços, deverá a contratada assegurar a contratação de plano de assistência médica e de plano de assistência odontológica desde o primeiro mês de execução contratual, em prejuízo de eventual dilação prazal prevista em norma coletiva.

2.17.3 Para além dos benefícios acima listados, deverá a contratada garantir a concessão aos seus colaboradores de todos os demais benefícios cabíveis eventualmente previstos em norma coletiva aplicável ao contrato.

2.18 Deverá a contratada manter, obrigatoriamente, em favor de todos os seus empregados alocados no contrato, apólice de seguro contra morte natural ou acidental, invalidez permanente acidental e pagamento antecipado especial por doença profissional, independentemente de previsão em norma coletiva.

2.18.1 Caso haja previsão em norma coletiva, deverão ser observadas as correlatas regras relativas a valores, coberturas e afins.

2.18.2 Deverá ser apresentada ao MPBA, antes do primeiro faturamento contratual e sempre que houver renovação ou alteração, a cópia da apólice de seguro contratada, acompanhadas da comprovação nominal de inclusão de todos os profissionais alocado na contratação, sob pena de glosa do custo correlato em fatura até que haja a regularização e adoção das demais providências administrativas cabíveis.

Da lotação e deslocamento dos postos de serviços

2.19 Os postos de serviços serão alocados em quaisquer das sedes do MPBA na capital e interior do Estado da Bahia, conforme deliberação institucional informada à contratada quando da solicitação de implantação de cada posto, conforme item 2.6.2.

2.19.1 Os postos de serviços poderão ser eventual e temporariamente deslocados, a critério do MPBA, para as demais unidades do Ministério Público, quando houver necessidade de executar serviços relativos às suas atribuições, sem implicação de novos custos ao MPBA, salvo quanto a despesas adicionais com transporte, se necessário.

2.19.1.1 Os deslocamentos previstos no item 2.19.1 não implicarão em pagamento de diária ao colaborador, salvo se o deslocamento ensejar pernoite, a critério da Administração, situação em que se aplicarão os termos do item 2.20.

2.19.2 A contratada não poderá autorizar o deslocamento de postos de serviços sem prévia determinação do MPBA.

2.19.3 Entende-se como **despesa adicional com transporte** o valor destinado ao custeio do deslocamento (ida e volta) entre o município de lotação do posto e o município de destino, assim regulamentado:

2.19.3.1 O custo com transporte corresponderá ao valor da(s) passagem de ônibus intermunicipal, preferencialmente expresso, na data da sua aquisição, e englobará as tarifas rodoviárias porventura exigidas em regramento da AGERBA;

2.19.3.2 A compra das passagens ficará sob responsabilidade da contratada, mediante aquisição direta ou através de adiantamento do valor correspondente ao empregado;

2.19.3.3 Ao seu exclusivo critério, o MPBA poderá designar veículos de sua frota para realizar o deslocamento dos profissionais, hipótese em que não ocorrerá qualquer tipo de ressarcimento à contratada a título de deslocamento.

2.19.4 Não haverá acréscimo no valor dos postos de serviços quando da execução de serviços em município diverso ao da lotação.

2.20 Os deslocamentos de colaboradores dos postos de serviços que demandarem pernoite(s) na localidade de destino ensejarão o pagamento de diárias aos trabalhadores, na forma a seguir:



2.20.1 **DIÁRIA:** valor destinado ao pagamento de despesas realizadas com alimentação e hospedagem pelo profissional que efetue o deslocamento, assim regulamentado:

2.20.1.1 O pagamento da diária ao colaborador deverá corresponder a 70% (setenta por cento) da diária em vigor para servidor do MPBA para a hipótese de diária integral, e 35% (trinta e cinco por cento) para a hipótese de meia diária, conforme termos e condições estabelecidos pelo MPBA em regulamento.

2.20.1.2 O pagamento do valor correspondente às diárias pela contratada deverá ser feito de modo que assegure que o valor seja creditado para o(s) colaborador(es) antes do início do deslocamento.

2.20.2 Como regra geral, a solicitação pelo MPBA de deslocamentos em ensejem pernoite e, consequentemente, pagamento de diárias aos colaboradores deverá ocorrer conforme os seguintes prazos de antecedência mínima:

- a) 24 (vinte e quatro) horas do início do deslocamento, para viagens limitadas a 02 (duas) diárias, para até 02 (dois) colaboradores;
- b) 48 (quarenta e oito) horas do início do deslocamento, para as demais viagens.

2.20.3 O MPBA comunicará a contratada a acerca de eventual cancelamento de viagem, para que esta busque junto ao empregado a restituição dos valores correspondentes aos adiantamentos de despesas porventura já realizados.

2.21 Os valores gastos com diárias e despesas adicionais com transporte serão ressarcidos à contratada, com acréscimo dos eventuais custos agregados cabíveis, no faturamento do mês relativo ao(s) fato(s) gerador(es), mediante comprovação do efetivo pagamento aos colaboradores.

2.21.1 Para fins de comprovação, deverá a contrata apresentar ao MPBA:

- a) planilha contendo os seguintes dados, listados por viagem (deslocamento) de cada colaborador: nome do empregado, origem e destino da viagem, datas de início e fim da viagem, valores individualizados das despesas com diária e/ou com transporte (conforme o caso), data do pagamento ao funcionário;
- b) documentos comprobatórios das despesas, a incluir os comprovantes de pagamentos aos trabalhadores e/ou as aquisições de passagens e dos eventuais custos agregados, com memória de cálculo destes, se existentes;
- c) cópia da solicitação da viagem pelo MPBA.

Das ausências eventuais dos trabalhadores

2.22 Os serviços não poderão sofrer solução de continuidade durante todo o prazo de vigência da contratação, ficando a contratada obrigada a suprir de imediato as eventuais faltas e atrasos dos colaboradores designados para a execução contratual, realizando a necessária substituição, de modo a garantir que não haja descontinuidade na prestação dos serviços e o cumprimento tempestivo das atividades diárias/periódicas determinadas.

2.22.1 O profissional substituto deverá atender a todos os requisitos mínimos exigidos para o posto de serviços de substituição.

2.22.2 O não suprimento total ou parcial de posto(s) de serviços implicará na glosa proporcional de valores sobre a fatura relativa ao mês de ocorrência, conforme regramento previsto neste termo de referência, salvo deliberação expressa da fiscalização técnica do MPBA sobre a possibilidade de compensação de jornada.

2.22.2.1 Não será devido, pelo MPBA, o pagamento dos custos com auxílio-transporte e auxílio-alimentação relativos aos dias de falta dos trabalhadores.

2.22.3 Excepcionalmente, a critério exclusivo do MPBA e conforme a demanda de cada setor, poderá haver a previsão de desnecessidade de substituição do profissional ausente em caráter eventual, de modo que faltas e atrasos de qualquer natureza implicarão na glosa proporcional de valores sobre a fatura relativa ao mês de ocorrência, conforme regramento previsto neste termo de referência, inclusive relativo a auxílio-transporte e auxílio-alimentação, salvo deliberação expressa da fiscalização técnica do MPBA sobre a possibilidade de compensação de jornada.

2.22.3.1 Em havendo glosa, não será devido, pelo MPBA, o pagamento dos custos com auxílio-transporte e auxílio-alimentação relativos aos dias de falta dos trabalhadores.

2.22.3.2 Em sendo autorizada pelo MPBA, a compensação de jornada deverá ser priorizada dentro do mesmo mês de ocorrência da descontinuidade do serviço, desde que não dilatada a jornada máxima mensal.

2.23 Para fins de substituição de profissional ausente, o regime de contratação **intermitente** de mão-de-obra terceirizada só será aceito para situações em que a substituição do funcionário alocado no contrato com o MPBA ocorra em caráter eventual e por curtos períodos, de modo a não abranger situações programadas e/ou prolongadas (tais como férias e afastamentos agendados). Para tal, a contratada deverá seguir as seguintes condições mínimas:

- a) A contratada deverá apresentar toda documentação admissional, do substituto, prevista em contrato;
- b) Os cargos do funcionário intermitente e de seu substituído deverão ser correspondentes;
- c) A base salarial do intermitente deverá ser a mesma do funcionário substituído, contemplando todas as rubricas previstas para este tipo de contratação (a exemplo de DSR, férias, 1/3 de férias e décimo terceiro salário);
- d) A contratada deverá comprovar o pagamento do vale-transporte e vale-alimentação pelos dias de substituição;
- e) A contratada deverá comprovar a cobertura do seguro de vida do intermitente, com consequente glosa proporcional dos valores em caso de não cobertura;
- f) A contratada deverá comprovar o recolhimento do INSS e do FGTS de acordo com as regras estipuladas neste instrumento;
- g) A contratada deverá comprovar a frequência do substituto, mediante apresentação dos registros de ponto.

Das férias

2.24 Salvo deliberação expressa em contrário pelo MPBA, as férias dos colaboradores da contratada deverão:

- a) Ser divididas em 02 (dois) períodos de 15 dias;
- b) Ao menos um dos períodos de férias deverá ser gozado no período do recesso forense, entre 20 de dezembro e 06 de janeiro.

2.25 A contratada deverá submeter à aprovação do MPBA, semestralmente, nos meses de dezembro e junho, as escalas de férias previstas para o semestre subsequente.

2.26 A contratada deverá instruir seus empregados a informar ao setor do MPBA onde os serviços são prestados acerca do agendamento de suas férias, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias anteriores ao início do respectivo gozo.

2.27 As alterações de férias de empregados da Contratada, quando solicitadas pelo MPBA, dependerão de autorização expressa do fiscal técnico e vincular-se-ão ao interesse público.

2.27.1 O MPBA não intervirá na escala de férias para atender a interesse particular de colaborador.

2.28 Deverá a contratada apresentar ao MPBA, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores ao início das férias, a documentação prevista nos itens 2.6.3 e 2.6.6 deste APENSO do termo de referência, para fins de análise e deliberação ali pormenorizadas.

2.28.1 O profissional substituto deverá atender a todos os requisitos mínimos exigidos para o posto de serviços de substituição.

2.29 A ausência de substituição do profissional em férias implicará na glosa proporcional de valores sobre a fatura relativa ao mês de ocorrência, conforme regramento previsto neste termo de referência, inclusive relativo a auxílio-transporte e auxílio-alimentação.

Da substituição definitiva de profissionais vinculados ao contrato

2.30 Salvo deliberação expressa em contrário, a solicitação pelo MPBA de substituição de determinado profissional ocupante de posto de serviços implicará no afastamento imediato do colaborador, sem cumprimento de aviso prévio das dependências do contratante, e sem custo adicional para este.

2.30.1 Nesta hipótese, ficará à cargo da contratada deliberar pelo desligamento imediato do funcionário dos quadros da empresa, com custeio das indenizações cabíveis, ou de alocação do mesmo em contrato alheio ao MPBA para cumprimento do período de aviso prévio.

2.30.2 A contratada deverá promover a alocação de novo profissional no prazo de 05 (cinco) dias úteis, salvo negociação entre as partes para dilação prazal.

2.31 A substituição de profissional ocupante de posto de serviços por deliberação da contratada deverá ser comunicada ao MPBA com, pelo menos, 10 (dez) dias úteis de antecedência, salvo justificativa da impossibilidade de comunicação antecipada.

2.32 O profissional substituto deverá atender a todos os requisitos mínimos exigidos para o posto de serviços de substituição.

2.32.1 Em até 02 (dois) dias úteis anteriores à efetivação do novo colaborador no posto de serviços, a contratada deverá apresentar à fiscalização técnica do MPBA a indicação dos seguintes dados: nome completo, inscrição no Registro Geral (RG) e no Cadastro de Pessoa Física (CPF), qualificação, função a ser exercida e unidade de lotação.

2.32.2 Em até 05 (cinco) dias úteis após a efetivação do novo colaborador, deverá a contratada apresentar ao MPBA a documentação prevista no item 2.6.6 deste termo de referência, para fins de análise e deliberação ali pormenorizadas.

2.33 Em caso de desligamento definitivo do quadro funcional da contratada de empregado(s) vinculado(s) ao contrato, tal fato deverá ser comunicado imediata e expressamente ao MPBA, bem como deverão ser respeitados todos os termos, prazos e condições para a rescisão do vínculo laboral previstos na Legislação Trabalhista e na Convenção Coletiva aplicável à contratada, com suas eventuais alterações.

Da abertura e manutenção da conta vinculada

2.34 Conforme estabelece o art. 3º da Lei Estadual 12.949/2014 e art. 3º do Decreto Estadual 15.219/2014, o edital de licitação e a minuta de contrato deverão prever expressamente a indicação de que será retido, do valor mensal contratado, percentual incidente sobre as provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, abono de férias, décimo terceiro salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários, sociais e FGTS sobre férias, abono de férias e décimo terceiro salário, observadas disposições de normas coletivas.

2.35 Deverá a contratada obedecer aos ditames da Lei Estadual – BA nº 12.949/2014, regulamentada pelo Decreto Estadual - BA nº 15.219/2014 e pelo Ato Normativo nº 014/2014, inclusive no que tange às seguintes condições para execução do contrato:

- a) subscrição do “Contrato relativo à conta-evento vinculada” e do “Termo de Autorização para Movimentação da Conta Vinculada ao Contrato”, junto ao Banco Oficial de que trata o dispositivo legal, qual seja, Banco do Brasil, conforme modelos fornecidos pelo MPBA.
- b) assinatura, no ato de celebração do contrato, da autorização para acesso do contratante aos saldos e extratos da Conta Vinculada ao Contrato e de Termo de Autorização para Movimentação da Conta Vinculada ao Contrato;
- c) pagamento dos seus empregados em conta-salário.
- d) movimentação financeira da Conta Vinculada ao Contrato dependente de prévia autorização do MPBA.

Das demais obrigações da contratada

2.36 Além das determinações contidas neste Termo de Referência, bem como daquelas decorrentes de lei, a contratada fica obrigada a:

2.36.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no instrumento convocatório e no contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos especificados pelo MPBA, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou equipamentos;

2.36.2 Designar por escrito, quando da assinatura do contrato, preposto e respectivo suplente, que detenham poderes para resolução de todas e quaisquer possíveis ocorrências durante a execução contratual, responsabilizando-se pelo bom andamento desta.

2.36.2.1 Para fim de admissibilidade da preposição, o documento de designação deverá conter obrigatoriamente:

- a) Nomes completos e números de inscrição no CPF/MF do preposto e seu suplente;
- b) Delegação de poderes para resolução de toda e qualquer pendência/ocorrência relacionada aos termos e à execução desta contratação, sem distinção quanto à natureza da demanda (tais como pendências operacionais, financeiras ou de recursos humanos);
- c) Números de telefone fixo e celular para contato direto e imediato;
- d) Endereços eletrônicos (e-mails) vinculados à empresa, os quais serão utilizados como meio oficial para envio de comunicados e notificações do MPBA à contratada, para todos os efeitos.

2.36.2.2 Somente serão admitidas reservas à delegação que, comprovadamente, estejam expressas em contrato/estatuto social da contratada, ou documento formal equivalente.

2.36.2.3 Somente será admitida indicação de e-mails que possuam a funcionalidade de confirmação de leitura, a fim de atender ao regramento constante no art. 51 da Lei Estadual nº 12.209/2011.

2.36.2.4 Quando requerido, o preposto designado deverá comparecer fisicamente à sede administrativa do MPBA, localizada no Centro Administrativo da Bahia, em Salvador, no prazo máximo de 04 (quatro) horas, contadas da respectiva convocação.



2.36.2.4.1 O comparecimento obrigatório do preposto deverá ocorrer somente quando solicitado pela Administração, de modo que não será exigida a presença diária e/ou fixa nas dependências institucionais.

2.36.2.5 A convocação do preposto poderá ocorrer por qualquer meio de comunicação existente entre as partes, a critério do MPBA.

2.36.2.6 Deverá a contratada assegurar que toda e qualquer convocação para comparecimento do preposto seja atendida no mesmo dia de sua ocorrência, salvo por deliberação expressa do MPBA.

2.36.2.7 A contratada deverá informar ao MPBA, expressa e antecipadamente, todo e qualquer afastamento temporário do preposto, com indicação do período total (data de início e data de encerramento) da ausência, interstício em que o respectivo suplente deverá estar à disposição para pronto atendimento.

2.36.2.8 A eventual substituição definitiva do preposto e/ou suplente, no curso da execução contratual, deverá obedecer a todas as formalidades exigidas para a designação original.

2.36.2.9 Não será admitido, em nenhuma hipótese, que o preposto indicado seja um colaborador ocupante de posto de serviços vinculado a esta contratação.

2.36.3 Manter, durante toda a vigência do contrato, matriz e/ou filial administrativa (com poderes para resolução que quaisquer questões contratuais) na Cidade de Salvador ou respectiva região metropolitana.

2.36.4 Apresentar ao MPBA todas as alterações legislativas, bem como dissídios, acordos e convenções coletivas de trabalho pertinentes aos serviços contratados, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a sua homologação ou publicação, conforme o caso.

2.36.5 Quando da assinatura do contrato, deverá a contratada apresentar a convenção/acordo/dissídio em vigor aplicável à execução contratual, observadas as regras relativas a enquadramento conforme atividade econômica e âmbito territorial de aplicação.

2.36.6 Executar os serviços de acordo com as especificações definidas neste instrumento e seguindo as orientações do MPBA, comprometendo-se a alocar pessoal e material necessários, conforme o caso, adotando todas as medidas para assegurar um controle de qualidade adequado.

2.36.7 Realizar os pagamentos devidos aos empregados vinculados ao contrato e aos seus respectivos substitutos, quando previstos em contrato:

2.36.7.1 Das remunerações devidas, incondicionalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente àquele trabalhado, através de depósito em conta-salário.

2.36.7.1.1 O pagamento das remunerações deverá sempre observar os pisos salariais definidos em Acordo ou Convenção Coletiva aplicável à Contratada, sendo defeso à esta pagar montante bruto a menor e/ou realizar descontos para além daqueles legalmente previstos ou permitidos;

2.36.7.2 Dos valores devidos a título de gratificação natalina (décimo terceiro salário), em duas parcelas anuais, na estrita forma e nos exatos prazos previstos na Lei Federal nº 4.749, de 12 de agosto de 1965, através de depósito em conta bancária.

2.36.7.3 Dos valores devidos a título de auxílio-transporte e auxílio-alimentação, impreterivelmente até o último dia útil do mês anterior ao da prestação dos serviços.

2.36.7.3.1 Nos termos do Decreto Federal nº 10.854/2021, o pagamento do auxílio-transporte, quando cabível, deverá ocorrer mediante fornecimento de “vale-transporte”, através das empresas operadoras do

sistema de transporte coletivo público em cada Município em que haja posto de serviço contratado, de acordo com as tarifas definidas pela municipalidade.

2.36.7.3.1.1 Excepcionalmente, na eventual hipótese de impossibilidade temporária de adimplemento de auxílio-transporte através de empresa operadora de sistema de transporte coletivo, o pagamento dos valores devidos à título de auxílio-transporte deverá ser feito mediante depósito em conta bancária de titularidade dos empregados.

2.36.7.3.1.2 A contratada deverá participar dos gastos com deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder a 6% (seis por cento) de seu salário básico.

2.36.7.3.2 O pagamento de auxílio-alimentação deverá estar de acordo com os valores definidos pelo Acordo ou Convenção coletiva a que se sujeita contratada, se maiores que aqueles indicados neste termo de referência.

2.36.7.3.2.1 O pagamento de auxílio-alimentação deverá ser realizado, preferencialmente, mediante depósito em conta bancária de titularidade dos empregados. Entretanto, poderá a contratada realizar a respectiva quitação por intermédio de empresa de fornecimento de “vale-alimentação”, mediante apresentação prévia do respectivo contrato ao MPBA.

2.36.7.4 Dos valores devidos a título de férias e prêmios de férias, impreterivelmente até dois dias antes dos respectivos períodos de gozo, através de depósito em conta bancária.

2.36.8 Cumprir todas as exigências previstas na legislação trabalhista e nas convenções, acordos e dissídios coletivos firmados, observando, inclusive, a eventual obrigatoriedade de promoção regular de curso de formação/aperfeiçoamento/reciclagem de seus empregados, nos termos e prazos exigidos pelas normas.

2.36.9 Determinar e providenciar a realização regular dos exames de saúde ocupacional dos empregados designados à execução do objeto deste instrumento, conforme a legislação aplicável à matéria, a norma coletiva de trabalho aplicável à contratada, a Norma Regulamentadora nº 07 (NR-7, instituída pelo Ministério do Trabalho e Emprego) e demais regulamentações cabíveis, bem como arcar com todas as despesas decorrentes de transporte, fardamento, equipamentos de proteção individual, alimentação e todas as demais obrigações cabíveis especificadas nos dissídios, acordos ou convenções coletivas.

2.36.10 Manter, em seu quadro de funcionários, quantitativo condizente de profissionais com as qualificações mínimas exigidas, para abranger a totalidade dos postos de serviço contratados, bem como quantitativo suficiente de profissionais de reserva, treinados para atuar em eventuais substituições nos casos de afastamentos/ausências legais e outras possíveis ocorrências ao longo da vigência contratual, de modo a impedir solução de continuidade na execução contratual.

2.36.11 Garantir que os seus funcionários mantenham sigilo absoluto sobre quaisquer informações, dados, documentos e assuntos que tomarem conhecimento em razão da execução do objeto contratual, sob pena de responsabilização civil, administrativa e/ou penal, nos termos da legislação vigente;

2.36.12 Responsabilizar-se pelos ônus financeiros e acréscimos substanciais de custos em face de alteração superveniente de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas vinculadas à proposta da contratada em decorrência de decisão judicial ou de fato que afete o seu enquadramento sindical ou a sua vinculação a instrumento coletivo de trabalho no qual a empresa tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria.

2.36.13 Respeitar e fazer com que seus colaboradores respeitem as legislações trabalhistas, bem assim as normas gerais de segurança do trabalho, identificação, disciplina e outros regulamentos correlatos instituídos pelo MPBA, além de atentar para as regras de cortesia no local onde sejam executados os serviços contratados.



2.36.14 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato.

2.36.15 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguidas, sem o consentimento prévio, e por escrito, do MPBA.

2.36.16 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação.

2.36.17 Cumprir a Resolução CNMP nº 264/2023 e o Ato Normativo nº 16 de 04 de abril de 2025, relativos à reserva de vagas para a contratação de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar.

2.36.18 Cumprir e fazer cumprir a garantia de emprego prevista no art. 9º, §2º, inciso II, da Lei nº 11.340/2006.

Da contratação de mulheres vítimas de violência doméstica

2.37 A contratada está obrigada a destinar parcela dos postos de serviços indicados neste Termo de Referência a mulheres em situação de vulnerabilidade econômica em decorrência de violência doméstica e familiar, nos termos do Ato Normativo nº 16, de 4 de abril de 2025, quando a quantidade de trabalhadores necessários para a execução do contrato que será firmado entre a Administração e a empresa for igual ou superior a 25 (vinte e cinco), observadas as demais previsões do mencionado Ato.

2.37.1 São incluídas no percentual previsto no *caput* deste item as mulheres trans, travestis e outras identidades femininas, nos termos do disposto no art. 5º da Lei nº 11.340/2006.

2.37.2 A destinação de postos de serviços deverá ocorrer nos seguintes termos:

a) Quando o contingente mínimo de trabalhadores necessários para a execução do contrato for de 25 (vinte e cinco) ou mais, haverá disponibilização de 5% (cinco por cento) das vagas existentes;

b) Quando restar uma fração no resultado da aplicação do percentual de 5% (cinco por cento), deverá ser considerado o número inteiro seguinte;

c) Quando o contingente mínimo de trabalhadores necessários para a execução do contrato for inferior a 25 (vinte e cinco), será facultativa a destinação de parcela dos postos de serviços a mulheres vítimas de violência doméstica, a critério do contratante.

2.37.2.1 O percentual de reserva de postos deverá ser mantido durante todo o tempo da execução do contrato, incluindo-se suas prorrogações.

2.37.2.2 Na hipótese de desligamento de empregada(s) vítima de violência doméstica, a empresa deverá adotar as providências cabíveis à manutenção contratual do percentual de reserva de postos exigido.

2.37.2.3 A não observância das regras de destinação de parcela dos postos de serviços prevista neste item 2.37 e seus subitens implica inadimplemento contratual e possibilita a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, além da aplicação das sanções legais.

2.37.3 As vagas a serem disponibilizadas, conforme Ato Normativo nº 16/2025, serão destinadas prioritariamente a candidatas:

I – Que possuam filhos ou dependentes em idade escolar ou com deficiência, excetuando quando se tratar de mulheres travestis, transexuais e intersexo;



II – Pretas e pardas, observada a proporção de pessoas pretas e pardas na unidade da federação onde ocorrer a prestação do serviço, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

2.37.4 Ao aplicar o percentual de vagas reservado, as 03 (três) primeiras vagas deverão ser preenchidas por mulheres em situação de vulnerabilidade econômica em decorrência de violência doméstica e familiar, e a 4ª (quarta) vaga por mulheres transgêneros (transsexuais, travestis e intersexo), em situação de vulnerabilidade econômica em decorrência de violência doméstica e familiar, de forma sucessiva.

2.37.5 Na hipótese de não preenchimento da cota prevista, as vagas remanescentes deverão ser revertidas para as demais mulheres cisgêneras e mulheres lésbicas, bissexuais e não binárias, em situação de vulnerabilidade econômica em decorrência de violência doméstica e familiar, e observadas as prioridades previstas no subitem 2.37.3.

2.37.6 A identidade das trabalhadoras contratadas em atendimento à iniciativa de inclusão deverá ser mantida em sigilo pela empresa e pelo contratante, sendo vedado qualquer tipo de discriminação no exercício das suas funções.

2.37.7 A indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para atendimento do objeto contratual não caracteriza descumprimento do disposto no Ato Normativo nº 16/2025, desde que aquela seja devidamente comprovada pela contratada.

3. REGRAS ADICIONAIS SOBRE FATURAMENTO, PAGAMENTO E COMPROVAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS:

3.1 Constam a seguir regras sobre faturamento, pagamento e comprovação do cumprimento de obrigações trabalhistas/sociais/previdenciárias, em complementação àquelas previstas nos itens 5.6 e 7.2 do Termo de Referência.

3.2 Para fins de análise sobre o adimplemento das obrigações contratuais, e consequente liberação de eventuais créditos existentes junto ao MPBA em favor da contratada, somente será considerado integralmente executado o contrato após a comprovação do pagamento, pela contratada, de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e rescisórias (quando couber) relativas aos empregados envolvidos na prestação dos serviços objeto deste instrumento.

3.2.1 Considerar-se-á crédito existente em favor da contratada o montante equivalente ao somatório das parcelas globais mensais faturadas e/ou faturáveis em razão de serviços já efetivamente executados, deduzidas as quantias relativas a eventuais retenções e/ou aplicações de multas, indenizações, encargos e/ou tributos de qualquer natureza.

3.2.2 Em sendo verificada a ausência de adimplemento de qualquer obrigação de cunho pecuniário relativa a empregado(s) vinculado(s) ao contrato, a contratada autoriza o MPBA a realizar, com a utilização de créditos existentes em favor daquela:

3.2.2.1 Retenção cautelar do valor correspondente ao montante dos valores relativos às obrigações que possam ensejar eventual responsabilidade solidária e/ou subsidiária.

3.2.2.2 Pagamento direto de verbas trabalhistas, devidamente discriminadas, aos empregados vinculados ao contrato, mediante depósito em contas bancárias de titularidade daqueles.

3.2.2.3 No tocante a inadimplemento(s) em relação ao FGTS e/ou ao INSS, realizar a quitação direta dos débitos existentes.

3.2.2.3.1 O pagamento direto, nestas hipóteses, fica condicionado à apresentação, pela contratada, dos relatórios do FGTS Digital e do E-Social / DCTFWeb (constantes no item 3.17.16 e seus subitens) relativos a



todos empregados que fazem parte da execução contratual, acompanhados das correlatas Guias de Recolhimento / DARF, em tempo hábil para o pagamento dentro da data-limite de vencimento de cada obrigação.

3.2.2.3.2 Para quitação de débitos com o FGTS e o INSS, o MPBA fica autorizado, ainda, a utilizar os valores provisionados para quitar parte do débito, no que se refere ao incidente sobre férias, abono de férias e décimo terceiro salário.

3.2.2.4 A previsão de pagamento direto não caracteriza vínculo do MPBA com os empregados da contratada ou gera qualquer tipo de responsabilidade direta do contratante relativamente aos créditos que tais empregados possuam face à contratada.

3.2.2.5 A adoção dos pagamentos diretos ensejará a abertura de processo administrativo em desfavor da contratada, sem prejuízo de eventual deliberação sobre a rescisão unilateral sumária do contrato.

Do fluxo mensal para processamento da fiscalização, recebimento e pagamento pelos serviços

3.3 A partir do primeiro dia útil após o encerramento de cada mês de execução dos serviços, o gestor da execução do contrato, de posse da nota de empenho correlata, autorizará a Contratada a emitir a respectiva nota fiscal, a qual deverá refletir o valor previsto no empenho, apurado conforme itens 3.9.1 e 3.11, a seguir.

3.3.1 Recebida a Nota fiscal em conformidade com os parâmetros contratuais, será instaurado o competente processo administrativo de pagamento, o qual será submetida às rotinas administrativas relativas ao provisionamento determinado pela lei estadual – BA nº 12.949/2014 e às retenções de cunho previdenciário e tributário, de acordo com a legislação vigente.

3.3.1.1 Será retido mensalmente do valor total mensal contratado, independentemente do valor previsto em nota fiscal, o percentual equivalente às **provisões de encargos trabalhistas** relativas a férias, abono de férias, décimo terceiro salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários, sociais e FGTS sobre férias, abono de férias e décimo terceiro salário dos trabalhadores empregados na execução direta desta contratação, conforme determinação constante na Lei Estadual nº 12.949/2014, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 15.219/2014 e pelo Ato Normativo nº 014/2014, e normas que eventualmente os alterem ou substituam.

3.3.1.1.1 A definição do percentual a ser retido tem por base o cálculo proporcional entre o valor total mensal do contrato e o valor correspondente, em reais, à totalidade das provisões de encargos a serem retidas, conforme planilha de composição de custos e regramentos do APENSO II deste Termo de Referência.

3.3.1.1.1.1 A totalidade das provisões refletirá o produto, em reais, da aplicação, em todos os postos de serviço contratados, do somatório dos percentuais relativos às provisões obrigatórias sobre a totalidade dos componentes salariais, conforme APENSO II deste termo de referência.

3.3.1.1.1.2 Para cálculo do percentual de retenções será aplicada a metodologia disposta na Portaria SAEB nº 976/2015, ou norma que eventualmente a altere ou substitua.

3.3.1.1.1.3 Para fins de cálculo das retenções, não se computarão os valores contratuais estimativos previstos no item 1.3.3.1.1.1 deste Termo de Referência.

3.3.1.1.2 A homologação de convenção/acordo coletivo ou julgamento de dissídio coletivo, bem como a celebração/expedição de qualquer aditamento ou apostilamento contratual que enseje a alteração de valor(es) unitário(s) de posto(s) de serviço(s) contratado(s) implicará em recálculo do percentual a ser retido mensalmente à título de provisões de encargos trabalhistas e previdenciários;



3.3.1.1.3 Serão também retidas mensalmente do valor total mensal contratado as parcelas de mesma natureza daquelas elencadas no APENSO II deste termo de referência, desde que previstas em convenções/acordo e dissídios coletivos aplicáveis à contratada;

3.3.1.1.3.1 Em tais hipóteses, o cálculo das retenções seguirá o quanto disposto APENSO II deste termo de referência.

3.4 Finalizadas as providências descritas no item 3.3.1, a continuidade do processamento do pagamento pelos serviços prestados estará condicionada ao envio integral e regular, pela Contratada, das documentações probatórias requeridas neste Termo de Referência, previstas especialmente neste APENSO III e no APENSO V, conforme regras e periodicidades ora definidas.

3.4.1 Para composição do processo de pagamento relativo a cada nota fiscal emitida pela Contratada, serão consideradas e verificadas as documentações apresentadas correspondentes ao mês imediatamente anterior à competência dos serviços.

3.4.1.1 A título de exemplo, tem-se que comporão o processo de pagamento relativo aos serviços efetivamente prestados no mês de JUNHO de determinado ano:

- a) A **nota fiscal** relativa à competência JUNHO, a ser apresentada a partir do primeiro dia útil de JULHO, desde que após a emissão do empenho correspondente;
- b) Os **documentos probatórios** de execução dos serviços e de pagamento de obrigações, todos relativos à competência MAIO.

3.4.2 Após análise, as fiscalizações poderão solicitar a apresentação de documentações complementares, mediante emissão de notificação(ões) à Contratada.

3.5 A análise inicial da documentação probatória será feita pela fiscalização técnica, mediante verificação dos documentos relativos à execução dos serviços propriamente ditos, em especial as folhas de ponto e correlatos e as comprovações de fornecimento de insumos (se for o caso).

3.6 O relatório emitido pela fiscalização técnica será encaminhado à fiscalização administrativa, para verificação da conformidade entre a prestação de contas documental pela Contratada e as ocorrências correlatas verificadas pela fiscalização técnica no curso do mês sob análise.

3.7 Após recebimento do relatório técnico, passará a fiscalização administrativa à análise das documentações comprobatórias do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e rescisórias (quando couber).

3.8 A ausência de apresentação, apresentação parcial e/ou irregular de documentação exigível/exigida poderá ensejar a recomendação ao gestor da execução do contrato que determine a retenção preventiva de valores, a aplicação de glosas e/ou solicite à Administração a aplicação de multas, sem prejuízo de demais providências administrativas cabíveis.

3.9 Concluída a análise documental da fiscalização administrativa, o processo de pagamento será remetido à análise do gestor da execução do contrato, ao qual incumbirá emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados e habilitação para pagamento, com base nos relatórios e documentação apresentados por ambas as fiscalizações.

3.9.1 Como resultado da análise, o gestor da execução do contrato, a partir da análise dos relatórios da fiscalização e dos documentos apresentados pela Contratada, poderá deliberar, isolada ou conjuntamente:

- a) Pela aplicação de glosas de valores, nos termos do item 3.11 e seguintes, as quais serão processadas pela Administração em empenhos subsequentes à nota fiscal sob processamento;

- b) Pelo recebimento integral dos serviços prestados no mês sob análise, com consequente pagamento total do valor previsto em nota fiscal;
- c) Pela retenção integral do pagamento da nota fiscal, mediante justificativa;
- d) Pelo pagamento parcial da nota fiscal, estritamente relativo às obrigações contratuais cuja comprovação tenha ocorrido regular e plenamente no faturamento, e pela aplicação de reserva(s) preventiva de valores conforme regramentos previstos no item 3.14 e seguintes.

3.10 Verificando-se qualquer pendência que resulte em **reserva(s) preventiva de valores**, o pagamento à contratada deverá ser realizado conforme o recebimento definitivo do gestor da execução do contrato, com dedução dos valores em reserva.

3.10.1 A liberação dos valores retidos provisoriamente está condicionada à apresentação dos documentos comprobatórios e/ou eventuais justificativas necessárias ao saneamento de todas as irregularidades e inconsistências apontadas pela fiscalização.

3.10.2 Caso não haja a regularização das pendências no prazo de até 90 (noventa) dias contados da primeira notificação pela fiscalização, os valores correspondentes aos itens financeiros não comprovados serão **glosados** pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em contrato.

3.10.2.1 A glosa será formalizada por meio de comunicação oficial do gestor da execução contratual, contendo a especificação dos valores glosados.

3.10.2.2 A glosa não resultará em qualquer tipo ressarcimento à contratada por tributos pagos ou quaisquer outras despesas relacionadas aos valores em questão.

Das glosas relativas à inexecução dos serviços

3.11 Observado o disposto no item 3.9.1, alínea “a”, ocorrendo faltas ou atrasos dos colaboradores da contratada, o contratante fará a notificação do fato à mesma, bem como deduzirá de créditos existentes em favor da Contratada o *quantum* correspondente (glosa), com base no valor mensal do respectivo Posto de Serviço, conforme a fórmula a seguir:

$$\text{Valor Posto/Dia} = \frac{\text{Valor Posto/mês}}{30 \text{ dias}}$$

$$\text{Valor Posto/Hora} = \frac{\text{Valor Posto/dia}}{08 \text{ horas}}$$

3.11.1 A glosa somente ocorrerá quando a contratada não providenciar a devida substituição de modo tempestivo, conforme exigido neste Termo de Referência.

3.11.2 As fórmulas serão igualmente aplicadas para as hipóteses de não serem efetivadas, nos prazos consignados, as solicitações de implementação de novo(s) posto(s) de serviços ou de substituição de funcionário(s) alocado(s) em determinado(s) posto(s).

3.12 Ocorrendo a não comprovação de inclusão de colaboradores da contratada no Plano de Saúde, Plano Odontológico ou no Seguro de Vida exigidos na contratação, o MPBA fará a notificação do fato à mesma, bem como deduzirá do valor da fatura mensal o *quantum* correspondente, com base no valor da planilha de composição dos custos, conforme a fórmula a seguir:

$$\text{Valor do Plano de Saúde} = \frac{\text{Valor do Plano de Saúde/mês}}{30 \text{ dias}}$$

$$\text{Valor do Plano Odontológico} = \frac{\text{Valor do Plano Odontológico/mês}}{30 \text{ dias}}$$

$$\text{Valor do Seguro de vida} = \frac{\text{Valor do Seguro de Vida/mês}}{30 \text{ dias}}$$

3.12.1 As fórmulas serão igualmente aplicadas para as hipóteses de não serem efetivadas, nos prazos consignados, as solicitações de implementação de novo(s) posto(s) de serviços ou de substituição de funcionário(s) alocado(s) em determinado(s) posto(s).

3.13 O MPBA aplicará glosas relativas a eventuais valores referentes a outras obrigações pecuniárias não comprovadas ou não cumpridas, e que não sejam passíveis de regularização *a posteriori*.

Das retenções preventivas de valores

3.14 A reserva preventiva de valores se dará no montante correspondente às obrigações contratuais cuja comprovação não tenha ocorrido no faturamento correspondente e/ou não tenha atendido ao quanto disposto neste instrumento.

3.15 A reserva preventiva de valor poderá incidir sobre o montante **total** da nota fiscal, tanto na hipótese de ausência total de comprovação das obrigações acessórias, quanto nas hipóteses em que os valores relativos às obrigações cujo cumprimento não foi devidamente comprovado alcançarem aquele montante.

3.15.1 Haverá tantas reservas preventivas quantas se façam necessárias ao alcance do montante relativo a obrigações não comprovadas, inclusive em faturamentos subsequentes.

3.15.2 Para as obrigações contratuais acessórias não mensuráveis financeiramente, cuja comprovação não ocorra na forma e prazo definidos neste instrumento, poderá o MPBA reter até 50% (cinquenta por cento) do valor do posto de serviço ao qual se relaciona a obrigação não comprovada, sem prejuízo da abertura de procedimento administrativo para eventual aplicação de penalidade. Consideram-se, exemplificativamente, obrigações acessórias não mensuráveis financeiramente, as seguintes:

- a) Apresentação da documentação admissional (contrato de trabalho, documentos de identificação oficial, carteira de trabalho com registro do trabalhador e assinatura da empresa, exames admissionais, acordo individual de jornada de trabalho);
- b) Apresentação da documentação demissional (aviso prévio, carteira de trabalho atualizada e assinada pela empresa, exame demissional assinado pelo colaborador e pelo médico, relação de salários de contribuição do INSS, extrato de conta vinculada de FGTS para fins rescisórios);
- c) Apresentação da documentação comprobatória do atendimento aos requisitos profissionais mínimos exigidos de cada colaborador.

3.16 Excepcionalmente no que tange ao faturamento do **último mês de execução contratual**, o pagamento somente será processado de modo integral, devendo a contratada, para tanto, apresentar, atendendo integral e plenamente todas as exigências contratuais, **toda** a documentação exigível por força deste instrumento e da legislação vigente.

Da documentação para prestação de contas mensal ordinária

3.17 Para fins de processamento ordinário do pagamento mensal pelos serviços prestados, deverá a Contratada apresentar a seguinte documentação relativa ao mês imediatamente anterior à competência dos serviços, isto é, ao mês que precede aquele discriminado na nota fiscal, conforme detalhamento no item 3.4.1 e seguintes.



3.17.1 Cópia/relatório dos controles de jornada (ponto) de todos os empregados envolvidos no objeto contratual, sejam aqueles regularmente alocados nos postos de serviços ou seus substitutos eventuais, organizados por local de serviço;

3.17.2 Cópias dos documentos probatórios das justificativas para ausências legais dos empregados alocados nos postos de serviços, tais como atestados, declarações e certidões, assegurado o sigilo de informações relativas a diagnóstico (CID e dados correlatos);

3.71.2.1 Para fins de sigilo, dados relativos a diagnósticos deverão ser mascarados pela Contratada previamente ao envio ao Contratante;

3.17.3 Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, válido;

3.17.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e a inscrições em Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), válida;

3.17.5 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública do Estado da Bahia, mediante apresentação de certidão negativa de débitos tributários, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria-Geral do Estado, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, válida;

3.17.5.1 Na hipótese de ser a contratada sediada em Estado diverso do da Bahia, deverá também ser apresentada certidão de regularidade perante a respectiva Fazenda Estadual;

3.17.6 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública do Município-sede da contratada, mediante apresentação de certidão negativa de débitos tributários, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal respectiva, válida;

3.17.7 Certidão negativa de falência, emitida pelo distribuidor (Tribunal de Justiça) da sede da contratada, válida;

3.17.8 Prova de regularidade perante o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, de modo a comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, válida;

3.17.9 Relação completa de todos os colaboradores destacados para a execução do contrato, organizada por ordem alfabética e contendo, minimamente:

- a) Nomes completos e números de inscrição no CPF/MF;
- b) Indicação do posto de serviços e local onde cada empregado exerceu suas atividades;
- c) Discriminação da situação de cada funcionário, distinguindo-os entre “ativo”, “em férias”, “afastado”, “desligado”, informando a data ou o período do evento;
- d) Nas hipóteses de substituição do colaborador, ainda que eventual, indicação nominal do substituto do posto e a data ou período de substituição;

3.17.10 Espelho analítico da folha de pagamento, relativa exclusivamente aos empregados relacionados à execução da contratação com o MPBA.

3.17.10.1 A folha deverá discriminar individual e nominalmente os funcionários, organizando-os em ordem alfabética (preferencialmente) ou por local da prestação de serviços. Deverá, igualmente, conter as informações individualizadas relativas a:

- a) Valores devidos aos funcionários a título de remuneração, de modo a englobar e discriminar todos os valores que a compõem, tais como vencimentos básicos (horas normais), abonos, adicionais e horas extraordinárias, quando devidos;
- b) Descontos legais e convencionados;
- c) Valores de proventos brutos e líquidos;
- d) A situação funcional de cada trabalhador destacado para a execução desta contratação, discriminando entre “ativo”, “em férias”, “afastado” ou “desligado”, admitindo-se termos similares.

3.17.11 Prova de quitação da folha de pagamento, específica dos empregados em execução no referido mês, a ser emitida pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta dos empregados, contendo o nome de cada funcionário, o valor e a data do crédito promovido.

3.17.12 Prova do pagamento do auxílio-transporte, nos termos do Decreto Federal nº 10.584/2021 e deste instrumento.

3.17.12.1 Na hipótese de pagamento mediante depósito em conta bancária de titularidade dos empregados, deverá a contratada comprovar a quitação dos valores devidos à título de auxílio-transporte mediante apresentação de extratos gerados pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta dos empregados, contendo o nome de cada funcionário, o valor e a data do crédito promovido.

3.17.13 Prova do pagamento do auxílio-alimentação e da cesta básica, mediante apresentação de:

- a) Para o auxílio-alimentação: extratos gerados pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta dos empregados, contendo o nome de cada funcionário, o valor e a data do crédito promovido;
- b) Para a cesta básica: emissão de extratos gerados pela Empresa fornecedora dos cartões-alimentação, contendo o nome de cada funcionário, o valor e a data do crédito efetivamente promovido.

3.17.13.1 Caso a contratada realize o pagamento do auxílio-alimentação mediante contratação de empresa de fornecimento de cartão-alimentação, a prova do respectivo pagamento deverá ser feita mediante emissão de extratos gerados pela Empresa fornecedora dos cartões, contendo o nome de cada funcionário, o valor e a data do crédito efetivamente promovido.

3.17.13.2 Somente será admitido o pagamento da cesta básica em pecúnia caso tal permissivo esteja previsto na norma coletiva aplicável à contratada. Nesta hipótese, a comprovação deverá ocorrer mediante apresentação dos extratos gerados pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta dos empregados, contendo o nome de cada funcionário, o valor e a data do crédito promovido.

3.17.14 Prova dos pagamentos do Plano de Assistência Médica Privada e do Plano de Assistência Odontológica Privada de todos os empregados destacados para a execução do contrato, composta de:

3.17.14.1 Extratos emitidos pelas instituições operadoras dos referidos Planos, contendo mês de referência, nomes completos de todos os funcionários abrangidos e valores individualizados e total;

3.17.14.2 Recibos emitidos pelas instituições operadoras dos referidos Planos ou comprovantes de pagamento emitidos por instituição bancária, acompanhados de cópias dos respectivos boletos de cobrança.

3.17.15 Prova do pagamento mensal do seguro de vida, relativo a todos os empregados destacados para a execução do contrato, composta de:



3.17.15.1 Extrato emitido pela seguradora, contendo mês de referência, nomes completos de todos os funcionários abrangidos e valores individuais.

3.17.15.2 Recibo emitido pela seguradora ou comprovante de pagamento emitido por instituição bancária, acompanhados de cópias dos respectivos boletos de cobrança.

3.17.16 Guia do FGTS Digital (GFD), acompanhada da comprovação do respectivo pagamento, especificamente relacionada aos empregados destacados para a execução do contrato, a incluir as seguintes relações/informações:

3.17.16.1 Relação dos Trabalhadores constantes no relatório: “Detalhe da Guia Emitida – Relação de Trabalhadores”, na qual deverão constar os dados da contratada e os dos empregados relacionados à execução deste instrumento (apenas destes), os fatos geradores de contribuições previdenciárias e valores devidos ao INSS, bem como as remunerações dos trabalhadores (coincidentes com a folha de pagamento respectiva) e valores a serem recolhidos ao FGTS, cujo “identificador” da GFD deverá guardar identidade de valor igual ao campo “Número da Guia” do FGTS digital;

3.17.16.2 Detalhe da Guia Emitida – Relação de Tomadores de Serviço;

3.17.16.3 Detalhe da Guia Emitida – Relação de Tipos de Valor;

3.17.16.4 Recibo de entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários – DCTFWeb;

3.17.16.5 Relatório da declaração completa – DCTFWeb:

a) “Relatórios de Créditos – DCTFWeb”;

b) “Relatórios de Débitos – DCTFWeb”;

3.17.16.6 Cópia da Guia do FGTS Digital (GFD), emitida em nome da Contratada, relativa aos empregados relacionados à execução deste instrumento, com a devida autenticação bancária mecânica de pagamento ou acompanhada do comprovante definitivo de pagamento, quando este for efetuado pela Internet, cujo valor total a recolher deve guardar identidade com aquele descrito no Relatório “Detalhe da Guia Emitida – Relação de Trabalhadores GRF”;

3.17.16.7 Documento de Arrecadação de Receitas Federais – DARF, emitida em nome da Contratada, relativa aos empregados relacionados à execução deste instrumento, com a devida autenticação bancária mecânica de pagamento ou acompanhada do comprovante definitivo de pagamento, quando este for efetuado pela Internet, cujo valor pago deverá guardar identidade de valor com o campo “Valor Total do Documento” do Documento de Arrecadação de Receitas Federais – DARF, bem como deverá guardar identidade de valor com o campo “TOTAL” e “Saldo a Pagar” do Recibo de entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários – DCTFWeb.

Da documentação para prestação de contas relativa ao primeiro mês de execução contratual, à substituição não eventual de funcionário e/ou à ampliação do número de colaboradores disponibilizados

3.18 Para além da documentação mensal ordinária, deverá a contratada apresentar a seguinte documentação, tanto no que se refere ao primeiro mês dos serviços prestados, quanto aos meses em que ocorrer substituição não eventual de funcionário e/ou ampliação do número de colaboradores disponibilizados:

3.18.1 Cópia das Carteiras de Trabalho e Previdência Social devidamente assinadas em consonância com os ditames legais, especialmente no tocante à identificação do empregado e às anotações relativas ao presente instrumento.

3.18.2 Cópia dos Documentos de identidade (Registro Geral) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF/MF) dos



trabalhadores disponibilizados para os serviços objeto deste instrumento;

3.18.3 Exames médicos admissionais, que comprovem a plena aptidão para o exercício profissional específico do objeto nesta contratação.

3.18.4 Comprovação nominal da contratação de seguro de vida relativo a todos os trabalhadores destacados exclusivamente para a execução do contrato, nos termos deste instrumento e, caso aplicável, conforme coberturas contidas na norma coletiva relativa à contratada.

3.18.4.1 Deverá ser apresentada, conjuntamente, cópia da apólice de seguro correspondente.

3.18.4.2 Na hipótese de substituição e inclusão de postos de serviços, quando vigente o contrato celebrado com a Seguradora, deverá a contratada comprovar a cobertura de todos os colaboradores, inclusive os novos.

3.18.5 Comprovação nominal da contratação de Plano de Assistência Médica Privada e de Plano de Assistência Odontológica Privada relativos a todos os trabalhadores destacados exclusivamente para a execução do contrato, nos termos deste instrumento e, caso aplicável, da norma coletiva aplicável à contratada.

3.18.5.1 Deverão ser apresentadas, igualmente, cópias dos contratos celebrados com as Operadoras dos Planos de Saúde e Odontológico contratadas.

3.18.5.2 Na hipótese de substituição e inclusão de postos de serviços, quando vigente o contrato celebrado com as Operadoras dos Planos de Saúde e Odontológico, deverá a contratada comprovar a cobertura de todos os colaboradores, inclusive os novos.

3.18.6 Cópia do Contrato de experiência firmado entre as partes, adequado aos ditames legais.

3.18.6.1 Na hipótese de celebração de contrato por tempo indeterminado, tal circunstância deverá ser expressamente informada pela contratada.

3.18.6.2 Caso haja prorrogação do contrato de experiência, deverá ser remetida ao MPBA cópia do novo instrumento, impreterivelmente no faturamento relativo à prorrogação.

Da documentação de profissionais de férias

3.19 Para além da documentação mensal ordinária, deverá a contratada apresentar a seguinte documentação relativa aos funcionários em gozo de férias no respectivo mês de competência da folha de pagamento:

3.19.1 Cópias dos Avisos de Férias dos empregados em gozo de férias, contendo informações relativas a período aquisitivo, período de gozo, datados e assinados por empregado e empregador.

3.19.2 Cópia dos recibos de férias com memória de cálculo dos valores pagos.

3.19.3 Prova do pagamento de férias, adicional de férias e eventuais abonos pecuniários, mediante apresentação de extratos gerados pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta dos empregados, contendo o nome de cada funcionário, o valor e a data do crédito promovido;

3.19.4 Na hipótese de não haver colaboradores em gozo de férias no período, tal circunstância deverá ser declarada expressamente pela contratada.

Da documentação demissional

3.20 Caso haja desligamento definitivo do quadro funcional da contratada de empregado(s) alocado(s) no contrato com o MPBA no mês referente à prestação de contas, aquela deverá apresentar toda a documentação relativa à(s) rescisão(s)

do(s) contrato(s) de trabalho, a englobar:

3.20.1 Comprovação da Notificação de Aviso Prévio com observância ao prazo legal OU do pagamento da respectiva indenização, respeitado o disposto no item 2.30 deste APENSO III;

3.20.1.1 Somente se admitirá, como prova de notificação válida de aviso prévio, documento datado e assinado pelas partes (empregador e empregado) que contenha integralmente:

- a) Dados pessoais do empregado: nome completo, CPF, profissão exercida;
- b) Indicação da data de admissão do funcionário pela contratada (independentemente do início da vigência do contrato com o MPBA ou respectivo posto de serviços), com consequente indicação expressa da quantidade de dias de aviso prévio exigíveis, nos termos da Lei Federal nº 12.506/2011;
- c) Indicação do período (início e encerramento) de cumprimento do aviso prévio;
- d) Indicação da opção feita pelo empregado para cumprimento da jornada de trabalho durante o aviso prévio, nos termos do art. 488 da CLT;

3.20.1.2 O(s) documento(s) apresentados deverá(ão) comprovar o devido respeito aos prazos exigíveis pela legislação vigente, tanto no que se refere ao período total de aviso concedido quanto ao tocante à antecedência devida para comunicação ao trabalhador, sob pena de ser exigida da contratada a comprovação do pagamento da indenização cabível;

3.20.1.2.1 Na hipótese de restar desconfigurado o aviso prévio nos termos da lei, em razão de descumprimento da jornada consignada entre as partes (casos em que o trabalhador cumpra jornada maior do que a acordada), deverá a contratada realizar o pagamento da indenização cabível;

3.20.2 Carteira de Trabalho atualizada com a respectiva anotação, cuja data indicada no campo “data saída” deverá coincidir com aquela indicada no Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho ou relatório do E-Social com Histórico de Movimentações Trabalhistas, cujo tipo de evento deverá constar “desligamento” e cuja data indicada no campo “ocorrência do evento” deverá coincidir com aquela indicada no Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho.

3.20.3 Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, com especificação de natureza e valor de cada parcela paga ao empregado, devidamente assinado pelas partes.

3.20.3.1 O termo deverá consignar o pagamento das verbas previstas nos artigos 477, §8º, e/ou artigo 479, ambos da CLT, caso configuradas as respectivas hipóteses legais no caso concreto.

3.20.4 Termo de quitação da rescisão do contrato de trabalho, acompanhado do seu respectivo comprovante de pagamento dentro do prazo legalmente estabelecido, conforme artigo 477, §6º, da CLT.

3.20.5 Guia de recolhimento do FGTS Digital incidente sobre as verbas rescisórias (GFD), acompanhada da comprovação do respectivo pagamento e dos relatórios do FGTS Digital, sendo: “Relação de Categorias”, “Relação de Estabelecimentos”, “Relação Tipos de Valor” e “Relação do Trabalhador” contendo as bases de cálculo do recolhimento do FGTS Rescisório, cujo “identificador” da GFD deverá guardar identidade de valor igual ao campo “Número da Guia” do FGTS digital.

3.20.6 Extrato analítico de conta vinculada para fins rescisórios, referente ao FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.

3.20.7 Demonstrativo de recolhimento do INSS (E-social) incidente sobre as verbas rescisórias, acompanhada do Documento de Arrecadação Federal (DARF), seu respectivo comprovante de pagamento, juntamente com os seguintes relatórios da DCTFWeb: Recibo de entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais,

Relatório da Declaração Completa, Relatório de Créditos e Relatório de Débitos e/ou documentos congêneres.

3.20.8 Extrato de vínculos e contribuições à Previdência, que abranja a integralidade do período de vinculação do funcionário a esta contratação ou Relação do Salário de Contribuição;

3.20.9 Exame médico demissional;

3.21 Nas hipóteses de substituição permanente de colaborador vinculado ao contrato com o MPBA, seja a pedido deste ou por deliberação da contratada, deverá a contratada declarar por escrito tal circunstância, informando se o colaborador foi realocado em outro contrato ou, em caso de desligamento, encaminhar a documentação demissional cabível, inclusive no que se refere à indenização do aviso prévio.

3.22 Na hipótese de não haver desligamento de funcionários em determinado mês, tal circunstância deverá ser declarada expressamente pela contratada.

Da documentação semestral

3.23 Para além da documentação mensal ordinária, deverá a Contratada apresentar a cada semestre de vigência do contrato, a seguinte documentação relativa aos funcionários alocados no contrato:

3.23.1 A comprovação do recolhimento individualizado dos valores relativos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e às contribuições previdenciárias (INSS), mediante apresentação de extratos detalhados (com discriminação dos depósitos feitos a cada mês) emitidos pelo órgão gestor do FGTS e pela Previdência Social.

3.23.1.1 A documentação descrita deverá ser apresentada, igualmente, quando do faturamento do último mês de execução contratual, salvo manifestação expressa em contrário pelo MPBA;

3.23.2 A comprovação do fornecimento de fardamento completo e equipamentos de segurança obrigatórios (de acordo com a legislação cabível) para todos os empregados designados para ocupar os postos de serviços contratados, mediante apresentação de recibos (com discriminação de itens e quantidades) devidamente datados e assinados pelos respectivos beneficiários.

3.23.2.1 A comprovação do fornecimento **extemporâneo** de fardamentos e EPIs, **sempre que solicitado/exigido pelo MPBA** nos termos deste instrumento, deverá ocorrer mediante apresentação de recibos (com discriminação de itens e quantidades) devidamente assinados pelos respectivos beneficiários.

Da documentação sazonal

3.24 **Exclusivamente no que tange à prestação de contas relativos às execuções contratuais nos meses de novembro e dezembro**, deverão ser apresentadas, para além da documentação mensal ordinária, as folhas analíticas de pagamento relativas ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados alocados nas dependências do MPBA ao longo do ano correspondente, bem como FGTS Digital e E-Social - DCTFWeb / DARF ou documento congênere, acompanhadas dos respectivos comprovantes de pagamento, nos termos exigidos neste instrumento.

3.24.1 A comprovação do recolhimento do FGTS correlato deverá ocorrer nas prestações de contas relativas às competências 11 e 12, por ocasião do pagamento da primeira e da segunda parcelas do 13º salário;

3.24.2 A documentação descrita deverá ser apresentada, igualmente, quando do faturamento do último mês de execução contratual, salvo manifestação expressa em contrário pelo MPBA.

3.24.3 Na hipótese de a contratada efetuar antecipações de pagamento da 1ª (primeira) parcela do 13º salário, deverá apresentar a respectiva comprovação consolidada na prestação de contas correspondente;

Da documentação relativa a horas extras

3.25 Para fim de pagamento excepcional de horas-extras, nos termos previstos no item 2.7 e seguintes deste APENSO III, deverá a contratada apresentar a respectiva memória de cálculo, através de documento próprio, cujos valores deverão guardar identidade com aqueles constantes na correlata folha de pagamento e respetivo comprovante de pagamento.

3.25.1 O pagamento autorizado de eventuais horas-extras deverá estar previsto na prestação de contas do mês imediatamente posterior àquele em que ocorreu a autorização.

Documentação exigida ao final do contrato

3.26 Para fins de prestação de contas do último faturamento, a contratada deverá apresentar a documentação do mês imediatamente anterior à prestação dos serviços acompanhada da prestação de contas do último mês da execução contratual.

3.27 Especificamente quando da ocorrência do **encerramento contratual** (seja por extinção natural, rescisão contratual ou qualquer outra hipótese legalmente prevista), a contratada deverá apresentar ao MPBA, no que tange aos funcionários destacados para a execução do contrato:

3.27.1 Nos casos de desligamento do(s) funcionário(s) do quadro da contratada: a comprovação documental do efetivo adimplemento de todas as verbas rescisórias devidas aos trabalhadores, dentro do prazo legalmente previsto para tal quitação, acompanhada de toda a documentação exigida no tópico “**Da documentação demissional**” deste APENSO III.

3.27.2 Nas hipóteses de manutenção do(s) trabalhador(es) no quadro da contratada: a comprovação documental acerca da efetiva realocação do(s) funcionário(s) em outra(s) atividade(s) de prestação de serviços, sem que tenha havido a interrupção do(s) respectivo(s) contrato(s) de trabalho para com a contratada

3.28 Para fim de análise, pelo MPBA, da documentação apresentada, a contratada deverá declarar expressa e nominalmente quais funcionários serão desligados e quais serão mantidos formalmente vinculados à mesma.

3.29 Até que a contratada comprove satisfatoriamente o quanto exigido nos itens 3.18 e 3.19, o MPBA poderá promover a retenção de créditos existentes em favor da mesma, de valores provisionados em seu nome e/ou da garantia contratual prestada, sem prejuízo do quanto disposto no item 3.2 deste APENSO III.

Disposições finais

3.30 A fim de assegurar/resguardar o cumprimento de todas as obrigações legais trabalhistas, sociais, tributárias, previdenciárias e comerciais pela contratada, poderá o MPBA exigir documentações além daquelas definidas neste APENSO III, cuja apresentação, quando solicitada, também se configurará como critério de análise e deliberação sobre pagamento.

3.31 Na hipótese de reiteradas configurações de ausência de apresentação ou apresentação parcial/irregular da documentação exigida, poderá o MPBA, a seu critério, realizar a suspensão do pagamento de faturas subsequentes, independentemente do quanto disposto no item 3.2, e sem prejuízo da abertura de processo administrativo para apuração/aplicação das sanções contratuais cabíveis.





APENSO IV

REGRAS SOBRE FARDAMENTOS





1. Regras a serem observadas quanto às especificações, quantidades, qualidades e modelos de referência para os fardamentos, detalhados por posto de serviços.

1.1 O fornecimento deverá ocorrer conforme regras previstas em termo de referência, especialmente os itens 2.9 a 2.16 do APENSO III.

1.2 No que se refere ao fornecimento de EPIs, deverá a contratada fornecer todos os equipamentos exigidos por força de normas coletivas e/ou legislações aplicáveis, abrangendo, sem se limitar a, os equipamentos listados nos quadros abaixo.






ENCARREGADO, OPERÁRIO QUALIFICADO – CABISTA E OPERÁRIO QUALIFICADO – INSTALADOR DE TELEFONE, TÉCNICO EM MANUTENÇÃO – EDIFICAÇÕES E MÓVEIS, TÉCNICO EM MANUTENÇÃO – ELETRÔNICO				
PEÇA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE KIT COMPLETO (SEMESTRAL)	QUANTIDADE ANUAL (2 KITS SEMESTRAIS)	IMAGEM ILUSTRATIVA
CALÇA	Calça em jeans ou brim com mínimo de 2% de elastano. Com zíper e botão para fechamento no cós. Com bolsos na parte frontal e traseira. Aviamento e botões na mesma cor do tecido. Etiqueta de composição e identificação do tecido, forro, confecção, tamanho da peça e instruções de lavagem conforme determinação do INMETRO. Cor: Azul-marinho ou preto	02 (duas)	04 (quatro)	
CAMISA	Camisa tipo pólo. Em malha <i>piquet</i> composta de 50% algodão e 50% poliéster. Com dois botões. Manga curta. Com gola e punho sanfonados. Com 01 (um) bolso frontal superior facultativo lado esquerdo. Logotipo bordado na frente e com posicionamento no lado esquerdo do peito. Aviamento e botões na mesma cor do tecido. Etiqueta de composição e identificação do tecido, forro, confecção, tamanho da peça e instruções de lavagem conforme determinação do INMETRO. Cor: Azul-marinho	04 (quatro)	08 (oito)	
MEIA	Meia confeccionada em algodão. Tipo esportiva. Cano curto. Aplicação adulto e acabamento atalhado. Cor: Preta	03 (três) pares	06 (seis) pares	
CALÇADO	Calçado de segurança. Confeccionado em couro. Elástico lateral. Palmilha com montagem em tecido sintético. Solado em PU bidensidade, com sistema de absorção de impacto injetado diretamente no cabedal. Solado de borracha látex alta resistência, antiderrapante e com biqueira em composite. Cor: Preto	02 (dois) pares	04 (quatro) pares	


OPERÁRIO QUALIFICADO – ELETRICISTA				
PEÇA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE KIT COMPLETO (SEMESTRAL)	QUANTIDADE ANUAL (2 KITS SEMESTRAIS)	IMAGEM ILUSTRATIVA
CONJUNTO NR10 ELETRICISTA ANTICHAMAS (UNIFORME EPI)	<p>Conjunto de segurança para eletricitista. Composto por camisa e calça. Confeccionado em tecido retardante à chama. Fabricado em algodão com tratamento antichamas ou tecido aramida. Fechamento com botões protegidos. Costuras reforçadas com linha resistente ao calor. Bolsos funcionais com lapela. Deverá atender às exigências da NR10 e normas internacionais, como NFPA 70E e NFPA 2112.</p> <p>Cor: Azul-marinho</p>	03 (três)	06 (seis)	
CAMISA DE PROTEÇÃO UV	<p>Camisa de proteção solar UV 50+. Confeccionada em tecido 90% poliéster e 10% elastano. Logotipo da empresa na frente e com posicionamento no lado esquerdo do peito. Manga longa. Gola do tipo careca. Modelo unissex. Aviamento na mesma cor do tecido. Etiqueta de composição e identificação do tecido, forro, confecção, tamanho da peça e instruções de lavagem conforme determinação do INMETRO.</p> <p>Cor: Azul-marinho</p>	02 (duas)	04 (quatro)	
MEIA	<p>Meia confeccionada em algodão. Tipo esportiva. Cano curto. Aplicação adulto e acabamento atoadado.</p> <p>Cor: Preta</p>	03 (três) pares	06 (seis) pares	
CALÇADO	<p>Botina de segurança com solado isolante (classe II). Confeccionada em couro. Fechamento em elástico lateral e acolchoamento interno. Com solado em poliuretano bidensidade, antiderrapante e com propriedades isolantes contra choques elétricos. Deverá atender às normas NR10 e ABNT NBR ISO 20347.</p> <p>Cor: Preto</p>	02 (dois) pares	04 (quatro) pares	
CAPACETE DE SEGURANÇA COM ABA FRONTAL	<p>Capacete de Segurança com aba frontal. Copa com estrias e injetado em polietileno de alta densidade e com slot (abertura para acoplamento de protetor facial e auditivo). Suspensão dividida em duas partes: carneira com ajuste traseiro e aranha, injetadas em polietileno de baixa densidade. Tira absorvente de suor confeccionada em TNT dublado com espuma.</p> <p>Cor: Azul</p>	01 (um) por ano		

ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR	Óculos de segurança. Constituídos de um arco de material plástico preto com um pino central e duas fendas nas extremidades, utilizadas para o encaixe de um visor de policarbonato. Testado e aprovado dentro dos padrões internacionais de qualidade e da norma ANSI.Z.87.1/2003. Lentes confeccionadas em policarbonato, com tratamento antirrisco e com curvatura lateral. Suporte nasal confeccionado no mesmo material da lente, arredondado, ajustável e ergonômico. Cor: Incolor	01 (um)	02 (dois)	
ÓCULOS DE PROTEÇÃO UV FUMÊ	Óculos de segurança. Constituídos de um arco de material plástico preto com um pino central e duas fendas nas extremidades utilizadas para o encaixe de um visor de policarbonato. Proteção ultravioleta. Testado e aprovado dentro dos padrões internacionais de qualidade e da norma ANSI.Z.87.1/2003. Lentes confeccionadas em policarbonato, com tratamento antirrisco e com curvatura lateral. Suporte nasal confeccionado no mesmo material da lente, arredondado, ajustável e ergonômico. Cor: Fumê	01 (um)	02 (dois)	
LUVA DE VAQUETA	Luva de segurança confeccionada em couro vaqueta. Com reforço interno na palma e entre o polegar e o indicador. Deverá possuir elástico no dorso para melhor ajuste e punho com acabamento em viés. Deverá atender às normas técnicas EN 388 e NR-6, com Certificado de Aprovação (CA) válido.	02 (dois) pares	04 (quatro) pares	
PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA	Protetor auricular com nível de atenuação de ruído (NRRsf) igual ou superior a 21Db. Sem componente metálico. Com arco confeccionado em material plástico flexível, resistente, giratório 360º conjugado com banda/tira de sustentação. Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) válido e expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).	02 (dois)	04 (quatro)	
CINTURÃO DE SEGURANÇA COM TALABARTE DUPLO	Cinturão de segurança confeccionado em fita de poliéster de alta resistência. Com pontos de conexão para retenção de queda. Acompanhado por talabarte duplo em formato "Y" com absorvedor de energia e conectores em aço. Deverá atender às normas NR-35 e ABNT NBR, garantindo proteção contra quedas e segurança ao trabalhador.	01 (um) por ano		

OPERÁRIO QUALIFICADO – CARPINTEIRO				
PEÇA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE KIT COMPLETO (SEMENTRAL)	QUANTIDADE ANUAL (2 KITS SEMENTRAIS)	IMAGEM ILUSTRATIVA
CALÇA	<p>Calça em jeans ou brim com mínimo de 2% de elastano. Com zíper e botão para fechamento no có. Com bolsos na parte frontal e traseira. Aviamento e botões na mesma cor do tecido. Etiqueta de composição e identificação do tecido, forro, confecção, tamanho da peça e instruções de lavagem conforme determinação do INMETRO.</p> <p>Cor: Azul-marinho ou preto</p>	02 (duas)	04 (quatro)	
CAMISA	<p>Camisa tipo pólo. Em malha <i>piquet</i> composta de 50% algodão e 50% poliéster. Com dois botões. Manga curta. Com gola e punho sanfonados. Com 01 (um) bolso frontal superior facultativo lado esquerdo. Logotipo bordado na frente e com posicionamento no lado esquerdo do peito. Aviamento e botões na mesma cor do tecido. Etiqueta de composição e identificação do tecido, forro, confecção, tamanho da peça e instruções de lavagem conforme determinação do INMETRO.</p> <p>Cor: Azul-marinho</p>	04 (quatro)	08 (oito)	
CAMISA DE PROTEÇÃO UV	<p>Camisa de proteção solar UV 50+. Confeccionada em tecido 90% poliéster e 10% elastano. Logotipo da empresa na frente e com posicionamento no lado esquerdo do peito. Manga longa. Gola do tipo careca. Modelo unissex. Aviamento na mesma cor do tecido. Etiqueta de composição e identificação do tecido, forro, confecção, tamanho da peça e instruções de lavagem conforme determinação do INMETRO.</p> <p>Cor: Azul-marinho</p>	02 (duas)	04 (quatro)	
MEIA	<p>Meia confeccionada em algodão. Tipo esportiva. Cano curto. Aplicação adulto e acabamento atalhado.</p> <p>Cor: Preta</p>	03 (três) pares	06 (seis) pares	
CALÇADO	<p>Calçado de segurança. Confeccionado em couro. Elástico lateral. Palmilha com montagem em tecido sintético. Solado em PU bidensidade, com sistema de absorção de impacto injetado diretamente no cabedal. Solado de borracha látex alta resistência, antiderrapante e com biqueira em composite.</p> <p>Cor: Preto</p>	02 (dois) pares	04 (quatro) pares	





CAPACETE DE SEGURANÇA COM ABA FRONTAL	Capacete de Segurança com aba frontal. Copa com estrias e injetado em polietileno de alta densidade e com slot (abertura para acoplamento de protetor facial e auditivo). Suspensão dividida em duas partes: carneira com ajuste traseiro e aranha, injetadas em polietileno de baixa densidade. Tira absorvente de suor confeccionada em TNT dublado com espuma. Cor: Azul	01 (um) por ano		
ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR	Óculos de segurança. Constituídos de um arco de material plástico preto com um pino central e duas fendas nas extremidades, utilizadas para o encaixe de um visor de policarbonato. Testado e aprovado dentro dos padrões internacionais de qualidade e da norma ANSI.Z.87.1/2003. Lentes confeccionadas em policarbonato, com tratamento antirrisco e com curvatura lateral. Suporte nasal confeccionado no mesmo material da lente, arredondado, ajustável e ergonômico. Cor: Incolor	01 (um)	02 (dois)	
ÓCULOS DE PROTEÇÃO UV FUMÊ	Óculos de segurança. Constituídos de um arco de material plástico preto com um pino central e duas fendas nas extremidades utilizadas para o encaixe de um visor de policarbonato. Proteção ultravioleta. Testado e aprovado dentro dos padrões internacionais de qualidade e da norma ANSI.Z.87.1/2003. Lentes confeccionadas em policarbonato, com tratamento antirrisco e com curvatura lateral. Suporte nasal confeccionado no mesmo material da lente, arredondado, ajustável e ergonômico. Cor: Fumê	01 (um)	02 (dois)	
LUVA DE RASPA	Luva confeccionada em material resistente. Inteiramente em raspa de couro ou de composição mista. Com reforço interno em raspa, tanto na palma como também na face palmar dos dedos e reforço externo extra, localizado entre os dedos polegar e indicador.	02 (dois) pares	04 (quatro) pares	
MÁSCARA PFF1	Máscara filtrante do tipo PFF1 (Peça Facial Filtrante – Classe 1). Indicada para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas e fumos não tóxicos. Confeccionada em tecido não tecido (TNT) de polipropileno com tratamento eletrostático. Material filtrante eletrostático com eficiência mínima de 80% para partículas de até 0,3 micron, sendo equivalente ao modelo N95 para partículas de baixa toxicidade. Deverá ter modelo dobrável ou em formato de concha, ambos com clipe nasal ajustável e atender à norma ABNT NBR 13698.	03 (três)	06 (seis)	



MÁSCARA PFF2	Respirador semifacial descartável, classe PFF2 (S). Fabricado em tecido não tecido (TNT). Com filtro tratado eletrostaticamente. Com válvula de exalação. Clip nasal interno revestido em plástico e elásticos de látex com regulador. Deverá oferecer proteção contra poeiras, névoas não oleosas e fumos. Deverá ter modelo dobrável ou em formato de concha, ambos com clipe nasal ajustável e atender à norma ABNT NBR 13698.	03 (três)	06 (seis)	
LUVA DE POLIAMIDA COM BANHO NITRÍLICO	Luva de segurança, confeccionada em suporte têxtil ou fibra sintética (poliéster). Revestida em nitrila na palma e dedos para atividades com ferramentas manuais. Deverá possuir resistência mecânica, impermeabilidade e alta resistência abrasiva.	06 (seis) pares	12 (doze) pares	
BONÉ ÁRABE	Boné de proteção do crânio e pescoço. Com aba de PVC revestida em brim. Elástico traseiro para ajuste na nuca e velcro na parte frontal para fechamento. Comprimento mínimo de 25cm. Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) válido e expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Cor: Azul	01 (um)	02 (dois)	
PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG (EM ESPUMA)	Protetor auricular com nível de atenuação de ruído (NRRsf) igual ou superior a 16Db. Confeccionado em espuma de poliuretano hipoalergênica, moldável e de baixa pressão. Com formato cônico ou cilíndrico que se adapta facilmente ao canal auditivo. Com superfície lisa e resistente à sujeira. Com ou sem cordão de poliéster. Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) válido e expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).	06 (seis)	12 (doze)	
LUVA MULTIUSO PU PROTEÇÃO MULTITATO	Luva de segurança confeccionada em fibra sintética. Tricotada com fios de poliamida ou poliéster. Com revestimento em poliuretano (PU) na palma e ponta dos dedos. Punho tricotado com elastano e formato anatômico. Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) válido emitido pelo Ministério do Trabalho.	06 (seis) pares	12 (doze) pares	

OPERÁRIO QUALIFICADO – ENCANADOR				
PEÇA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE KIT COMPLETO (SEMESTRAL)	QUANTIDADE ANUAL (2 KITS SEMESTRAIS)	IMAGEM ILUSTRATIVA
CALÇA	Calça em jeans ou brim com mínimo de 2% de elastano. Com zíper e botão para fechamento no cós. Com bolsos na parte frontal e traseira. Aviamento e botões na mesma cor do tecido. Etiqueta de composição e identificação do tecido, forro, confecção, tamanho da peça e instruções de lavagem conforme determinação do INMETRO. Cor: Azul-marinho ou preto	02 (duas)	04 (quatro)	








CAMISA	Camisa tipo pólo. Em malha <i>piquet</i> composta de 50% algodão e 50% poliéster. Com dois botões. Manga curta. Com gola e punho sanfonados. Com 01 (um) bolso frontal superior facultativo lado esquerdo. Logotipo bordado na frente e com posicionamento no lado esquerdo do peito. Aviamento e botões na mesma cor do tecido. Etiqueta de composição e identificação do tecido, forro, confecção, tamanho da peça e instruções de lavagem conforme determinação do INMETRO. Cor: Azul-marinho	04 (quatro)	08 (oito)	
CAMISA DE PROTEÇÃO UV	Camisa de proteção solar UV 50+. Confeccionada em tecido 90% poliéster e 10% elastano. Logotipo da empresa na frente e com posicionamento no lado esquerdo do peito. Manga longa. Gola do tipo careca. Modelo unissex. Aviamento na mesma cor do tecido. Etiqueta de composição e identificação do tecido, forro, confecção, tamanho da peça e instruções de lavagem conforme determinação do INMETRO. Cor: Azul-marinho	02 (duas)	04 (quatro)	
MEIA	Meia confeccionada em algodão. Tipo esportiva. Cano curto. Aplicação adulto e acabamento atalhado. Cor: Preta	03 (três) pares	06 (seis) pares	
CALÇADO	Calçado de segurança. Confeccionado em couro. Elástico lateral. Palmilha com montagem em tecido sintético. Solado em PU bidensidade, com sistema de absorção de impacto injetado diretamente no cabedal. Solado de borracha látex alta resistência, antiderrapante e com biqueira em composite. Cor: Preto	02 (dois) pares	04 (quatro) pares	
CAPACETE DE SEGURANÇA COM ABA FRONTAL	Capacete de Segurança com aba frontal. Copa com estrias e injetado em polietileno de alta densidade e com slot (abertura para acoplamento de protetor facial e auditivo). Suspensão dividida em duas partes: carneira com ajuste traseiro e aranha, injetadas em polietileno de baixa densidade. Tira absorvente de suor confeccionada em TNT dublado com espuma. Cor: Azul	01 (um) por ano		
ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR	Óculos de segurança. Constituídos de um arco de material plástico preto com um pino central e duas fendas nas extremidades, utilizadas para o encaixe de um visor de policarbonato. Testado e aprovado dentro dos padrões internacionais de qualidade e da norma ANSI.Z.87.1/2003. Lentes confeccionadas em policarbonato, com tratamento antirrisco e com curvatura lateral. Suporte nasal confeccionado no mesmo material da lente, arredondado, ajustável e ergonômico. Cor: Incolor	01 (um)	02 (dois)	



ÓCULOS DE PROTEÇÃO UV FUMÊ	Óculos de segurança. Constituídos de um arco de material plástico preto com um pino central e duas fendas nas extremidades utilizadas para o encaixe de um visor de policarbonato. Proteção ultravioleta. Testado e aprovado dentro dos padrões internacionais de qualidade e da norma ANSI.Z.87.1/2003. Lentes confeccionadas em policarbonato, com tratamento antirrisco e com curvatura lateral. Suporte nasal confeccionado no mesmo material da lente, arredondado, ajustável e ergonômico. Cor: Fumê	01 (um)	02 (dois)	
LUA DE RASPA	Luva confeccionada em material resistente. Inteiramente em raspa de couro ou de composição mista. Com reforço interno em raspa, tanto na palma como também na face palmar dos dedos e reforço externo extra, localizado entre os dedos polegar e indicador.	02 (dois) pares	04 (quatro) pares	
MÁSCARA PFF1	Máscara filtrante do tipo PFF1 (Peça Facial Filtrante – Classe 1). Indicada para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas e fumos não tóxicos. Confeccionada em tecido não tecido (TNT) de polipropileno com tratamento eletrostático. Material filtrante eletrostático com eficiência mínima de 80% para partículas de até 0,3 micron, sendo equivalente ao modelo N95 para partículas de baixa toxicidade. Deverá ter modelo dobrável ou em formato de concha, ambos com clipe nasal ajustável e atender à norma ABNT NBR 13698.	03 (três)	06 (seis)	
MÁSCARA PFF2	Respirador semifacial descartável, classe PFF2 (S). Fabricado em tecido não tecido (TNT). Com filtro tratado eletrostaticamente. Com válvula de exalação. Clip nasal interno revestido em plástico e elásticos de látex com regulador. Deverá oferecer proteção contra poeiras, névoas não oleosas e fumos. Deverá ter modelo dobrável ou em formato de concha, ambos com clipe nasal ajustável e atender à norma ABNT NBR 13698.	03 (três)	06 (seis)	
LUA DE POLIAMIDA COM BANHO NITRÍLICO	Luva de segurança, confeccionada em suporte têxtil ou fibra sintética (poliéster). Revestida em nitrila na palma e dedos para atividades com ferramentas manuais. Deverá possuir resistência mecânica, impermeabilidade e alta resistência abrasiva.	06 (seis) pares	12 (doze) pares	
BONÉ ÁRABE	Boné de proteção do crânio e pescoço. Com aba de PVC revestida em brim. Elástico traseiro para ajuste na nuca e velcro na parte frontal para fechamento. Comprimento mínimo de 25cm. Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) válido e expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Cor: Azul	01 (um)	02 (dois)	




PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG (EM ESPUMA)	Protetor auricular com nível de atenuação de ruído (NRRsf) igual ou superior a 16Db. Confeccionado em espuma de poliuretano hipoalergênica, moldável e de baixa pressão. Com formato cônico ou cilíndrico que se adapta facilmente ao canal auditivo. Com superfície lisa e resistente à sujeira. Com ou sem cordão de poliéster. Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) válido e expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).	06 (seis)	12 (doze)	
LUVA MULTIUSO PU PROTEÇÃO MULTITATO	Luva de segurança confeccionada em fibra sintética. Tricotada com fios de poliamida ou poliéster. Com revestimento em poliuretano (PU) na palma e ponta dos dedos. Punho tricotado com elastano e formato anatômico. Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) válido emitido pelo Ministério do Trabalho.	06 (seis) pares	12 (doze) pares	
LUVAS NITRÍLICAS LONGAS ANTIESTÁTICA	Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica. Sem flocagem interna de algodão. Antiestática. Livre de látex e silicone. Ergonômica. Flexível. Com comprimento estendido até o cotovelo. Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) válido emitido pelo Ministério do Trabalho.	02 (dois) pares	04 (quatro) pares	
MACACÃO IMPERMEÁVEL	Macacão de segurança confeccionado em tecido sintético plastificado em PVC microporoso respirável. Com tratamento antiestático. Mangas longas. Soldado eletronicamente. Com capuz fixo em cordão de nylon para ajustes. Fechamento frontal por meio de zíper e botões de pressão. Cor: Branca	06 (seis)	12 (doze)	

OPERÁRIO QUALIFICADO – PEDREIRO				
PEÇA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE KIT COMPLETO (SEMESTRAL)	QUANTIDADE ANUAL (2 KITS SEMESTRAIS)	IMAGEM ILUSTRATIVA
CALÇA	Calça em jeans ou brim com mínimo de 2% de elastano. Com zíper e botão para fechamento no cós. Com bolsos na parte frontal e traseira. Aviamento e botões na mesma cor do tecido. Etiqueta de composição e identificação do tecido, forro, confecção, tamanho da peça e instruções de lavagem conforme determinação do INMETRO. Cor: Azul-marinho ou preto	02 (duas)	04 (quatro)	
CAMISA	Camisa tipo pólo. Em malha <i>pique</i> composta de 50% algodão e 50% poliéster. Com dois botões. Manga curta. Com gola e punho sanfonados. Com 01 (um) bolso frontal superior facultativo lado esquerdo. Logotipo bordado na frente e com posicionamento no lado esquerdo do peito. Aviamento e botões na mesma cor do tecido. Etiqueta de composição e identificação do tecido, forro, confecção, tamanho	04 (quatro)	08 (oito)	


	da peça e instruções de lavagem conforme determinação do INMETRO. Cor: Azul-marinho			
CAMISA DE PROTEÇÃO UV	Camisa de proteção solar UV 50+. Confeccionada em tecido 90% poliéster e 10% elastano. Logotipo da empresa na frente e com posicionamento no lado esquerdo do peito. Manga longa. Gola do tipo careca. Modelo unissex. Aviamento na mesma cor do tecido. Etiqueta de composição e identificação do tecido, forro, confecção, tamanho da peça e instruções de lavagem conforme determinação do INMETRO. Cor: Azul-marinho	02 (duas)	04 (quatro)	
MEIA	Meia confeccionada em algodão. Tipo esportiva. Cano curto. Aplicação adulto e acabamento atalhado. Cor: Preta	03 (três) pares	06 (seis) pares	
CALÇADO	Calçado de segurança. Confeccionado em couro. Elástico lateral. Palmilha com montagem em tecido sintético. Solado em PU bidensidade, com sistema de absorção de impacto injetado diretamente no cabedal. Solado de borracha látex alta resistência, antiderrapante e com biqueira em composite. Cor: Preto	02 (dois) pares	04 (quatro) pares	
CAPACETE DE SEGURANÇA COM ABA FRONTAL	Capacete de Segurança com aba frontal. Copa com estrias e injetado em polietileno de alta densidade e com slot (abertura para acoplamento de protetor facial e auditivo). Suspensão dividida em duas partes: carneira com ajuste traseiro e aranha, injetadas em polietileno de baixa densidade. Tira absorvente de suor confeccionada em TNT dublado com espuma. Cor: Azul	01 (um) por ano		
ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR	Óculos de segurança. Constituídos de um arco de material plástico preto com um pino central e duas fendas nas extremidades, utilizadas para o encaixe de um visor de policarbonato. Testado e aprovado dentro dos padrões internacionais de qualidade e da norma ANSI.Z.87.1/2003. Lentes confeccionadas em policarbonato, com tratamento antirrisco e com curvatura lateral. Suporte nasal confeccionado no mesmo material da lente, arredondado, ajustável e ergonômico. Cor: Incolor	01 (um)	02 (dois)	
ÓCULOS DE PROTEÇÃO UV FUMÊ	Óculos de segurança. Constituídos de um arco de material plástico preto com um pino central e duas fendas nas extremidades utilizadas para o encaixe de um visor de policarbonato. Proteção ultravioleta. Testado e aprovado dentro dos padrões internacionais de qualidade e da norma ANSI.Z.87.1/2003. Lentes confeccionadas em policarbonato, com tratamento antirrisco e com curvatura lateral. Suporte nasal confeccionado no mesmo material da lente, arredondado, ajustável e ergonômico.	01 (um)	02 (dois)	

	Cor: Fumê			
LUVA DE RASPA	Luva confeccionada em material resistente. Inteiramente em raspa de couro ou de composição mista. Com reforço interno em raspa, tanto na palma como também na face palmar dos dedos e reforço externo extra, localizado entre os dedos polegar e indicador.	02 (dois) pares	04 (quatro) pares	
MÁSCARA PFF1	Máscara filtrante do tipo PFF1 (Peça Facial Filtrante – Classe 1). Indicada para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas e fumos não tóxicos. Confeccionada em tecido não tecido (TNT) de polipropileno com tratamento eletrostático. Material filtrante eletrostático com eficiência mínima de 80% para partículas de até 0,3 micron, sendo equivalente ao modelo N95 para partículas de baixa toxicidade. Deverá ter modelo dobrável ou em formato de concha, ambos com clipe nasal ajustável e atender à norma ABNT NBR 13698.	03 (três)	06 (seis)	
MÁSCARA PFF2	Respirador semifacial descartável, classe PFF2 (S). Fabricado em tecido não tecido (TNT). Com filtro tratado eletrostaticamente. Com válvula de exalação. Clip nasal interno revestido em plástico e elásticos de látex com regulador. Deverá oferecer proteção contra poeiras, névoas não oleosas e fumos. Deverá ter modelo dobrável ou em formato de concha, ambos com clipe nasal ajustável e atender à norma ABNT NBR 13698.	03 (três)	06 (seis)	
LUVA DE POLIAMIDA COM BANHO NITRÍLICO	Luva de segurança, confeccionada em suporte têxtil ou fibra sintética (poliéster). Revestida em nitrila na palma e dedos para atividades com ferramentas manuais. Deverá possuir resistência mecânica, impermeabilidade e alta resistência abrasiva.	06 (seis) pares	12 (doze) pares	
BONÉ ÁRABE	Boné de proteção do crânio e pescoço. Com aba de PVC revestida em brim. Elástico traseiro para ajuste na nuca e velcro na parte frontal para fechamento. Comprimento mínimo de 25cm. Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) válido e expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Cor: Azul	01 (um)	02 (dois)	
PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG (EM ESPUMA)	Protetor auricular com nível de atenuação de ruído (NRRsf) igual ou superior a 16Db. Confeccionado em espuma de poliuretano hipoalergênica, moldável e de baixa pressão. Com formato cônico ou cilíndrico que se adapta facilmente ao canal auditivo. Com superfície lisa e resistente à sujeira. Com ou sem cordão de poliéster. Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) válido e expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).	06 (seis)	12 (doze)	
LUVA MULTIUSO PU PROTEÇÃO MULTITATO	Luva de segurança confeccionada em fibra sintética. Tricotada com fios de poliamida ou poliéster. Com revestimento em poliuretano (PU) na palma e ponta dos dedos. Punho tricotado com elastano e formato anatômico. Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) válido emitido pelo Ministério do Trabalho.	06 (seis) pares	12 (doze) pares	



LUVAS NITRÍLICAS LONGAS ANTIESTÁTICA	Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica. Sem flocagem interna de algodão. Antiestática. Livre de látex e silicone. Ergonômica. Flexível. Com comprimento estendido até o cotovelo. Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) válido emitido pelo Ministério do Trabalho.	02 (dois) pares	04 (quatro) pares	
CINTURÃO DE SEGURANÇA COM TALABARTE DUPLO	Cinturão de segurança confeccionado em fita de poliéster de alta resistência. Com pontos de conexão para retenção de queda. Acompanhado por talabarte duplo em formato "Y" com absorvedor de energia e conectores em aço. Deverá atender às normas NR-35 e ABNT NBR, garantindo proteção contra quedas e segurança ao trabalhador.	01 (um) por ano		


OPERÁRIO QUALIFICADO – PINTOR				
PEÇA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE KIT COMPLETO (SEMESTRAL)	QUANTIDADE ANUAL (2 KITS SEMESTRAIS)	IMAGEM ILUSTRATIVA
CALÇA	Calça em jeans ou brim com mínimo de 2% de elastano. Com zíper e botão para fechamento no cós. Com bolsos na parte frontal e traseira. Aviamento e botões na mesma cor do tecido. Etiqueta de composição e identificação do tecido, forro, confecção, tamanho da peça e instruções de lavagem conforme determinação do INMETRO. Cor: Azul-marinho ou preto	02 (duas)	04 (quatro)	
CAMISA	Camisa tipo pólo. Em malha <i>piquet</i> composta de 50% algodão e 50% poliéster. Com dois botões. Manga curta. Com gola e punho sanfonados. Com 01 (um) bolso frontal superior facultativo lado esquerdo. Logotipo bordado na frente e com posicionamento no lado esquerdo do peito. Aviamento e botões na mesma cor do tecido. Etiqueta de composição e identificação do tecido, forro, confecção, tamanho da peça e instruções de lavagem conforme determinação do INMETRO. Cor: Azul-marinho	04 (quatro)	08 (oito)	
CAMISA DE PROTEÇÃO UV	Camisa de proteção solar UV 50+. Confeccionada em tecido 90% poliéster e 10% elastano. Logotipo da empresa na frente e com posicionamento no lado esquerdo do peito. Manga longa. Gola do tipo careca. Modelo unissex. Aviamento na mesma cor do tecido. Etiqueta de composição e identificação do tecido, forro, confecção, tamanho da peça e instruções de lavagem conforme determinação do INMETRO. Cor: Azul-marinho	02 (duas)	04 (quatro)	

MEIA	Meia confeccionada em algodão. Tipo esportiva. Cano curto. Aplicação adulto e acabamento atalhado. Cor: Preta	03 (três) pares	06 (seis) pares	
CALÇADO	Calçado de segurança. Confeccionado em couro. Elástico lateral. Palmilha com montagem em tecido sintético. Solado em PU bidensidade, com sistema de absorção de impacto injetado diretamente no cabedal. Solado de borracha látex alta resistência, antiderrapante e com biqueira em composite. Cor: Preto	02 (dois) pares	04 (quatro) pares	
CAPACETE DE SEGURANÇA COM ABA FRONTAL	Capacete de Segurança com aba frontal. Copa com estrias e injetado em polietileno de alta densidade e com slot (abertura para acoplamento de protetor facial e auditivo). Suspensão dividida em duas partes: carneira com ajuste traseiro e aranha, injetadas em polietileno de baixa densidade. Tira absorvente de suor confeccionada em TNT dublado com espuma. Cor: Azul	01 (um) por ano		
ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR	Óculos de segurança. Constituídos de um arco de material plástico preto com um pino central e duas fendas nas extremidades, utilizadas para o encaixe de um visor de policarbonato. Testado e aprovado dentro dos padrões internacionais de qualidade e da norma ANSI.Z.87.1/2003. Lentes confeccionadas em policarbonato, com tratamento antirrisco e com curvatura lateral. Suporte nasal confeccionado no mesmo material da lente, arredondado, ajustável e ergonômico. Cor: Incolor	01 (um)	02 (dois)	
ÓCULOS DE PROTEÇÃO UV FUMÊ	Óculos de segurança. Constituídos de um arco de material plástico preto com um pino central e duas fendas nas extremidades utilizadas para o encaixe de um visor de policarbonato. Proteção ultravioleta. Testado e aprovado dentro dos padrões internacionais de qualidade e da norma ANSI.Z.87.1/2003. Lentes confeccionadas em policarbonato, com tratamento antirrisco e com curvatura lateral. Suporte nasal confeccionado no mesmo material da lente, arredondado, ajustável e ergonômico. Cor: Fumê	01 (um)	02 (dois)	
LUVA DE RASPA	Luva confeccionada em material resistente. Inteiramente em raspa de couro ou de composição mista. Com reforço interno em raspa, tanto na palma como também na face palmar dos dedos e reforço externo extra, localizado entre os dedos polegar e indicador.	02 (dois) pares	04 (quatro) pares	

MÁSCARA PFF1	Máscara filtrante do tipo PFF1 (Peça Facial Filtrante – Classe 1). Indicada para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas e fumos não tóxicos. Confeccionada em tecido não tecido (TNT) de polipropileno com tratamento eletrostático. Material filtrante eletrostático com eficiência mínima de 80% para partículas de até 0,3 micron, sendo equivalente ao modelo N95 para partículas de baixa toxicidade. Deverá ter modelo dobrável ou em formato de concha, ambos com clipe nasal ajustável e atender à norma ABNT NBR 13698.	03 (três)	06 (seis)	
MÁSCARA PFF2	Respirador semifacial descartável, classe PFF2 (S). Fabricado em tecido não tecido (TNT). Com filtro tratado eletrostaticamente. Com válvula de exalação. Clip nasal interno revestido em plástico e elásticos de látex com regulador. Deverá oferecer proteção contra poeiras, névoas não oleosas e fumos. Deverá ter modelo dobrável ou em formato de concha, ambos com clipe nasal ajustável e atender à norma ABNT NBR 13698.	03 (três)	06 (seis)	
LUVA DE POLIAMIDA COM BANHO NITRÍLICO	Luva de segurança, confeccionada em suporte têxtil ou fibra sintética (poliéster). Revestida em nitrila na palma e dedos para atividades com ferramentas manuais. Deverá possuir resistência mecânica, impermeabilidade e alta resistência abrasiva.	06 (seis) pares	12 (doze) pares	
BONÉ ÁRABE	Boné de proteção do crânio e pescoço. Com aba de PVC revestida em brim. Elástico traseiro para ajuste na nuca e velcro na parte frontal para fechamento. Comprimento mínimo de 25cm. Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) válido e expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Cor: Azul	01 (um)	02 (dois)	
PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG (EM ESPUMA)	Protetor auricular com nível de atenuação de ruído (NRRsf) igual ou superior a 16Db. Confeccionado em espuma de poliuretano hipoalergênica, moldável e de baixa pressão. Com formato cônico ou cilíndrico que se adapta facilmente ao canal auditivo. Com superfície lisa e resistente à sujeira. Com ou sem cordão de poliéster. Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) válido e expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).	06 (seis)	12 (doze)	
LUVA MULTIUSO PU PROTEÇÃO MULTITATO	Luva de segurança confeccionada em fibra sintética. Tricotada com fios de poliamida ou poliéster. Com revestimento em poliuretano (PU) na palma e ponta dos dedos. Punho tricotado com elastano e formato anatômico. Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) válido emitido pelo Ministério do Trabalho.	06 (seis) pares	12 (doze) pares	
LUVAS NITRÍLICAS LONGAS ANTIESTÁTICA	Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica. Sem flocagem interna de algodão. Antiestática. Livre de látex e silicone. Ergonômica. Flexível. Com comprimento estendido até o cotovelo. Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) válido emitido pelo Ministério do Trabalho.	02 (dois) pares	04 (quatro) pares	



CINTURÃO DE SEGURANÇA COM TALABARTE DUPLO	Cinturão de segurança confeccionado em fita de poliéster de alta resistência. Com pontos de conexão para retenção de queda. Acompanhado por talabarte duplo em formato "Y" com absorvedor de energia e conectores em aço. Deverá atender às normas NR-35 e ABNT NBR, garantindo proteção contra quedas e segurança ao trabalhador.	01 (um) por ano		
MACACÃO IMPERMEÁVEL	Macacão de segurança confeccionado em tecido sintético plastificado em PVC microporoso respirável. Com tratamento antiestático. Mangas longas. Soldado eletronicamente. Com capuz fixo em cordão de nylon para ajustes. Fechamento frontal por meio de zíper e botões de pressão. Cor: Branca	06 (seis)	12 (doze)	

SERVENTE PRÁTICO				
PEÇA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE KIT COMPLETO (SEMESTRAL)	QUANTIDADE ANUAL (2 KITS SEMESTRAIS)	IMAGEM ILUSTRATIVA
CALÇA	Calça em jeans ou brim com mínimo de 2% de elastano. Com zíper e botão para fechamento no cós. Com bolsos na parte frontal e traseira. Aviamento e botões na mesma cor do tecido. Etiqueta de composição e identificação do tecido, forro, confecção, tamanho da peça e instruções de lavagem conforme determinação do INMETRO. Cor: Azul-marinho ou preto	02 (duas)	04 (quatro)	
CAMISA	Camisa tipo pólo. Em malha <i>pique</i> composta de 50% algodão e 50% poliéster. Com dois botões. Manga curta. Com gola e punho sanfonados. Com 01 (um) bolso frontal superior facultativo lado esquerdo. Logotipo bordado na frente e com posicionamento no lado esquerdo do peito. Aviamento e botões na mesma cor do tecido. Etiqueta de composição e identificação do tecido, forro, confecção, tamanho da peça e instruções de lavagem conforme determinação do INMETRO. Cor: Azul-marinho	04 (quatro)	08 (oito)	
CAMISA DE PROTEÇÃO UV	Camisa de proteção solar UV 50+. Confeccionada em tecido 90% poliéster e 10% elastano. Logotipo da empresa na frente e com posicionamento no lado esquerdo do peito. Manga longa. Gola do tipo careca. Modelo unissex. Aviamento na mesma cor do tecido. Etiqueta de composição e identificação do tecido, forro, confecção, tamanho da peça e instruções de lavagem conforme determinação do INMETRO. Cor: Azul-marinho	02 (duas)	04 (quatro)	

MEIA	Meia confeccionada em algodão. Tipo esportiva. Cano curto. Aplicação adulto e acabamento atalhado. Cor: Preta	03 (três) pares	06 (seis) pares	
CALÇADO	Calçado de segurança. Confeccionado em couro. Elástico lateral. Palmilha com montagem em tecido sintético. Solado em PU bidensidade, com sistema de absorção de impacto injetado diretamente no cabedal. Solado de borracha látex alta resistência, antiderrapante e com biqueira em composite. Cor: Preto	02 (dois) pares	04 (quatro) pares	
CAPACETE DE SEGURANÇA COM ABA FRONTAL	Capacete de Segurança com aba frontal. Copa com estrias e injetado em polietileno de alta densidade e com slot (abertura para acoplamento de protetor facial e auditivo). Suspensão dividida em duas partes: carneira com ajuste traseiro e aranha, injetadas em polietileno de baixa densidade. Tira absorvente de suor confeccionada em TNT dublado com espuma. Cor: Azul	01 (um) por ano		
ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR	Óculos de segurança. Constituídos de um arco de material plástico preto com um pino central e duas fendas nas extremidades, utilizadas para o encaixe de um visor de policarbonato. Testado e aprovado dentro dos padrões internacionais de qualidade e da norma ANSI.Z.87.1/2003. Lentes confeccionadas em policarbonato, com tratamento antirrisco e com curvatura lateral. Suporte nasal confeccionado no mesmo material da lente, arredondado, ajustável e ergonômico. Cor: Incolor	01 (um)	02 (dois)	
ÓCULOS DE PROTEÇÃO UV FUMÊ	Óculos de segurança. Constituídos de um arco de material plástico preto com um pino central e duas fendas nas extremidades utilizadas para o encaixe de um visor de policarbonato. Proteção ultravioleta. Testado e aprovado dentro dos padrões internacionais de qualidade e da norma ANSI.Z.87.1/2003. Lentes confeccionadas em policarbonato, com tratamento antirrisco e com curvatura lateral. Suporte nasal confeccionado no mesmo material da lente, arredondado, ajustável e ergonômico. Cor: Fumê	01 (um)	02 (dois)	
LUVA DE RASPA	Luva confeccionada em material resistente. Inteiramente em raspa de couro ou de composição mista. Com reforço interno em raspa, tanto na palma como também na face palmar dos dedos e reforço externo extra, localizado entre os dedos polegar e indicador.	02 (dois) pares	04 (quatro) pares	

MÁSCARA PFF1	Máscara filtrante do tipo PFF1 (Peça Facial Filtrante – Classe 1). Indicada para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas e fumos não tóxicos. Confeccionada em tecido não tecido (TNT) de polipropileno com tratamento eletrostático. Material filtrante eletrostático com eficiência mínima de 80% para partículas de até 0,3 micron, sendo equivalente ao modelo N95 para partículas de baixa toxicidade. Deverá ter modelo dobrável ou em formato de concha, ambos com clipe nasal ajustável e atender à norma ABNT NBR 13698.	03 (três)	06 (seis)	
MÁSCARA PFF2	Respirador semifacial descartável, classe PFF2 (S). Fabricado em tecido não tecido (TNT). Com filtro tratado eletrostaticamente. Com válvula de exalação. Clip nasal interno revestido em plástico e elásticos de látex com regulador. Deverá oferecer proteção contra poeiras, névoas não oleosas e fumos. Deverá ter modelo dobrável ou em formato de concha, ambos com clipe nasal ajustável e atender à norma ABNT NBR 13698.	03 (três)	06 (seis)	
LUVA DE POLIAMIDA COM BANHO NITRÍLICO	Luva de segurança, confeccionada em suporte têxtil ou fibra sintética (poliéster). Revestida em nitrila na palma e dedos para atividades com ferramentas manuais. Deverá possuir resistência mecânica, impermeabilidade e alta resistência abrasiva.	06 (seis) pares	12 (doze) pares	
BONÉ ÁRABE	Boné de proteção do crânio e pescoço. Com aba de PVC revestida em brim. Elástico traseiro para ajuste na nuca e velcro na parte frontal para fechamento. Comprimento mínimo de 25cm. Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) válido e expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Cor: Azul	01 (um)	02 (dois)	
PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG (EM ESPUMA)	Protetor auricular com nível de atenuação de ruído (NRRsf) igual ou superior a 16Db. Confeccionado em espuma de poliuretano hipoalergênica, moldável e de baixa pressão. Com formato cônico ou cilíndrico que se adapta facilmente ao canal auditivo. Com superfície lisa e resistente à sujeira. Com ou sem cordão de poliéster. Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) válido e expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).	06 (seis)	12 (doze)	
LUVA MULTIUSO PU PROTEÇÃO MULTITATO	Luva de segurança confeccionada em fibra sintética. Tricotada com fios de poliamida ou poliéster. Com revestimento em poliuretano (PU) na palma e ponta dos dedos. Punho tricotado com elastano e formato anatômico. Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) válido emitido pelo Ministério do Trabalho.	06 (seis) pares	12 (doze) pares	
LUVAS NITRÍLICAS LONGAS ANTIESTÁTICA	Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica. Sem flocagem interna de algodão. Antiestática. Livre de látex e silicone. Ergonômica. Flexível. Com comprimento estendido até o cotovelo. Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) válido emitido pelo Ministério do Trabalho.	02 (dois) pares	04 (quatro) pares	